



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RESISTIR NA INTERSECÇÃO DOS SISTEMAS DE OPRESSÃO:
INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO DA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
QUILOMBOLAS DO GRILO/PB

Giovanni Sampaio Queiroz

Natal/RN

2024

Giovanni Sampaio Queiroz

RESISTIR NA INTERSECÇÃO DOS SISTEMAS DE OPRESSÃO:
INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
QUILOMBOLAS DO GRILO/PB

Dissertação elaborada sob orientação do
Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite, coorientação
da profa. Dra. Maria Valquíria Nogueira do
Nascimento e apresentado ao Programa de
Pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal-RN

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Queiroz, Giovanni Sampaio.

Resistir na intersecção dos sistemas de opressão:
interseccionalidade e a produção de saúde mental das mulheres
quilombolas do Grilo/PB / Giovanni Sampaio Queiroz. - 2025.
163f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa
de Pós-graduação em Psicologia, Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite.

Coorientação: Prof.^a Dr.^a Maria Valquíria Nogueira do
Nascimento.

1. Mulheres Quilombolas. 2. Interseccionalidade. 3.
Determinação Social da Saúde Mental. I. Leite, Jáder Ferreira.
II. Nascimento, Maria Valquíria Nogueira do. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9(=414)-052.2

GIOVANNI SAMPAIO QUEIROZ

**RESISTIR NA INTERSECÇÃO DOS SISTEMAS DE OPRESSÃO:
INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
QUILOMBOLAS DO GRILO/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia

Natal, RN, 16 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente da banca: Prof. Dr. Jäder Ferreira Leite
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Coorientador: Profa. Dra. Maria Valquíria Nogueira do Nascimento
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Examinadora externa: Profa. Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis

Examinadora externa: Maria Aparecida de França Gomes

Universidade Potiguar - UnP

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres do quilombo do Grilo/PB que, cotidianamente, resistem nas intersecções dos sistemas de opressão e fazem do afeto força política para abrir caminhos para si mesmas e para os(as) seus/suas.

AGRADECIMENTOS

Iniciar os agradecimentos desta dissertação, particularmente, é como chegar em uma determinada parte do caminho e, de onde estou, olhar ao redor e ver muita gente. Eu não ando só. Nunca andei.

Meus agradecimentos começam pelo começo, por quem esteve ao meu lado desde antes dos meus primeiros passos. Por isso, mas não só - porque é impossível fazer caber tudo e tanto em tão pouco espaço -, agradeço primeiramente à minha mãe, Jaquineyde Sampaio, que primeiro me ensinou que a educação é sim uma prática libertadora. Foi vendo você caminhar junto ao teu desejo pela Pedagogia e revirando sua estante de livros que conheci Paulo Freire. Mais um motivo, entre tantos outros, para ser grato e amar você.

Agradeço também aos(às) meus/minhas familiares, pela força, incentivo e fé nos meus caminhos, por não me deixarem esquecer o que me move, por me lembrarem quem eu sou, de onde venho e apostarem nos caminhos que desejo seguir. Agradeço ao meu irmão Guilherme Sampaio, minhas avós Maria Francisca de Queiroz (*in memoriam*) e Maria do Socorro Elizabeth Sampaio (*in memoriam*). Às minhas tias Diassis Sampaio, Eulália Sampaio, Benedita Sampaio, ao meu tio Cícero Sampaio e à minha tia-amiga Aparecida Freire, que tanto me inspiram exatamente pela potência de seus atos, pelo o que acreditam e são.

Ao meu companheiro, Aurino Junior, aquele que esteve intensivamente ao meu lado e que participou de forma ativa neste trabalho, sendo acolhedor das minhas angústias, não me deixando esquecer por um minuto sequer que há potência nos desafios, me contagiando com seu carinho e cuidado e, principalmente, por me presentear cotidianamente com o seu amor.

Toda a minha gratidão às mulheres do quilombo do Grilo/PB que, cada uma ao seu modo, esteve comigo participando da construção deste trabalho. Pela acolhida na Casa da Mulher Quilombola, por compartilhar o alimento, por me permitir entrar em suas casas e conhecer seus territórios. Agradeço a confiança, o companheirismo, as confluências, os abraços, as lágrimas quando ela foram necessárias e o riso que sempre embalou nossos encontros. Com vocês entendi que a cabeça precisa pensar onde os pés pisam e que o afeto é o que alimenta a esperança, é que nos permite esperar.

Aos amigos e amigas que me acompanharam e sempre estiveram comigo nas trincheiras desse processo, que tanto me abençoaram, seja nas dores ou nos prazeres, me serviram colo, proteção, cuidado, aconchego e casa quando precisei. Às companheiras e companheiros do mestrado, agradeço profundamente a Ana Beatriz Lima, Amanda França, Heloíse Calado, Luan Medeiros, Mariana Souza, Samara Gomes, Thainá Souza e Wesley Silva. Aos que não me deixam esquecer que Campina Grande sempre será imensa nos afetos e nunca deixará de ser também o meu lugar, desde que esteja com vocês, agradeço a Ana Beatriz de Medeiros, Anna Steinmüller, Day Trindade, Gabriel Moreno, Laianne e Laís Barbosa, Thiago Almeida, Vanessa Pessoa, Renally Lucas e, por último, mas não menos importante, ao meu companheiro de casa, Ricard Bezerra, obrigado por sempre me acolher em seu lar, ou melhor dizendo, no nosso lar. Um especial agradecimento também à Maria Flor, por tornar nossas vidas tão cheias de novos sentidos e descobertas, sorrisos e o esperar por um futuro diferente. O mundo se renova com você e renovamos também a nossa fé no mundo te vendo crescer.

Às amigas e aos amigos que a distância geográfica significa um mero detalhe em nossas vidas, agradeço imensamente a Anny Kelly Oliveira, Adriana Reis, Arthur Aquino, Betânia Amorim,

Célia Aparecida, Eduardo Viana, Emily Bezerra, Isaul Pereira, Isabelly Costa, Juliano Jetro, Lázaro Alves, Larah Azevedo, Natália Vasconcelos, Nathália Ferreira, Pedro Lima, Rivelino Oliveira e, por último, mas não menos importante, Aurora Félix, por sempre se fazer tão presente. Vocês sabem o porquê de estarem aqui, mais uma vez.

Aos meus amigos de infância que estão comigo há mais de duas décadas, Roberta Godeiro e Nauã Rudá. Como é bom crescer junto. Sou grato a vocês por isso, e muito mais, vocês sabem.

Agradeço também às minhas companheiras de residência e também de vida, Arilene Lisboa, Anna Beatriz Valentim, Ciria Germano e Juciara Gomes. Nos (a)braços de vocês me fortaleço e lembro que “coragem é assim, rebelde, ousada, e quando se junta com o amor, é o que há de mais revolucionária”.

À Consuelma Feitoza (*in memoriam*), por seguir em meu coração mantendo acesa a chama do desejo pela Psicologia pela memória sempre afetiva do nosso laço.

Não posso deixar de agradecer também às minhas mães acadêmicas, que estiveram comigo ao longo de todo esse processo. Que acreditaram e toparam as minhas propostas, que acolheram as minhas angústias, compartilharam e sentiram comigo as potências e os desafios de fazer pesquisa com compromisso ético, político e social, jamais medindo forças para fazer acontecer o que precisava ser feito. À minha dupla orientadora, o professor Jáder Ferreira Leite e a professora Maria Valquíria Nogueira do Nascimento, meu mais genuíno agradecimento. Nos encontros com vocês eu aprendo que fazer pesquisa é também sobre construir laços e fortalecê-los. Sou verdadeiramente grato pelas orientações sempre tão divertidas, leves e motivadoras. Valquíria já está acostumada a ser chamada de mãe - essa não é a primeira vez que me refiro à ela

mobilizando esse significante -, então, Jáder, entenda que pra mim você não foi um pai, foi mãe mesmo, do contrário, já teria me abandonado (risos).

Aos companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS/UFCG), em especial às companheiras de extensão e pesquisa, Aluska Gomes, Aiza Vanessa, Ada Achetta, Ana Beatriz Ramos, Ana Sol, Isabela Lobato, Sarah Umbelino e Vanessa Souto.

Aos afetos construídos na base de pesquisa Modos de Subjetivação, Políticas Públicas e contextos de vulnerabilidades (PPgPsi/UFRN), agradeço especialmente a Emmanoel Holanda e Maria Luiza Lopes.

Agradeço também à professora Dolores Cristina Gomes Galindo pela leitura cuidadosa e atenta, desde a qualificação, e por aceitar examinar este trabalho e compartilhar com tanta generosidade comigo suas experiências. Saiba que suas contribuições influenciaram e enriqueceram substancialmente este trabalho. Aproveito para agradecer também à professora Maria Aparecida de França Gomes pela leitura e por aceitar contribuir também com este trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi/UFRN), em nome das professoras Candida Dantas e Ana Karenina Arraes, as suas práticas pedagógicas e, portanto, políticas muito me inspiraram na construção deste trabalho, mas não só. Saibam disso.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida. Que mais estudantes possam ser contemplados(as) com tal

benefício. Acessar a pós-graduação e fazer pesquisa no Brasil, infelizmente, ainda não é um direito plenamente garantido, é uma trincheira que sofre de ataques constantes.

Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui da sua vida.

Itamar Vieira Jr. - Torto Arado (2019, p. 260)

RESUMO

Queiroz, Giovanni Sampaio. (2024). Resistir na intersecção dos sistemas de opressão: interseccionalidade e produção de saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo/PB Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Este estudo analisou as condições de produção de saúde mental das mulheres quilombolas rurais na comunidade do Grilo, no estado da Paraíba - onde a regularização das terras ainda encontra-se em andamento -, sob a perspectiva da interseccionalidade e da determinação social da saúde mental. A relação entre saúde mental e sociedade é abordada neste estudo, enfatizando a importância de uma abordagem coletiva e contextualizada. A pesquisa, de natureza qualitativa, seguiu os princípios da Educação Popular, da problematização como forma de desenvolver uma consciência crítica da realidade em análise, e utilizou a interseccionalidade de maneira transversal. A pesquisa participante foi adotada como abordagem metodológica e buscou uma compreensão aprofundada das vivências das mulheres quilombolas, incluindo a participação observante, a mediação de atividades grupais e entrevistas individuais. As percepções do pesquisador foram registradas em diários de campo, visto que sua interação com o grupo foi fundamental para a produção das informações ao longo do processo de participação-observante. A aposta na dialogicidade sugeriu que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de ações transformadoras e que a vivência de novas experiências possibilitam uma mudança de consciência via processo de ação-reflexão-ação. Consideramos que o Círculo de Cultura representou uma potente ferramenta de pesquisa e cuidado, pois, a partir das problematizações, tornou possível articular as dimensões singulares de como as intersecções dos sistemas de opressão presentificam-se em seus corpos-territórios e como são reconhecidas numa reflexão coletivizada, além de possibilitar a construção e o fortalecimento de práticas coletivas de cuidado e resistência aos problemas vivenciados no cotidiano, aprofundando-se nos aspectos que conformam suas relações com os saberes locais, o território e as redes solidárias de apoio social e cuidado entre as mulheres.

Palavras-chaves: Mulheres quilombolas, Interseccionalidade, Determinação social da saúde mental.

ABSTRACT

Queiroz, Giovanni Sampaio. (2024). Resisting at the intersection of systems of oppression: intersectionality and the production of mental health among quilombola women in Grilo/PB Master's thesis, Postgraduate Program in Psychology, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brazil.

This study analyzed the mental health production conditions of rural quilombola women in the community of Grilo, in the state of Paraíba - where land regularization is still underway - from the perspective of intersectionality and the social determination of mental health. The relationship between mental health and society is addressed in this study, emphasizing the importance of a collective and contextualized approach. The research, qualitative in nature, followed the principles of Popular Education, problematization as a way of developing a critical awareness of the reality under analysis, and used intersectionality in a transversal way. Participatory research was adopted as the methodological approach and sought an in-depth understanding of the experiences of quilombola women, including observing participation, mediating group activities and individual interviews. The researcher's perceptions were recorded in field diaries, since his interaction with the group was fundamental for producing information throughout the process of participant-observation. The focus on dialogicity suggested that changes in thinking can be accompanied by transformative actions and that new experiences enable a change in consciousness through a process of action-reflection-action. We believe that the Culture Circle was a powerful tool for research and care because, based on the problematizations, it made it possible to articulate the unique dimensions of how the intersections of systems of oppression are present in their bodies-territories and how they are recognized in a collectivized reflection, as well as making it possible to build and strengthen collective practices of care and resistance to the problems experienced in daily life, delving into the aspects that shape their relationships with local knowledge, the territory and the solidarity networks of social support and care among women.

Keywords: Quilombola women, Intersectionality, Social determination of mental health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACADE	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CENEQ	Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNDSS	Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
FCP	Fundação Cultural Palmares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NUCS	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PaqTcPB	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPgPsi	Programa de Pós-graduação em Psicologia
PB	Paraíba
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
RN	Rio Grande do Norte
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SUS	Sistema Único de Saúde
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UAPSI	Unidade Acadêmica de Psicologia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO.....	17
2. INTERSECIONALIDADE E DETERMINAÇÃO SOCIAL DA VIDA: ARTICULAÇÕES EM DEFESA DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA, INCLUSIVA, SITUADA E COLETIVA DE SAÚDE MENTAL.....	24
2.1. Interseccionalidade como teoria social crítica em construção.....	27
2.2. Por uma determinação social da vida.....	37
2.3. Caminhos para uma articulação: “uma maneira interseccional de pensar” a saúde mental..	47
3. RESISTIR NA INTERSECÇÃO DOS SISTEMAS DE OPRESSÃO.....	54
3.1. Experiências e práticas de mulheres quilombolas.....	59
3.2. Usos da interseccionalidade.....	62
3.3. Sistemas e relações interseccionais de poder e opressão identificados.....	66
4.1. Confluências e pistas para abrir novos caminhos.....	70
4. PERCURSO METODOLÓGICO: OS CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ AQUI.....	74
4.1. Os primeiros passos e os caminhos abertos e trilhados com as mulheres.....	74
4.2. Caminhos teórico-metodológicos.....	81
4.4. Território, participantes, estratégias e instrumentos de produção e de análise das informações.....	84
4.5. Responsabilidades éticas.....	98
5. ONDE OS CAMINHOS DAS MULHERES DO GRILO NOS LEVAM: UM ESBOÇO PROVISÓRIO DE ANÁLISES.....	105
5.1. Círculo de Cultura: leituras interseccionais de mundo.....	107
5.2. Problemas psicossociais mais recorrentes.....	112
5.3. Impactos dos múltiplos sistemas de opressão na saúde mental.....	118
5.4. Estratégias individuais e coletivas de enfrentamento aos problemas vivenciados.....	126
5.5. Quais outros caminhos são possíveis a partir daqui?.....	133
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “REFAZENDO E RETOCANDO O SONHO PELO QUAL SE PÔS A CAMINHAR”.....	136
7. REFERÊNCIAS.....	144

1. APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

Historicamente, as populações quilombolas no Brasil têm suas vidas marcadas pela experiência concreta de amplas desigualdades sociais que geram vulnerabilidades em vários âmbitos de seu cotidiano, associadas à saúde mental e à sua produção (Dimenstein, Belarmino, Martins, Dantas, Macedo, Leite e Filho, 2020). No entanto, a complexidade das suas lutas denuncia as múltiplas vulnerabilidades que sofrem cotidianamente, tornando seu protagonismo mais enfático nos processos de resistência e luta não só pelos territórios onde vivem, em resposta às complexas relações interseccionais de poder que conformam suas realidades e interpelam os seus corpos-territórios em cada contexto.

Vale ressaltar que alguns estudos têm se debruçado sobre as particularidades do processo de saúde-doença-cuidado das populações que vivem em contextos rurais e evidenciam a inexistência de uma proposta de cuidado que abarque a perspectiva da determinação social da saúde mental na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, de modo que indique as particularidades territoriais, sociais e culturais que marcam os modos de vida dessas populações (Dantas, Dimenstein, Leite, Macedo, e Belarmino, 2020).

Alguns/Algumas autores(as) sinalizam em seus estudos que as relações de gênero, raça classe, território e outras relações interseccionais de poder em contextos rurais devem ser consideradas na execução das políticas de saúde para que se possa desenvolver uma oferta de serviços mais eficaz e efetiva nesses contextos (Leite, Dimenstein, Dantas, Silva, Macedo e Sousa, 2017), contribuindo assim para a criação de espaços de produção de cuidado em saúde mental voltados, em especial, para as mulheres quilombolas rurais.

Desse modo, faz-se necessário lançar um olhar crítico sobre os processos de produção de saúde mental das mulheres quilombolas, de modo a trazer para o centro da discussão as relações de poder e os contextos sociais onde se dão e se estruturam as complexas iniquidades em saúde e as necessidades deste grupo, que tem suas vidas atravessadas pelos efeitos de diversos sistemas interseccionais de opressão como o racismo, o cisheteropatriarcado sexista e machista, a luta por seus territórios e outras expressões da estrutura capitalista colonial.

Com a finalidade de contribuir com a construção de conhecimento neste campo e com esta população específica, este estudo objetivou analisar as condições de produção de saúde mental das mulheres quilombolas da comunidade do Grilo/PB a partir da interseccionalidade e sua articulação com a determinação social da saúde. Para tanto, definimos como objetivos específicos deste estudo:

- Levantar os problemas psicossociais mais recorrentes dessas mulheres;
- Investigar os impactos dos diversos sistemas de opressão (racismo, o cisheteropatriarcado sexista e machista, a luta por seus territórios e as expressões da estrutura capitalista colonial dentre outros) na saúde mental;
- Identificar as estratégias individuais e coletivas de enfrentamento aos problemas vivenciados no cotidiano.

Neste estudo, objetivamos trazer a especificidade das experiências das mulheres quilombolas rurais, moradoras da comunidade do Grilo, no município de Riachão do Bacamarte, no estado da Paraíba (PB). A escolha por este *locus* de investigação - cenário e participantes - se deu em razão da participação do autor desta pesquisa em um Grupo de Trabalho do Núcleo de

Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - desde a graduação (2017) -, que discute as possibilidades de atuação da Psicologia Comunitária em contextos rurais.

No bojo de suas discussões, o referido grupo tem dado centralidade à temática da saúde mental das mulheres quilombolas a partir da aproximação com a comunidade supracitada, via projetos de pesquisa e de extensão universitária que objetivam a investigação e a implementação de propostas coletivas e comunitárias de cuidado em saúde mental com as mulheres da comunidade.

Além disso, esta pesquisa materializa-se enquanto fruto da confluência de saberes, práticas, diálogos e das formas compartilhadas de vida entre o NUCS, as mulheres da comunidade quilombola do Grilo e o grupo de pesquisa Modos de Subjetivação, Políticas Públicas e contextos de vulnerabilidades - do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi/UFRN), local onde autor e orientador encontram-se, não só institucionalmente, mas afetivamente vinculados. É na confluência enquanto força que rende, que aumenta, que amplia (Bispo dos Santos, 2023) que a pesquisa germina ainda na UFRN e, ao envolver-se com a UFCG, ganha contornos, mas é no chão da comunidade, nas cozinhas, nos roçados, nas ladeiras, riachos, hortas e encruzilhadas, com e a partir das mulheres, que esta pesquisa ganha vida e amadurece.

A necessidade de realização desta pesquisa encontrou eco na busca pela compreensão das particularidades das mulheres que vivem na comunidade, buscando contribuir e afirmar um compromisso ético-político quanto à produção de saberes situados, contextualizados e implicados

com a desnaturalização de concepções universalizantes sobre os modos de viver e subjetivar-se, concepções estas que marcam certos lugares e determinadas relações de poder (Dantas et al, 2020).

Desse modo, o presente trabalho não tem a pretensão de vir a esgotar as análises acerca do problema em questão, mas contribuir com a produção de conhecimento nesta área e promover sua discussão, apresentando dados que podem vir a contribuir, em conjunto com outras produções, para o reordenamento das práticas profissionais e a qualificação da formação de trabalhadores(as) do campo da saúde, em especial, psicólogos e psicólogas, reafirmando o seu compromisso social para/com as classes populares, lançando sobre ela um novo olhar para os aspectos conjunturais que conformam a saúde mental dessa população (Martín-Baró, 1997).

Ademais, o presente estudo pode fortalecer o desenvolvimento desta área de conhecimento, contribuindo para uma atuação ousada, sem perder o enfoque crítico e reflexivo, de forma que venha a abrir caminhos e descortinar novos horizontes para o fazer profissional da Psicologia nos contextos rurais, para que se enxergue possibilidades para além do que está posto e que pode ser estrangido por imobilismos e desresponsabilizações decorrentes de visões romantizadas e idealizadas sobre a própria Psicologia e seu papel (Costa e Mendes, 2020).

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que foi desenvolvida fundamentalmente aos moldes da pesquisa participante, pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da educação popular de Paulo Freire (1980). A primeira etapa de realização do trabalho em campo com as mulheres consistiu na inserção do pesquisador na comunidade, ao lançar mão da participação observante, que tornou possível o conhecimento do

território, a aproximação do cotidiano e a construção de laços com as mulheres. A participação observante aconteceu simultaneamente a todas as demais etapas da pesquisa.

A segunda etapa consistiu na realização de um Círculo de Cultura com as mulheres participantes, a fim de que os processos dialógicos da prática grupal nos ajudassem a desvelar os impactos dos diversos sistemas de opressão (racismo, cisheteropatriarcado sexista, o capitalismo entre outros) na saúde mental das mulheres participantes, tornando possível a investigação de como estes sistemas podem se inter relacionar e conformar modos de produção de saúde mental neste contexto.

A terceira etapa do trabalho com as mulheres se materializou por meio da realização de entrevistas individuais, tomadas de modo a complementar as produções do Círculo de Cultura, tornando possível articular as dimensões mais singulares de como as intersecções dos sistemas de opressão se presentificam nos corpos das mulheres a partir de seus relatos individuais, situados nas especificidades das suas histórias, ao passo que também podem ser reconhecida numa reflexão mais coletivizada a partir das trocas e conexões engendradas pelas próprias mulheres participantes no processo grupal.

Vale salientar que todas as etapas da realização do trabalho de campo tornou possível a identificação das estratégias individuais e coletivas de enfrentamento aos problemas vivenciados no cotidiano, desenvolvidas e utilizadas pelas próprias mulheres, uma vez que o engajamento dialógico foi tomado como princípio que atravessou toda a experiência.

No primeiro capítulo do estudo, apresentamos apontamentos e tecemos articulações para a construção de um diálogo possível entre a interseccionalidade, enquanto teoria social crítica em

construção (Collins, 2022), com o paradigma da determinação social da vida (Breilh, 2010), a fim de subsidiar meios para uma teorização interseccional que forneça ferramentas para a defesa de uma perspectiva crítica, inclusiva, situada e coletiva de saúde mental.

No segundo capítulo, apresentamos a ideia central do debate que será posteriormente construído acerca dos múltiplos sistemas e relações interseccionais de poder, que mutuamente se constroem e sugerem formas distintas de opressão, e como estes se apresentam na materialidade da vida das mulheres quilombolas e nas especificidades de suas histórias, a partir do que aponta a literatura.

No terceiro capítulo, apresentamos os percursos da pesquisa, nossas escolhas teóricas e metodológicas, explicamos o processo de pesquisa de campo, os desafios encontrados e o pesquisar em ato a partir dos registros feitos nos diários de campo, além de apresentarmos a terra e as mulheres que tornaram possível a produção das informações discutidas nos capítulos posteriores.

No quarto capítulo, abordamos os resultados e análises do trabalho produzido com o campo. Para tanto, transformamos os objetivos específicos em eixos de discussão e apresentamos as informações produzidas pelas mulheres durante o Círculo de Cultura, as entrevistas individuais e os registros feitos pelo pesquisador em diários de campo ao tecer um caminho de compreensão que demonstra o quão intimamente e complexamente relacionados estão os próprios objetivos, ora transformados em eixos de discussão, utilizando a interseccionalidade de maneira transversal, como linha que evidencia as condições de produção de saúde mental e, portanto, da vida das mulheres produtoras deste estudo.

Por fim, apresentamos as considerações finais do trabalho de pesquisa, retomando alguns pontos-chave a fim de apresentar alguns efeitos de sua realização no contexto social e na realidade vivida durante o processo de investigação. Além disso, apontamos algumas contribuições que o presente trabalho fornece para o campo da produção de conhecimento e para a prática, anunciamos alguns outros caminhos abertos pelas mulheres do quilombo do Grilo, por onde desejam caminhar de mãos dadas entre elas e os seus desejos.

2. INTERSECCIONALIDADE E DETERMINAÇÃO SOCIAL DA VIDA: ARTICULAÇÕES EM DEFESA DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA, INCLUSIVA, SITUADA E COLETIVA DE SAÚDE MENTAL

Este primeiro capítulo trata-se de um estudo teórico que tem como finalidade apresentar apontamentos e tecer articulações para a construção de um diálogo possível entre a interseccionalidade, enquanto teoria social crítica em construção (Collins, 2022), com o paradigma da determinação social da vida (Breilh, 2010), a fim de subsidiar meios para uma teorização interseccional que forneça ferramentas para a defesa de uma perspectiva crítica, inclusiva, situada e coletiva de saúde mental.

Uma vez que este estudo se produz a partir das experiências interseccionais das mulheres quilombolas do Grilo, consideramos coerente e necessário - nos termos de Nêgo Bispo, como força que precisa estar presente, de que se vai atrás (2023) -, localizar onto e epistemologicamente a construção de conhecimento neste contexto ante a interseccionalidade enquanto modo de investigação e práxis crítica, afinada a um feminismo de política decolonial, de modo que sejam desvelados os processos de interação entre relações de poder de classe, gênero, raça, sexualidade, idade, capacidade, território e outras complexidades relacionais dos sistemas e estruturas coloniais de subordinação e opressão, que operam cotidianamente na vida das mulheres quilombolas.

Segundo Vergès (2020), o feminismo de política decolonial se volta para os problemas gestados e conformados pelas relações coloniais - em que se inserem a escravidão, o genocídio, a expropriação, a exploração e os seus efeitos - e também as práticas, imaginações e sonhos emancipatórios de insubmissão e resistência, que insurgem como gestos de ruptura,

a partir das elaborações produzidas neste mundo, em que outras expressões das relações de poder interseccionam com as de raça e se impõem de forma visceral sobre as mulheres desde a colonização. Desse modo, assumir uma política decolonial da interseccionalidade é compreender que não se trata simplesmente de reconectar elementos de modo sistemático e abstrato, mas analisar tais elementos a partir da observação da existência de suas complexas relações/conexões com as consequências da colonização, denunciando-as.

Nessa perspectiva, o espaço criado pelas intersecções revelam um vazio onde encontram-se múltiplos(as) sujeitos(as) que são excluídos(as) das lentes do pensamento categórico, a exemplo das mulheres negras, uma vez que ambas as categorias “mulher” e “negro” às excluem (Lugones, 2020; Gonzalez, 2020a). Somente percebendo gênero e raça como relações de poder complexamente relacionadas e articuladas poderemos realmente incluir as experiências das mulheres negras. Carneiro (2011) ainda acrescenta que, nas sociedades latino-americanas, sendo estas multirraciais, pluriculturais e racistas, o racismo e seus impactos sobre as relações de poder de gênero funcionam como eixo articulador, tendo em vista que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades

Confluem com as reflexões de Carneiro (2011) as elaborações de María Lugones (2020), quando esta autora argumenta que isto implica que o próprio termo “mulher”, sem especificar as articuladas e complexas relações de poder de raça que operam com e partir do gênero, não fazem sentido ou tem significado racista, uma vez que a lógica categórica, historicamente, recortou apenas o grupo dominante, mulheres burguesas brancas heterossexuais e, portanto, escondeu a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica. Para tanto, além de reconhecer essa ausência, a

interseccionalidade deve ser reconceitualizada para atuar politicamente a evitar o pensamento monocategórico (Viveros-Vigoya, 2023).

Assim, por tomarmos a interseccionalidade como forma de investigação, teoria e práxis crítica, assumimos a ação social como modo de produção de conhecimento (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022, Viveros-Vigoya, 2023, Kyrillos, 2024), postura essa que rompe com a lógica de linearidade narrativa e de binarismo entre saber científico e práxis e rejeita qualquer perspectiva que entenda a teoria como superior à prática, distanciando-a de formas de uso que a caracterizem como apenas mais um discurso acadêmico ou conteúdo especializado sem implicação ética, política, estética e social com a realidade e as estratégias coletivas e criativas de superação das desigualdades estruturais enfrentadas pelas(os) sujeitas(os) que a constroem (Collins e Bilge, 2021; Kyrillos, 2024).

Tal perspectiva vai ao encontro dos antecedentes históricos da interseccionalidade quando esta emerge do chão de luta, bem como das reflexões construídas pelo movimento feminista negro amefricano¹, entre os anos 1970 e 1980, no enfrentamento das múltiplas

¹ Utilizarei o termo amefricano(a) (ou amefricanidade), cunhado - enquanto categoria político-cultural - pela filósofa, antropóloga, professora, psicanalista, militante do movimento negro e feminista precursora, Lélia Gonzalez - uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX - para me referir às pessoas negras de todas as Américas - Sul, Central, Insular e do Norte - e do Caribe, demarcando epistemológica, ética, histórica, política e socialmente uma contraposição à reprodução inconsciente imperialista dos Estados Unidos em todo continente dos termos “afro-american” (afro-americano) e “african-american” (africano-americano), que remetem a uma primeira reflexão de que só existiriam pessoas negras nos Estados Unidos e não em todo o continente, reflexão esta que contribui para uma pulverização de um processo coletivo de construção de toda uma identidade étnica. Sugere-se, a nível de

desigualdades sociais decorrentes das intersecções do racismo, sexismo, classismo e outros sistemas e relações de poder (Gonzalez, 2020a, Carneiro, 2003, Akotirene, 2022).

Nesse sentido, consideramos que, ao propor a articulação da interseccionalidade com a determinação social da saúde, defendemos que esta se dá sobretudo em vista da potência transformadora de ambos os campos promoverem ideias e articular caminhos para a ação, provocando mudanças de paradigmas no pensamento, em campos interdisciplinares de saber, sobre como as relações de poder mutuamente construídas determinam os problemas sociais de saúde que ela engendra (Breilh, 2000; Collins, 2022; Galvão, Oliveira, Germani e Luiz., 2021; Viveros-Vigoya, 2023).

Para tanto, propomos o esforço teórico desta articulação entre os dois paradigmas a partir do que orienta suas formas de teorização e caracterizam suas práxis: da interseccionalidade, tomamos de forma mais detida os construtos centrais da relacionalidade, complexidade, contexto social, poder, desigualdade e justiça social (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022), temas que também atravessam a determinação social da vida e confluem para a construção de uma perspectiva de saúde mental coletiva.

2.1. Interseccionalidade como teoria social crítica em construção

Atualmente, intelectuais-ativistas das mais diversas disciplinas e movimentos sociais, com ideias oriundas de lugares, tempos e perspectivas distintas, têm convocado a interseccionalidade enquanto campo de investigação e práxis crítica em suas ideias e ações

aprofundamento, a leitura do artigo da intelectual em questão, “A categoria político-cultural da amefricanidade” (1988).

como perspectiva para identificar e compreender os problemas sociais causados pelas interconexões do colonialismo, do racismo, do sexismo, do nacionalismo e outros sistemas de opressão, imaginando novas possibilidades de mudança social (Collins, 2022; Viveros-Vigoya, 2023).

Inicialmente, como mencionado anteriormente, a reflexão sobre o entrelaçamento de opressões emerge nos anos 1970 e 1980, na América Latina, no contexto de luta do feminismo negro amefricado, onde seguiu uma dinâmica própria ancorada nas realidades locais. Atenta à realidade social do Brasil, Lélia Gonzalez (1983/2020) mostrou, por exemplo, que o potencial emancipatório do feminismo no país não havia sido experimentado da mesma forma por toda a grande diversidade de mulheres, ao evidenciar que as mulheres negras e indígenas eram pormenorizadas, infantilizadas e tratadas como objeto - inclusive de saber (p. 84) - diante de um movimento feminista em que suas experiências e demandas não ocupavam o mesmo lugar que as vivências e pautas das mulheres brancas de classe média. As produções intelectuais de Lélia desvelam ainda hoje a importância de reconhecer os efeitos conjuntos do racismo e do sexismo sobre homens e mulheres, mas também a forma diversa como cada um(a) vivencia essas imbricações.

Nos caminhos abertos por Lélia, Sueli Carneiro (2011), revela a miragem de um mundo moldado por um universalismo abstrato e por uma organização social hierárquica e binária de gênero e raça baseada na violência sexual colonial. Sueli não utiliza o termo interseccionalidade em seu exercício analítico, no entanto, defende o feminismo negro como fundamento epistemológico de sua análise e compreensão da experiência negra no Brasil.

É essa trajetória de luta e produção de conhecimento, a partir da ação social, que leva à formulação da interseccionalidade como conceito anos depois e inscreve a justiça social como ethos fundante da teoria e práxis interseccional desde a sua gênese (Collins, 2022). Desse modo, é a partir das ideias e ações das feministas negras americanas que a interseccionalidade se inscreve nas teorizações produzidas pela jurista americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) como termo usado com poder de metáfora de valor analítico (Collins, 2022) para possibilitar um panorama de relações sociais complexas durante um período de considerável mudança social, apesar do termo só ter se popularizado e ganhado mais produções - pela própria Crenshaw e outras pesquisadoras - na segunda metade dos anos 2000, cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, cisheteronormativo (Hirata, 2014).

Crenshaw analisou os padrões de violência em algumas decisões judiciais nos Estados Unidos e argumentou que raça e gênero são categorias levadas em consideração nas decisões sobre os processos em julgamento, mas tratadas de maneira separada, uma vez que as mulheres não-brancas podem ser localizadas entre ambas as categorias. O estudo de Crenshaw, nas condições mais amplas da época, revelou as limitações do pensamento monocategórico em relação a raça e gênero, nomeando a convergência estrutural entre sistemas interseccionais de poder que criaram fragilidades e limitações no movimento do ativismo antirracista e do ativismo feminista em sua eficácia política (Collins, 2022).

Assim, o seu termo visou analisar a subordinação de forma interligada ao investigar as interações entre gênero e raça, bem como outras possíveis marginalizações que rompem com o padrão branco cisheteronormativo (Held e Campos, 2022, p. 566), criando categorias

jurídicas concretas para abordar a discriminação em níveis múltiplos e variados (Viveros-Vigoya, 2023). Nas palavras de Collins (2022), o uso da interseccionalidade como metáfora ofereceu valor analítico ao amarrar as estruturas sociais e as ideias que as reproduzem.

Conforme já mencionado, desde a sua primeira utilização enquanto termo, a interseccionalidade ganhou espaço nas produções acadêmicas, nas ações de movimentos sociais e políticos, na atuação de profissionais do funcionalismo público e na ordem do dia de ativistas de direitos humanos em diversos locais (Collins, 2022). Tais usos reivindicam, em sua diversidade, cada vez mais o uso do termo em projetos políticos e intelectuais (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022; Viveros-Vigoya; 2023).

No entanto, algumas intelectuais da interseccionalidade (Collins, 2022; Viveros-Vigoya, 2023; Kyrillos, 2024) destacam que a velocidade de difusão da interseccionalidade, a sua apropriação por diversas áreas e agentes sociais, bem como as formas heterogêneas que agora assume, apontam para novos dilemas acerca da definição do seu status atual e de suas perspectivas futuras. Atualmente, os contornos intelectuais e a ação política em seu entorno delineiam uma compreensão da interseccionalidade enquanto forma de investigar como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana (Collins e Bilge, 2021).

Além disso, como ferramenta analítica que fundamenta a sua teorização, a interseccionalidade considera que os sistemas de relação de poder que conformam as

opressões de raça, classe, gênero, sexualidade, nação, capacidade, etnia, geração, orientação religiosa entre outras são inter relacionadas e moldam-se mutuamente (Viveros-Vigoya, 2023). A teorização interseccional, portanto, é um caminho para compreender e explicar a complexidade do mundo, dos sujeitos e suas experiências (Platero, 2012; Collins, 2022).

Ao tomar a teorização como via possível de trabalho para a interseccionalidade, Patrícia Hill Collins (2022) constrói uma base provisória, por meio de um conjunto de ferramentas conceituais, para pensar a interseccionalidade não mais apenas a partir da sua força como termo ou metáfora, mas como uma teoria social crítica em construção, rejeitando toda e qualquer suposição de que a interseccionalidade, tal como é tratada hoje e por si só, seja um campo de conhecimento inerentemente crítico, o que significa dizer que para atingir tal ideal a interseccionalidade precisa ser crítica acerca do seu próprio projeto.

Collins (2022) e Viveros-Vigoya (2023), em suas produções, convocam a interseccionalidade para um movimento de olhar criticamente para as suas próprias ideias e ações, para as produções dentro de seu próprio campo, especificando os termos da sua prática, de forma afirmativa, em um exercício de tornar possível a delimitação das questões mais amplas que inspiram a investigação crítica da interseccionalidade, uma vez que não há ainda nenhum acordo sobre a forma de fazê-la.

Mara Viveros-Vigoya (2023) alerta que o potencial cognitivo da interseccionalidade dependerá de um processo de formulação de seus conceitos centrais de forma crítica, para que não se torne objeto de pensamento imitativo - uma mera reprodução -, pois, caso contrário, correrá o risco de ser esvaziada de seu conteúdo e potencialidade crítica. “Na trajetória de sua

‘jornada’ semântica, uma teoria pode renovar-se e recuperar seu potencial rebelde” (Viveros-Vigoya, 2023, p. 32) [tradução nossa]. Desse modo, faz-se necessária, portanto, uma auto reflexão da própria interseccionalidade acerca dos seus princípios paradigmáticos e suas práticas, de modo a aguçar a sua lâmina crítica (Collins, 2022).

Collins (2022) e Viveros-Vigoya (2023) argumentam que, embora a interseccionalidade tenha alcançado um marco significativo ao impulsionar mudanças fundamentais de paradigmas em diversos campos de estudos “no pensamento sobre a intersecção de sistemas de poder e suas conexões com as desigualdades sociais” (Collins, 2022, p. 67), é crucial focar na sua própria estrutura paradigmática. Isso é necessário para criar estruturas que possam descrever, interpretar, analisar e explicar tanto o conhecimento que está sendo gerado quanto os processos utilizados para produzi-lo, fornecendo bases provisórias para a sua teorização crítica ainda em construção (Collins, 2022).

Para tanto, Collins (2022) extrai de suas leituras sobre a investigação interseccional e seu entendimento dessa prática um esboço dos construtos centrais recorrentes na interseccionalidade, bem como as premissas orientadoras que moldam a análise interseccional. Suas contribuições nos fornecem um esquema provisório das ideias paradigmáticas que formam o conteúdo da investigação interseccional (Collins, 2022). Segundo a autora, identificar esses conceitos centrais e seus usos representa um passo inicial promissor para delinear o uso paradigmático da interseccionalidade na produção intelectual.

Collins (2022) apresenta a relacionalidade como um primeiro construto central e fundamental, refletido no próprio nome do campo, que dá forma às premissas metodológicas

que moldam projetos interseccionais e descreve o conteúdo do conhecimento interseccional. A questão das conexões entre os construtos centrais da interseccionalidade é, fundamentalmente, uma questão de relacionalidade (Collins, 2022).

Essa ênfase na relacionalidade desloca o foco das características essenciais das categorias para os processos relacionais que as conectam, assim, raça, gênero, classe e outros sistemas de poder são constituídos e mantidos por meio de processos relacionais, ganhando significado através dessas interações (Collins, 2022). Para a autora, a importância analítica da relacionalidade na pesquisa interseccional demonstra como diferentes posições sociais necessariamente adquirem significado e poder (ou a ausência deles) em relação a outras posições sociais.

A questão do poder também figura como um outro construto central importante para a compreensão e teorização interseccional, na medida em que este opera pela via das relações, ou seja, os sistemas de poder interdependentes, interseccionais e mutuamente construídos adquirem significado a partir das relações de poder em relação um ao outro (Collins e Bilge, 2021). As intersecções dos sistemas de poder produzem divisões sociais de raça, gênero, classe, sexualidade, capacidade, idade, país de origem e status de cidadania que, isoladas, dificilmente serão compreendidas de forma adequada (Collins, 2022). Por sua vez, uma análise atenta ao poder indica que a interseccionalidade é uma forma de investigação e práxis crítica que responde às complexas desigualdades sociais, as quais são estruturadas por uma matriz intrincada de poder (Collins e Bilge, 2021; Kyrillos, 2024).

Para isso, a autora propõe redefinir a ação social como uma forma de conhecimento

que valoriza a experiência. Essa abordagem possibilita o fortalecimento da teorização interseccional (Collins, 2022), visto que a experiência e a ação social estão profundamente ligadas ao contexto social – outro construto que se configura como lugar central para a materialização das relações interseccionais de poder. Nas palavras de Collins (2022, p. 27), “experiências constituem uma ferramenta importante, ainda que por vezes esquecida, da teorização crítica. Por ocorrerem no mundo social, experiências são janelas para o mundo”. Dessa maneira, elas constituem bases para fundamentar a teorização dentro das relações de poder, não como uma mera reação ao poder, mas como uma ação social em resposta às relações de poder (Collins, 2022).

Ao compreender que diferentes sujeitos(as) enfrentam formas distintas de relações de poder que geram opressão e privilégio, a depender de suas múltiplas identidades - vistas e desempenhadas de formas diferentes em diferentes contextos e posições (Butler, 2018) -, a justiça social deve atender a essas variadas experiências. Desse modo, Collins (2022) circunscreve a justiça social enquanto outro construto central para a teorização interseccional, por entender que a justiça social envolve uma compreensão profunda das múltiplas relações de poder que se articulam e atravessam a vida dos(as) sujeitos(as). Assim, tomar a justiça social como construto central que fundamenta a investigação e práxis crítica levanta questões sobre a ética da produção intelectual e da prática interseccional, fortalecendo sua capacidade de ação social (Collins, 2022).

Outro construto central para a teorização e produção de conhecimento interseccional é a desigualdade social, o qual destaca como as relações de poder interseccionais operam na criação das desigualdades e dos problemas sociais que delas resultam, além de examinar os

movimentos de resistência contra essas desigualdades (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022). Isso envolve analisar como múltiplas desigualdades sociais se estruturam e se repetem, assim como as diversas maneiras pelas quais os(as) sujeitos(as) resistem dentro dos sistemas interseccionais (Collins e Bilge, 2021).

Por fim, todos os construtos centrais demonstram a complexidade da interseccionalidade, entendida também como outro construto que constitui uma dimensão importante do pensamento paradigmático interseccional (Collins, 2022). Refletir sobre as desigualdades sociais e as relações de poder dentro de um *éthos* de justiça social - e fazê-lo não a partir de compreensões universalizantes e abstratas, mas em contextos específicos - torna a investigação e a práxis interseccional mais complexas, assim como analisar como as relações de poder interseccionais moldam identidades, práticas sociais, arranjos institucionais, ideologias e representações culturais de forma contextualizada e histórica acrescenta uma camada adicional de complexidade a tudo (Collins e Bilge, 2021). Além disso, a tensão criativa que vincula a interseccionalidade como uma forma de investigação crítica à prática introduz ainda mais complexidade nos projetos interseccionais, uma vez que questões complexas podem reivindicar estratégias igualmente complexas de investigação e ação (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022).

Segundo Lugones (2020), o construto central da complexidade, em que se baseia a interseccionalidade, deve considerar que essas categorias aparentemente diferentes e opostas estão ligadas, são interativas e relacionais, em contraste com o que propõe a epistemologia ocidental que organiza o mundo da forma binária (homem-mulher, negro-branco, homossexual-heterossexual, Ocidente-resto do mundo, urbano-rural entre outras).

Os construtos centrais da interseccionalidade aparecem de maneira habitual na investigação interseccional, seja como temas de investigação ou como princípios teórico-metodológicos que orientam a pesquisa nesse campo, tais premissas são ideias que animam a investigação e a práxis interseccional. Collins (2022) as sistematiza em quatro pontos principais: 1) Raça, classe, gênero e sistemas semelhantes de poder são interdependentes e se constroem mutuamente; 2) A interseção das relações de poder gera desigualdades sociais complexas e interdependentes, abrangendo raça, classe, gênero, capacidade, nacionalidade, idade, sexualidade, etnia e outras relações interseccionais de poder; 3) A posição social de sujeitos(as) e grupos na intersecção dessas relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social; e 4) Resolver problemas sociais em contextos locais, regionais, nacionais ou globais requer análises interseccionais.

A interseccionalidade, portanto, refere-se a uma teoria que integra diversos campos do conhecimento de maneira transdisciplinar, com vistas à compreensão da complexidade das identidades e desigualdades sociais por meio de um enfoque relacional. Essa teoria rejeita o isolamento e a hierarquização dos principais eixos e sistemas interseccionais de poder, como sexo, gênero, classe, raça, etnicidade, idade, capacidade, sexualidade, religião e outros. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão associados a essas relações de poder e propõe a análise de sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009), uma base que possibilita a superação da lógica das trincheiras separadas e que permite compreender o funcionamento da desigualdade sem fragmentá-la (Viveros-Vigoya, 2023).

2.2. Por uma determinação social da vida

É indubitável que a injustiça social, enquanto causa das desigualdades sociais produzidas e estruturantes no/do modo de produção e exploração capitalista e colonial, tem ganhado destaque nas discussões dos mais diversos espaços sócio institucionais nos últimos anos, inclusive no *lobby* de instituições globais e internacionais de saúde, a exemplo da própria Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo considerada fator que influencia direta e indiretamente nas condições de saúde-doença-cuidado das populações em esfera global (Breilh, 2010; OMS, 2010).

Capella (2023) afirma que compreender a relação entre saúde - incluindo a saúde mental, pois não são indissociáveis, uma vez que não é possível separar a saúde mental da ordem social (Martín-Baró, 1984/2017) - e sociedade implica posicionarmo-nos a partir de um determinado paradigma que sustenta a nossa investigação acadêmica e a nossa prática profissional.

Para tanto, o paradigma da determinação social da saúde revela-se enquanto estratégia de contextualização do processo saúde-doença-cuidado, evidenciando a forma como as condições de vida, acesso às políticas públicas, relações de gênero, raça, etnia, capacidade, dentre outras relações de poder dentro de um contexto social, político e econômico amplo e complexo, conformam uma equação delicada que produzem as disparidades observadas no processo saúde-doença-cuidado, relações de poder que articulam-se mutuamente e se expressam de modos diferentes nos contextos urbanos e rurais (Dantas et al, 2020).

As discussões em torno do paradigma da determinação social da saúde emergem na América Latina, fundamentadas pela Saúde Coletiva e pela Epidemiologia Crítica, a partir do

pressuposto de que a saúde é socialmente determinada. Este paradigma é inaugurado com a publicação da tese de mestrado (1977) do epidemiologista crítico equatoriano Jaime Breilh, ao criticar de forma sistemática e profunda a interpretação imposta pelo modelo econômico capitalista à epidemiologia, quando faz uso pela primeira vez do termo determinação social da saúde.

Breilh (2021) formula que a partir da teoria da determinação social da saúde - e, portanto, da vida -, a saúde pode ser concebida como um fenômeno coletivo constituído pela inter-relação dialética entre objetividade, subjetividade e prática social, e por um certo metabolismo natureza-sociedade, no contexto de uma estratificação social injusta e insustentável.

A perspectiva da determinação social da vida, portanto, articula um cenário composto por um conjunto multidimensional e dialético de processos que ocorrem nas diversas dimensões da vida, concatenados com modos de vida e relacionados a determinações e contradições estruturais mais amplas, que devem ser minuciosamente analisados para compreender as sutilezas da produção de saúde mental nos diversos territórios (Breilh, 2010; Dimenstein et al, 2020).

Breilh (2010) nos convoca à necessidade de nos concentrarmos em consolidar as contribuições da epidemiologia crítica, promovendo um debate que nos permita combinar os pontos fortes de diferentes abordagens – especialmente as da América Latina. Precisamos desenvolver uma epidemiologia fundamentada no princípio da determinação social da vida e da saúde, estreitamente conectada com a atuação dos movimentos sociais (Breilh, 2010).

No entanto, é fundamental distinguir o paradigma da determinação social da vida e da saúde da ideologia dos determinantes sociais, enquanto proposta emanada do *mainstream* oficial do Norte global (Breilh, 2010), pois, apesar do jogo de palavras denotar possíveis semelhanças entre estes dois campos de compreensão e produção de conhecimentos e práticas, são diferentes e divergem em suas análises e contexto de produção de suas críticas.

A Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), instituída pelo Decreto Presidencial de 13 de março de 2006, revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019, ainda em vigência, descreve os determinantes sociais da saúde (DSS) como fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que exercem influência na ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco nas populações. A comissão da OMS que recebe o mesmo nome, assume uma definição mais sucinta, descrevendo os DSS como condições sociais em que os(as) sujeitos(as) vivem e trabalham (OMS, 2010).

O modelo definido e utilizado pela OMS (2010) foi sintetizado a partir do modelo proposto por Solar e Irwin (2010), partilhando da compreensão da existência de determinantes estruturais que influenciam a saúde por meio de um conjunto de determinantes intermediários. A estrutura reflete então como os mecanismos sociais, econômicos e políticos criam diversas posições socioeconômicas, estratificando as populações com base na renda, educação, ocupação, gênero, raça, etnia e outros “fatores”, buscando estabelecer uma hierarquia de determinações entre os mesmos (Buss e Pellegrini Filho, 2007; Garbois, Sodré e Dalbello-Araújo, 2017).

A OMS (2010), ao abordar os determinantes sociais da saúde como “fatores” (condições de vida, trabalho, moradia, educação, transporte, etc.), “contextos”, “circunstância” e

“condições”, adota uma perspectiva reducionista e fragmentada da realidade social. Essa abordagem oculta significativamente a compreensão dos múltiplos processos socioeconômicos, culturais, ecobiológicos e psicológicos que compõem as dinâmicas da saúde e da doença. Ao não reconhecer que o processo de saúde-doença-cuidado é criado e transformado por cada sociedade em diferentes momentos históricos, a OMS acaba convertendo as estruturas sociais em variáveis, em vez de tratá-las como sistemas inter relacionados de análise do movimento de produção e reprodução social (Silva e Bicudo, 2022).

Em contrapartida, por sua vez, o paradigma da determinação social da saúde, conforme proposto por Breilh (2010), aprofunda a compreensão das interações e sobreposições desses sistemas de poder, abordando de forma interconectada as dimensões biológicas, culturais, sociais e históricas (Bicalho e Campos, 2024). Breilh (2021) há muito que critica a perspectiva funcionalista e de causalidade linear do modelo dos determinantes sociais, diferenciando-a da sua proposta de determinação social. Nesse sentido, os determinantes sociais da saúde parecem necessitar de serem complexificados, politizados e dialeticamente superados (Capella, 2023).

O paradigma da determinação social da saúde não é produto exclusivo de um determinismo coletivo ou geral, nem é produto exclusivo de um determinismo biológico-psicológico individual, é antes o resultado de um processo complexo de determinação social que implica e envolve também o jogo da vida cotidiana e as possibilidades físicas e psicológicas da vida pessoal que, embora não sejam dominantes na esfera coletiva, possuem uma margem de autonomia que possibilita a geração de ações que podem se somar a outras para tornar uma massa crítica de transformação (Breilh, 2010).

No quadro desta complexa realidade, Breilh (2010) nos dá subterfúgios teóricos e práticos para buscarmos promover a noção de determinação enquanto “minação social”, dada a necessidade de revitalizar a epidemiologia crítica latino-americana, cuja construção iniciou na década de 1970. Ao abordar a saúde como um problema coletivo, entende-se a necessidade de um paradigma interpretativo que possibilite superar a visão linear e reducionista da saúde como efeito mórbido de causa(s) isolada(s), e a necessidade de compreender a saúde em sua complexidade (Breilh, 2010).

Breilh (2010) argumenta que a compreensão conceitual e a consolidação metodológica da pesquisa sobre a determinação social da saúde devem estar estreitamente ligadas aos impulsos estratégicos e às necessidades da luta coletiva. Caso contrário, estaremos novamente sujeitos à hegemonia da epidemiologia funcionalista que dominou - e ainda domina - instituições governamentais e universidades, desconsiderando a tendência progressista latino-americana (Breilh, 2010).

Definir o objeto epidemiológico exige ir além de sua mera descrição. É preciso entender suas características, relações, nuances e até mesmo sua capacidade de transformação, como bem apontado por Breilh (2010). No entanto, essa análise não ocorre no vácuo, pelo contrário, Breilh (2010) argumenta que esta se dá em um contexto social específico, permeado por diferentes atores e atrizes sociais com seus próprios interesses e disputas de poder. Em outras palavras, o objeto epidemiológico é moldado pelas relações de poder e pelos conflitos de interesse presentes no espaço social onde se manifestam. Assim, a forma como compreendemos esse objeto e as estratégias para estudá-lo são influenciadas por essas relações de poder (Breilh, 2010).

Breilh (2010) destaca ainda, que a própria pesquisa epidemiológica está sujeita a essa dinâmica. As condições sociais, tanto em um nível macro (a sociedade como um todo) quanto micro (a comunidade científica e seus modos de pensar e agir), influenciam diretamente a produção intelectual e ações da ciência. Logo, o espaço da práxis da ciência é constantemente atravessado pelas relações sociais, pelas correspondentes pressões e até ameaças de poder que moldam o fazer científico (Breilh, 2010).

A compreensão da saúde exige uma perspectiva mais abrangente do que a tradicional visão epidemiológica, que muitas vezes se limita a uma análise indutiva baseada em estilos de vida individuais, especialmente os considerados "pouco saudáveis" (Breilh, 2010). Essa abordagem simplista ignora a complexidade da saúde e a influência das múltiplas relações e sistemas de poder que operam e se constroem mutuamente na realidade social.

Breilh (2010) argumenta que a redução da saúde a escolhas individuais, sejam elas expressas em dados quantitativos ou narrativas qualitativas, é cair em um reducionismo que oculta o verdadeiro fundamento da determinação social da saúde. Para romper com essa visão cartesiana e linear, é fundamental adotar uma perspectiva relacional, que reconheça a interação dinâmica entre o individual (micro) e o coletivo (macro) (Breilh, 2010).

Breilh (2010) toma as contribuições de Juan Samaja - epistemólogo argentino - que explicam a relação dialética da ordem coletiva e individual, sendo esta de influência mútua. Desse modo, as estruturas sociais moldam as condições de vida individuais, enquanto as ações individuais, especialmente quando coletivizadas, têm o potencial de transformar as estruturas sociais, ou seja, essa dança complexa entre o micro e o macro é o que determina a saúde (Breilh,

2010).

Em contextos sociais específicos, diferentes classes sociais desenvolvem seus próprios modos de vida, influenciados por relações de poder de etnia, gênero, classe, capacidade, nação entre outras (Breilh, 2010; Dantas et al, 2020). Esses modos de vida, moldados pela história e pelas relações de poder que se articulam e se constroem mutuamente, impactam diretamente nas oportunidades e condições que influenciam a saúde, assim, ignorar a dimensão social e histórica da saúde impede uma compreensão ampla e significativa de suas nuances (Breilh, 2010).

Os movimentos da saúde dependem de uma intrincada rede de processos que se interconectam ao longo da vida. Essa complexidade se manifesta nos perfis epidemiológicos, que vão além de meros indicadores estatísticos, os quais revelam as dinâmicas sociais e históricas que influenciam a saúde de diferentes grupos (Breilh, 2010). Os perfis epidemiológicos, longe de serem descrições neutras, desvendam as desigualdades e iniquidades em saúde, evidenciando como as relações de poder e as estruturas sociais moldam os modos de vida e, consequentemente, a saúde das populações (Breilh, 2010).

As diferenças nos perfis epidemiológicos e suas mudanças ao longo do tempo demonstram que a saúde não é um atributo individual, mas um reflexo das condições sociais e históricas, para tanto, compreender os perfis epidemiológicos em sua integralidade, reconhecendo seus aspectos históricos, sociais e políticos, é fundamental para orientar ações transformadoras (Breilh, 2010). A partir dessa análise crítica, podemos elaborar estratégias de prevenção e promoção da saúde que sejam efetivamente eficazes e socialmente justas, combatendo as raízes da iniquidade em saúde e promovendo o bem-estar coletivo.

Breilh (2010) argumenta que a epidemiologia tradicional, com sua ênfase em dados empíricos e análises individuais, frequentemente confunde conceitos cruciais como equidade e desigualdade em saúde, e aponta que é preciso ir além dessa lógica indutiva para realmente compreender a complexidade da saúde. Desse modo, o autor faz uma diferenciação entre os dois construtos, apresentando a lógica de compreensão da realidade que cada um deles revela e aponta a iniquidade como construto que pode verdadeiramente contribuir para as análises críticas da determinação social da vida.

A iniquidade, enquanto construto explicativo, reside na estrutura social e nas relações de poder que permeiam uma sociedade e representa o acúmulo histórico de poder por determinados grupos sociais em detrimento de outros, resultando em acesso desigual a recursos e oportunidades (Breilh, 2010). Ou seja, a iniquidade molda os modos de vida e explica as disparidades significativas na saúde entre diferentes populações, embora o autor em suas produções dê ênfase à dimensão da classe social. Enquanto isso, a desigualdade é uma manifestação observável da iniquidade, expressa na distribuição injusta de bens e serviços (Breilh, 2010). O autor argumenta que compreender essa distinção é crucial para superar a superficialidade das análises tradicionais em saúde.

Para tanto, Breilh (2010), Sousa, Maciel e Medeiros (2018) defendem que a epidemiologia precisa romper com a visão individualista e reconhecer que a saúde é moldada por estruturas sociais e relações de poder. A determinação social da saúde opera tanto no nível macro, influenciando os modos de vida coletivos, quanto no nível micro, afetando as experiências individuais de saúde (Breilh, 2021). A visão dominante, focada no modelo biomédico e em intervenções individuais, como doenças e seus tratamentos ignora esta

dinâmica de complexidade da saúde, reduzindo a saúde a causas isoladas e soluções simplistas que impedem a construção de uma compreensão crítica e integral (Breilh, 2010).

Superar essa visão reducionista exige um paradigma interpretativo que reconheça a saúde como um processo complexo, dinâmico e multifacetado, moldado por uma teia intrincada de estruturas interligadas de relações de poder, situadas em contextos históricos, sociais e culturais específicos (Breilh, 2010; 2021).

Na esteira da discussão acerca da determinação social da vida, alguns/algumas autores(as) (Marmot, 2020; Costa e Mendes, 2020; Capella, 2022), apontam para a relevância de se construir e defender um paradigma de saúde mental coletiva que leve em consideração a complexidade dos nós críticos e situações-limite que conformam o contexto social, político, econômico e histórico local e global. Realidade essa conformada pelas múltiplas e interconectadas relações de poder de raça, classe, gênero, etnia, luta por territórios, status de cidadania, capacidade, sexualidade entre outras formas de opressão, sobretudo após o período pandêmico provocado pelo novo coronavírus, que acentuou ainda mais as complexas desigualdades interseccionais produzidas pelos próprios sistemas de poder que a produzem. Estes movimentos nos convocam a repensar o papel da Psicologia nas nossas sociedades (Capella, 2023, p. 3).

Em contrapartida, conforme afirma Capella (2023), a complexidade teórica e as implicações ético-políticas da ideia de uma determinação social da saúde, conforme proposta criticamente por Breilh (1977; 2010; 2021), têm sido relativamente menos posicionadas nos debates acadêmicos hegemônicos no âmbito da Psicologia e disciplinas afins.

Desse modo, a determinação social da saúde, compreendida a partir de uma perspectiva crítica de saúde mental coletiva, reconhece que a saúde mental não é apenas um resultado individual, mas também um produto complexo das condições sociais, econômicas e políticas em que os(as) sujeitos(as) vivem. Essa abordagem enfatiza a interconexão entre questões sociais, estruturais e psicológicas na produção da saúde mental das populações, sendo saúde mental entendida neste estudo enquanto construção intersubjetiva histórica e culturalmente situada, de experiências de bem-estar ou mal-estar, expressas através dos nossos corpos, dos nossos pensamentos, dos nossos afetos, dos nossos discursos e das nossas ações em relação a nós próprios, aos outros e às ecologias onde - e por meio das quais - existimos como sujeitos (Capella, 2023). Conforme Capella (2023, p. 6), “esta visão opõe-se claramente às posições cartesianas, empiristas, positivistas, funcionalistas e biomédicas”.

Desse modo, nos contrapomos veementemente ao modelo biomédico, individualizador de problemas sociopolíticos (Acosta e Useche, 2016), que descola e descontextualiza o sofrimento dos(as) sujeitos(as) de suas realidades concretas e busca compreender o sofrimento apenas pela via orgânica e seus desequilíbrios químico-cerebrais, o qual enfatiza a medicalização e a hospitalização - o enclausuramento - na assistência à saúde mental (Sousa, Maciel e Medeiros, 2018). Este modelo de compreensão da saúde mental, conforme Capella (2023, p. 2), serve às “ideologias neoliberais, individualistas, competitivas e opostas ao público e ao coletivo”.

Por fim, reconhecer a complexidade da saúde pelas suas diferentes dimensões e seu caráter contraditório que lhe confere movimento significa abandonar a busca por soluções simplistas e apostar em abordagens abrangentes e transformadoras. Somente assim poderemos

construir uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, onde a saúde universal, integral, equânime, pública e de qualidade seja um direito de todos(as) os(as) sujeitos(as), assim como está registrado nas linhas do artigo 198 da Constituição Federal brasileira.

2.3. Caminhos para uma articulação: “uma maneira interseccional de pensar”² a saúde mental

Galvão et al (2021), assim como Collins (2022), indicam que o reconhecimento da teoria da interseccionalidade pelas pesquisas em saúde pública, epidemiologia e sociologia reforça o debate teórico-metodológico em torno da temática e promove a apropriação dessa perspectiva como um paradigma transformador para a saúde coletiva e as políticas de saúde.

Nesta perspectiva, a articulação entre a interseccionalidade e o debate da determinação social da saúde nos fornece subterfúgios teóricos, conceituais e analíticos que desvelam como as intersecções entre os sistemas de poder reverberam em questões que ultrapassam o campo objetivo e observável, mas também em formas e modos de subjetivação das experiências vividas. Além disso, a articulação entre os dois campos de conhecimento a partir de suas ideias centrais e premissas podem abrir espaço para uma mudança na forma como ambos os campos organizam suas práticas, com vista a facilitar o alcance de seus objetivos de resolução de problemas (Collins, 2022).

Para tanto, faz-se mais do que necessária, assim como aponta Breilh (2010), a

² A frase “uma maneira interseccional de pensar” é uma tradução nossa do trecho original “an intersectional way of thinking”, retirado de: Cho, Sumi; Crenshaw, Kimberlé Williams; McCall, Leslie. (2013). Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. Signs: Journal of Women in Culture and Society 2013, vol. 38, no. 4, p. 795. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741149/mod_resource/content/1/CHO%2C%20S.%3B%20CRENSHAW%2C%20K.W.%3B%20Mccall%2C%20L.%20Toward%20a%20Field%20of%20Intersectionality%20Studies.pdf. Acesso em 06 de jun. de 2024.

articulação da determinação social da vida com outros campos de conhecimento crítico para integrar e aprofundar o trabalho de epidemiologia crítica. Apostar nessa abertura, nos mobiliza a pensar a interseccionalidade como caminho possível para aprofundar as análises e compreensões sobre como diferentes relações interseccionais de poder, de forma articulada e complexa, moldam as desigualdades em saúde.

Para tanto, apresentamos cada um dos construtos centrais que fundamentam a teorização e produção de conhecimento interseccional: a relacionalidade, complexidade, contexto social, poder e desigualdade e justiça social, conforme esboçados por Collins (2022). Posteriormente, trouxemos as contribuições de Breilh (2010) para o paradigma da determinação social da vida, demonstrando onde e como cada um dos construtos centrais da interseccionalidade apresentados figuram na construção do pensamento paradigmático de Breilh.

Ao analisar as produções de Breilh (1977; 2010; 2021) é evidente, facilmente localizável os construtos centrais de poder, contexto social, justiça social e complexidade que orientam a teorização interseccional. Ambos os paradigmas teóricos críticos reconhecem o poder como determinante crucial na produção das divisões sociais de raça, gênero, classe, sexualidade, capacidade, idade, país de origem e status de cidadania e que de forma, isoladas, sem analisar as relações desiguais de poder que elas engendram, dificilmente serão compreendidas de forma adequada (Collins, 2022). Ou seja, o poder, a partir das relações que mutuamente produz, influencia nas condições e modos de vida dos(as) sujeitos(as), condições de acesso às ações e serviços de saúde e, conseqüentemente, seus processos de saúde-doença-cuidado (Breilh, 2010). Estudos demonstram que as relações de gênero, raça,

classe, território e outras formas interseccionais de poder produzem experiências e modos específicos de vivenciar a saúde mental, por exemplo (Pinho e Araújo, 2012; Zanello, Fiuza e Costa, 2015; Leite et al, 2017; Barros, 2021).

No que tange ao construto da complexidade, este se apresenta como inerente à teorização e à prática interseccional e à perspectiva de compreensão da realidade da determinação social da saúde, uma vez que a influência e a forma como as relações de poder operam mutuamente na construção das identidades, práticas sociais, instituições, ideologias e representações culturais são sempre de ordem complexa. Para tanto, faz-se necessário abrir mão de formas de análise dos problemas sociais a partir de lentes monocategóricas (Collins, 2022) e que se fundamentam na mera demonstração de vínculos causais, diretos, individualizados ou simples associações (Breilh, 2010). Abrir mão da complexidade na compreensão da realidade, para ambos os campos paradigmáticos, significa perderem suas lâminas críticas e mostrarem-se contraditórios aos seus próprios fundamentos.

Ainda tomando a questão da complexidade, para a interseccionalidade, não se trata de uma simples soma ou o reconhecimento da multiplicidade dos sistemas e relações de poder e opressão, mas sim a compreensão da forma complexa e dinâmica de como operam as suas inter relações (Bilge, 2009). A busca por justiça social, combinada à aplicação da crítica interseccional na prática, adiciona ainda outra camada de complexidade, demandando estratégias de pesquisa e ação igualmente complexas para lidar com questões multifacetadas (Collins, 2022). A determinação social da saúde segue a mesma direção ao compreender a saúde como um fenômeno multifatorial, conformado por uma rede complexa de iniquidades que se relacionam de forma interdependente e que exigem soluções abrangentes que

considerem tal complexidade (Breilh, 2000).

O contexto social, construto que se configura como lugar central para a materialização das relações interseccionais de poder, é também tomado na determinação social da saúde como tema central, ao enfatizar que as experiências dos(as) sujeitos(as) não podem ser dissociadas de seus contextos históricos, políticos, sociais e culturais que determinam as relações de poder e constroem os(as) sujeitos(as), os quais se configuram relevantes para a compreensão dos processos de saúde-doença-cuidado. O pensamento da determinação social da saúde tem sua gênese na compreensão de que nascemos, crescemos, adoecemos e morremos sobre as determinações de um contexto de estratificação social injusta e insustentável (Breilh, 2021).

Tanto a relacionalidade proposta por Collins (2022) quanto a interdependência entre condições de vida e saúde formulada por Breilh (2000) convergem na necessidade de se analisar as conexões entre diferentes sistemas e relações de poder. Para as autoras do campo da interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2022; Collin, 2022; Viveros-Vigoya, 2023), a compreensão da realidade se dá por meio da análise conjunta e contextualizada das múltiplas relações interseccionais de poder que moldam a vida dos(as) sujeitos(as).

Similarmente, Breilh (2010) e outros(as) autores(as) (Buss e Pellegrini Filho, 2007; Fleury-Teixeira, 2009; Dimenstein, Siqueira, Macedo, Leite e Dantas, 2017) defendem a análise interdisciplinar das formas de organização da sociedade, de sua estrutura social e econômica, entendendo que esta subordina a dimensão natural da produção da saúde, da doença e do cuidado, assim a saúde pode ser compreendida a partir da interação dinâmica

entre as experiências individuais, os processos estruturais e os sistemas ecossociais que as influenciam. Ambas as perspectivas rejeitam análises isoladas e superficiais, buscando uma compreensão profunda e interconectada dos fenômenos sociais e de saúde (Buss e Pellegrini Filho, 2007; Fleury-Teixeira, 2009; Breilh, 2010; Dimenstein et al, 2017; Collins; 2022).

A aposta de Breilh (2010) ao centrar as reflexões e análises em torno das relações de poder, os processos sociais e a saúde enquanto interdependentes, alinha-se à premissa orientadora da interseccionalidade de que a intersecção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes que determinam os fenômenos sociais (Collins, 2022). A complexa teia de relações de poder interdependentes molda desigualdades sociais que, por sua vez, determinam os fenômenos sociais, incluindo a saúde. Essa convergência demonstra a importância de se analisar a saúde não como um evento isolado, mas como um produto de contextos sociais, políticos e econômicos atravessado e conformado por complexas relações interseccionais de poder.

O construto da desigualdade social para a interseccionalidade destaca como as relações interseccionais de poder operam na criação das desigualdades e dos problemas sociais que delas resultam, além de examinar os movimentos de resistência contra essas desigualdades (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022). Isso envolve analisar como múltiplas desigualdades sociais se estruturam e se repetem, assim como as diversas maneiras pelas quais os(as) sujeitos(as) resistem dentro dos sistemas interseccionais (Collins e Bilge, 2021).

A determinação social da saúde, por sua vez, faz uso de duas conceituações para tratar da questão: iniquidade e desigualdade. Breilh (2010) destaca a iniquidade como algo que transcende

a mera diferença na distribuição de recursos. A iniquidade, portanto, se configura como um processo histórico e estrutural de acumulação de poder por determinados grupos sociais em detrimento de outros (Breilh, 2010). Essa apropriação desigual de poder – seja ele econômico, político ou cultural – perpetua relações de subordinação e exclusão, moldando o tecido social e determinando as condições de vida das diferentes classes sociais. A desigualdade, por sua vez, se manifesta como o resultado tangível e observável da iniquidade e representa a expressão concreta da distribuição injusta de bens, serviços e oportunidades dentro de uma sociedade (Breilh, 2010). Diferenças de renda, acesso à saúde, educação e moradia são exemplos claros da desigualdade social, que funciona como um indicador mensurável da iniquidade subjacente.

Em outras palavras, enquanto a iniquidade se configura como a causa, a desigualdade é apresentada como o efeito. A primeira opera como um processo estrutural e histórico, enquanto a segunda se manifesta como um resultado mensurável e visível na vida social. Para ambos os paradigmas sociais críticos da interseccionalidade e determinação social, a desigualdade social não é compreendida como um fenômeno natural ou aleatório, mas sim um resultado da iniquidade, entendida por Breilh (2010) como a distribuição desigual de poder e recursos que perpetua relações de poder. A interseccionalidade e a determinação social da saúde, portanto, ao convergirem também na compreensão deste construto central, complementam-se na análise da desigualdade social, fornecendo ferramentas teórico-metodológicas e conceituais para a compreensão e teorização crítica de suas raízes estruturais e desiguais.

No entanto, vale salientar que ao diferenciar conceitualmente iniquidade e desigualdade, atribuindo à desigualdade a sua razão a partir apenas da distribuição injusta de bens, a

determinação social da saúde parece atribuir à desigualdade em si um peso maior da relação de poder de classe. A interseccionalidade, por sua vez, não diferencia as relações de poder e opressão de forma hierárquica, não atribuindo um peso maior a uma em detrimento das outras, uma vez que o pensamento interseccional emerge da superação das limitações deste tipo de pensamento monocategórico em relação aos sistemas interseccionais de poder, ao reconhecer que estão sempre em movimento e em constante articulação.

Apesar dessa divergência, a articulação da interseccionalidade com a determinação social da saúde pode oferecer ferramentas para colocar a análise crítica de classe, nação, etnia, raça, gênero em diálogo, fornecendo um contexto interpretativo potente não só interdisciplinar, mas também inter categórico, apontando o engajamento dialógico como crucial para teorização crítica (Collins, 2022) e uma compreensão ampla, inclusiva e equânime dos processos de saúde-doença-cuidado.

A interseccionalidade e a determinação social da saúde, portanto, ao serem colocadas em articulação, proporcionam um entendimento mais profundo e crítico das iniquidades em saúde, em razão de suas aproximações conceituais e formas de compreensão da realidade. Essa perspectiva demonstra a necessidade de ações que transcendem o modelo biomédico tradicional, buscando transformar estruturas de poder, promover a justiça social e construir contextos sociais mais equitativos e inclusivos. Desse modo, nos parece ser possível a construção de um paradigma de saúde mental coletiva metodologicamente pluralista que a práxis privilegie o olhar para as subjetividades e seu contexto de produção, bem como práticas que integrem diferentes saberes, inclusive aqueles gerados pelas próprias pessoas e comunidades.

3. RESISTIR NA INTERSECÇÃO DOS SISTEMAS DE OPRESSÃO

O processo de construção de conhecimento no contexto de comunidades quilombolas nos convoca a assumir o compromisso ético, estético, político e social de fundamentar o processo de teorização a partir de temas que estão intrinsecamente relacionados à história, vivência e processos de subjetivação dos(as) sujeitos(as) que constroem suas vidas nestes territórios. Especificamente no caso das mulheres quilombolas, a complexidade das suas lutas denuncia as múltiplas vulnerabilidades que sofrem cotidianamente, tornando seu protagonismo mais enfático nos processos de resistência e luta não só pelos territórios onde vivem, mas em resposta às complexas relações interseccionais de poder que conformam suas realidades e interpelam os seus corpos-territórios em cada contexto.

Vale ressaltar que, na concepção deste estudo, partimos da compreensão de corpo-território enquanto conjunção que expressa a impossibilidade de recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem; assim, corpo e território compactados em uma só palavra demarca uma recusa à compreensão colonial e neoliberal do corpo como bem e propriedade individual, demarcando um ponto de vista em defesa da sua compreensão enquanto continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território (Gago, 2020)

Carla Akotirene (2022) argumenta que a compreensão da interseccionalidade deve incluir os mais diversos grupos marginalizados que sofrem com as múltiplas colisões do capacitismo, do terrorismo religioso, do cisheteropatriarcado e do imperialismo. Assim, ao tomarmos a interseccionalidade enquanto conhecimento de resistência e caminho para a

teorização crítica, sendo, neste estudo, utilizada para identificar as diversas opressões, vulnerabilidades e práticas de resistência construídas pelas mulheres quilombolas do Grilo na produção da saúde mental, nos propomos neste capítulo a apresentar, a partir da discussão com outros estudos da literatura disponível, como se apresentam, na materialidade da vida das mulheres quilombolas de outras regiões e nas especificidades de suas histórias, os múltiplos sistemas e relações interseccionais de poder, que mutuamente se constroem e sugerem formas distintas de opressão.

Nessa perspectiva, o presente capítulo trata-se de uma revisão narrativa da literatura que tem como objetivo analisar como os textos abordam as experiências e práticas das mulheres quilombolas, como mobilizam o conceito de interseccionalidade, e quais sistemas e relações interseccionais de poder e opressão são identificados nos estudos pelas(os) autoras(es). A análise se baseia em 13 textos, que oferecem uma visão ampla e detalhada sobre as vivências dessas mulheres, suas estratégias de resistência e os desafios que enfrentam na multiplicidade de contextos de exclusão e opressão narrados.

Salientamos que os estudos que embasam a discussão que será apresentada são frutos dos encontros do autor com o campo a partir da literatura disponível mas, evidentemente, refletem também os encontros vividos com as protagonistas deste estudo durante esse processo, as mulheres quilombolas do Grilo. Os reflexos e efeitos dos encontros com as mulheres, ao serem confrontados com o que se encontrou na literatura acerca das realidades de outras mulheres e quilombos de outras regiões do país, mobilizou, no autor, mudanças nas posições acerca das formas de compreender e conceber o campo e a si próprio. O presente capítulo é parte desses processos.

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico foi realizado durante o período de março de 2023 a novembro de 2024, marcando todo o processo de produção da presente dissertação. Foram utilizadas as bases de dados BVS-Psi, Scielo, Pepsic e *Google Acadêmico*, onde utilizou-se das seguintes combinações de descritores: “mulheres quilombolas”, “interseccionalidade” e “saúde mental”. Os critérios utilizados para a inclusão da literatura foram artigos publicados em periódicos científicos, artigos completos publicados em anais de congressos e o idioma, fazendo uso apenas dos trabalhos escritos em português, com exceção de um texto que encontra-se em inglês, sendo inserido em razão da relevância de seu conteúdo, fruto do processo de orientação do presente trabalho. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídos todos aqueles que não se encaixavam nos critérios de inclusão e/ou apresentavam duplicidade, ou seja, apresentava-se em mais de uma base de dados. Foram excluídos também resumos para congressos e trabalhos que não foram encontrados na íntegra.

A partir da busca, foram avaliados os títulos dos trabalhos encontrados para filtragem dos que se mostravam relevantes à pesquisa, seguida das leituras de todos os resumos dos textos até então selecionados para verificação dos critérios de inclusão. Por fim, todos os trabalhos selecionados foram lidos e fichados atentamente a fim de apreender as informações mais relevantes à temática. Vale salientar que foram lidos também outros trabalhos encontrados nas referências dos estudos encontrados inicialmente, sendo submetidos ao mesmo processo de leitura e fichamento.

Nesse sentido, visando uma síntese crítica e comparativa, o processo de produção e sistematização das informações encontradas após a leitura dos textos são explicitados e discutidos a seguir a partir dos três principais eixos observados nos textos, a saber: a forma

como abordam as experiências e práticas das mulheres quilombolas, como autoras e autores mobilizam a interseccionalidade para compreender tais experiências e práticas e quais sistemas e relações interseccionais de poder e opressão são referidos nos estudos como conformadores das realidades das mulheres quilombolas protagonistas dos estudos analisados.

Apresentamos abaixo uma tabela com a identificação dos textos analisados, apresentando seus títulos, autoria e ano de publicação:

Tabela 1: Identificação dos artigos analisados

TÍTULOS	AUTORAS(ES)	ANO
A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos.	Mariléa de Almeida.	2014
Mulheres quilombolas e o acesso às políticas públicas: desafios na sociedade contemporânea.	Patrícia Krieger Grossi.	2017
Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração.	Patrícia Krieger Grossi, Simone Barros Oliveira e Jairo da Luz Oliveira.	2018
Mulheres quilombolas e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social: violação de direitos humanos e resistências.	Patrícia Krieger Grossi, Simone Barros Oliveira, João Vitor Bitencourt e Joana das Flores Duarte.	2020
“O quilombo são as mulheres”: cosmopolíticas dos cuidados em comunidades quilombolas de Santa Catarina.	Nathália Dothling Reis.	2020

Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas.	Saulo Luders Fernandes, Dolores Cristina Gomes Galindo e Liliana Parra Valencia.	2020
Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas, marisqueiras da Ilha da Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil).	Patrícia Rodin.	2021
A interseccionalidade como chave analítica para a luta anticolonial das mulheres negras na Amazônia.	Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira e Maria do Socorro Rayol Amoras.	2022
Mulher quilombola: ancestralidade e resistência como caminho da saúde e bem viver.	Márcia Regina Galvão Almeida e Elaine Ferreira Nascimento.	2022
Pensando as interseccionalidades com as mulheres dos quilombos de São Lourenço do Sul.	Venine Oliveira Santos e Graziela Rinaldi Rosa.	2022
“Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra”: uma investigação sobre sororidade e ocupação.	Amanda dos Santos Pereira, Maitê Allegretti e Lilian Magalhães.	2022
Quilombola women and struggle for territory from the perspective of decolonial feminism - <i>Mulheres quilombolas e a luta pelo território na perspectiva decolonial</i> [tradução nossa].	Thaís Maira Rodrigues Held e Isadora Golim Campos.	2022
Interseccionalidade e ambiente rural: uma revisão sistemática (2018-2022) para dialogar com movimentos sociais do campo.	Guilherme Fraissat Mamede Ferreira, Isabel Freire Correia e Ivonete da Silva Lopes.	2023

3.1. Experiências e práticas de mulheres quilombolas

A literatura analisada destaca a centralidade das práticas culturais e comunitárias no cotidiano das mulheres quilombolas. Atividades como dança, culinária, agricultura, mariscagem e a transmissão oral de histórias são frequentemente descritas como práticas de preservação cultural e resistência contra o apagamento histórico e social provocado pela política de branqueamento que atravessa a formação social brasileira. Os estudos de Almeida (2014) e Held e Campos (2022) destacam como as mulheres quilombolas ocupam uma posição estratégica na organização e sobrevivência de suas comunidades. Atividades relacionadas à preservação cultural, liderança política e organização do trabalho agrícola e doméstico emergem como práticas essenciais. Fernandes, Galindo e Valencia (2020) destacam as diferenças geracionais na percepção da identidade quilombola. Mulheres mais velhas são vistas como guardiãs de saberes tradicionais, enquanto as mais jovens, influenciadas por outras realidades, encaram desafios adicionais, como a busca por autonomia e acesso à educação.

Almeida (2014), em seu estudo sobre como os dispositivos de gênero e de raça produzem corpos identificados como quilombolas e em que medida as experiências cotidianas deslocam os sentidos construídos sobre os corpos dessas mulheres a partir de suas experiências, aborda como as práticas culturais femininas são transformadas em elementos identitários, sendo as mulheres quilombolas “concebidas como guardiãs dos interesses da comunidade, articulando suas práticas como elementos que integram direito territorial e identidade étnica” (p. 13)

A autora em seu estudo ainda reforça que os corpos das mulheres quilombolas são recorrentemente referidos a partir de discursos estereotipados, localizando histórico, social e culturalmente tais referências à construção da “imagem da mulher negra como exótica, compreensão intimamente articulada à racialização desse corpo identificado como incivilizado e selvagem” (2014, p. 9). As discussões levantadas no estudo de Teixeira e Amoras (2022) alinham-se ao debate proposto por Almeida (2014) ao enfatizar a necessidade de estarmos atentos(as) aos efeitos da colonialidade do poder, do saber e de gênero que desumaniza e subalterniza essas mulheres sob efeito da exotização de seus corpos, sendo necessário desconstruir as imagens estereotipadas das mulheres negras como corpos meramente sexualizados e representados pela figura da mulata ou pelo servilismo da mãe preta, em confluência com as contribuições de Lélia Gonzalez (1984/2020) e Sueli Carneiro (2004) acerca das violências produzidas a partir das articulações entre racismo e sexismo.

Almeida (2022), em outro estudo sobre as práticas de mulheres quilombolas, retoma a discussão acerca de como tais práticas, que historicamente se configuraram como formas das mulheres quilombolas narrarem as suas experiências, como as transmissões orais de histórias e atividades, são frequentemente compreendidas como naturais, sob uma perspectiva colonial, sexista e racista de exotividade. No entanto, a autora ainda argumenta que é por meio da tradição feminina de transmissão dos saberes e práticas que são incorporados valores, ideias e formas que tornam o feminino um dos elementos de expressão da ancestralidade quilombola, produzindo deslocamentos nos sistemas de representação de gênero e raça, que historicamente foram vinculados à compreensão de resistência quilombola, concebida em termos de guerra, força e virilidade, predados frequentemente referidos ao campo

masculino, destacando e ganhando novos sentidos e significados em torno das práticas de cuidado, da transmissão dos saberes e das relações de afeto que se estabelecem no/com o território.

A liderança feminina é também um tema recorrente nos estudos analisados. Em comunidades como Ilha da Maré, Porto de Cavalo e Martelo, na Bahia (Rodin, 2021) e Marinheiro, no Piauí (Almeida e Nascimento, 2022), as mulheres desempenham papéis centrais na luta por direitos, especialmente relacionados ao acesso às políticas públicas de saúde, educação, reconhecimento e delimitação territorial. Os estudos de Pereira, Allegretti e Magalhães (2022) também ressaltam que a atividade de liderança não se restringe ao âmbito interno da comunidade, mas se expande para o espaço público, onde as mulheres quilombolas são interpeladas cotidianamente por políticas sexistas e racistas.

Os estudos de Almeida (2014), Held e Campos (2022) e Pereira, Allegretti e Magalhães (2022) confluem com os estudos de Rodin (2021) e Almeida e Nascimento (2022), ao evidenciarem como as mulheres quilombolas frequentemente lideram e articulam as iniquidades enfrentadas em suas vidas privadas às demandas coletivas, como a luta pelos seus territórios. Tais lideranças vão além da política formal, sendo baseadas em práticas e relações afetivas e comunitárias de cuidado, “para ser liderança era necessário cuidar da comunidade de alguma maneira. O cuidado pode ser pelas lutas políticas do quilombo, pode ser cuidando da saúde das pessoas da comunidade, ensinando-as a ler e escrever, cuidando das crianças, dentre outros” (Almeida e Nascimento, p. 13).

As experiências cotidianas também revelam contradições e desafios. Por um lado, as

mulheres quilombolas são responsáveis por práticas de cuidado essenciais à sobrevivência de suas comunidades; por outro, enfrentam sobrecarga de trabalho, desvalorização e invisibilização de suas contribuições, sobretudo do trabalho doméstico (Grossi, 2017; Fernandes, Galindo e Valencia, 2020; Pereira, Allegretti e Magalhães, 2022; Teixeira e Amoras, 2022), que se reflete-se na perpetuação da invisibilidade e da desvalorização das mulheres negras enquanto sujeitas políticas e sociais (Almeida e Nascimento, 2022). Esses aspectos, como discutido por Reis (2020), ressaltam a importância do cuidado como uma forma de liderança e resistência, mas também como uma fonte de exploração e naturalização de papéis de gênero.

Fernandes, Galindo e Valencia (2022) destacam que as intersecções entre as relações de poder de gênero e raça-etnia incidem nas vivências das mulheres quilombolas e inviabilizam suas experiências interpeladas por múltiplas opressões, concebendo como naturais os papéis exercidos por elas socialmente em suas comunidades, como os papéis de mãe, esposa, o trabalho doméstico e com a terra, nos cuidados despendidos à saúde de seus/suas familiares e demais atividades comumente atribuídas ao campo do feminino.

3.2. Usos da interseccionalidade

Conforme já discutido no capítulo anterior, desde o final nos anos 1980 a interseccionalidade tem ganhado espaço nas produções acadêmicas, nas ações de movimentos sociais e políticos, na atuação de profissionais do funcionalismo público e na ordem do dia de ativistas de direitos humanos em diversos locais (Collins, 2022). Tais usos reivindicam, em sua diversidade, cada vez mais o uso do termo em projetos políticos e intelectuais (Collins e

Bilge, 2021; Collins, 2022; Viveros-Vigoya, 2023). No entanto, algumas intelectuais da interseccionalidade (Collins, 2022; Viveros-Vigoya, 2023; Kyrillos, 2024) destacam que a velocidade de difusão da interseccionalidade, a sua apropriação por diversas áreas e agentes sociais, bem como as formas heterogêneas que agora assume, apontam para novos dilemas acerca da definição do seu status atual e de suas perspectivas futuras.

Desse modo, durante o trabalho de leitura e fichamento, destacamos que a interseccionalidade é amplamente referida e utilizada nos textos analisados como uma ferramenta teórico-analítica (Almeida, 2014; Grossi, 2017; Grossi, Oliveira e Oliveira, 2018; Fernandes, Dolores e Valencia, 2020; Grossi, Oliveira, Bitencourt e Duarte, 2020; Reis, 2020; Rodin, 2021; Almeida e Nascimento, 2022; Held e Campos, 2022; Pereira, Allegretti e Magalhães, 2022; Teixeira e Amoras, 2022; Ferreira, Correia e Lopes, 2023) para investigar as experiências das mulheres quilombolas e compreender como raça, gênero, classe e outras relações interseccionais de poder mutuamente estruturam as opressões enfrentadas por essas mulheres de maneira indissociável.

Apenas o estudo de Santos e Rosa (2022) diverge quanto à forma como a interseccionalidade é mobilizada na sua construção, havendo menção de seu uso como ferramenta teórico-metodológica para discutir a colonialidade de poder, em um exercício de descolonizar os processos de compreensão, elaboração e realização de atividades no campo da pesquisa, mas não descreve a forma como se dá tal uso, o que vai ao encontro do que Pereira (2021) abordou em seu estudos sobre os usos e possibilidades da interseccionalidade, afirmando que ainda são escassos os estudos que apresentem como são feitos em termos teórico-metodológicos os estudos

interseccionais, sendo mais comum a interseccionalidade ser “mobilizada com mera função ‘operacional’ de capturar aspectos específicos das identidades em pesquisas empíricas” (p. 449)

Nesse sentido, de modo geral, os contornos intelectuais dos trabalhos analisados delineiam uma compreensão da interseccionalidade que vai ao encontro da concepção descrita por Collins e Bilge (2021), enquanto forma de investigar como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana, seus movimentos de insurgência e resistência a tais relações. Nessa perspectiva, conforme Fernandes, Galindo e Valencia (2020) e Teixeira e Amoras (2022), a interseccionalidade pluraliza a experiência das(os) sujeitas(os) diante das diversas relações interseccionais de poder que incidem no modo destas(es) viverem e se relacionarem na vida social, priorizando em suas análises a tarefa de fazer eco às vozes das diferentes experiências humanas de opressão que se encontram delineadas na teia das relações da vida cotidiana.

Como resultado do processo de revisão, notamos também que a maior parte dos estudos (Grossi, Oliveira e Oliveira, 2020; Fernandes, Galindo e Valencia, 2020; Reis, 2020; Rodin, 2021, Pereira, Allegretti e Magalhães, 2022; Santos e Rosa, 2022; Teixeira e Amoras, 2022; Ferreira e Correia, 2023) mobilizam a interseccionalidade para compreender as interações entre as relações interseccionais de poder de gênero e raça/etnia na constituição das práticas, experiências e identidades quilombolas. No entanto, os estudos de Fernandes, Galindo e Valencia (2020) e Teixeira e Amoras (2022) são os únicos estudos que apresentam, a partir das interlocutoras de seus trabalhos, as formas como se dão tais intersecções entre tais

relações de poder. Essas análises revelam como as mulheres quilombolas enfrentam opressões específicas, impossíveis de serem entendidas a partir de categorias isoladas (Teixeira e Amoras; 2022).

Teixeira e Amoras (2022), Almeida e Nascimento (2022) e Held e Campos (2022) ampliam o uso da interseccionalidade ao conectá-la à crítica à colonialidade do saber e do poder. Essas autoras defendem que abordagens feministas tradicionais falham em compreender as especificidades das opressões vividas por mulheres negras e quilombolas. A conexão com perspectivas decoloniais também apresenta-se como constatação relevante nos estudos analisados, destacando-se o diálogo com autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro (Rodin, 2021; Held e Campos, 2022), Luiza Bairros (Rodin, 2021), Maria Lugones (Held e Campos, 2022; Teixeira e Amoras, 2022), Luciana Ballestrin (Held e Campos, 2022). O diálogo com tais autoras trazem contribuições para o campo interseccional na medida em que se aprofundam as críticas ao universalismo feminista feita por intelectuais mulheres não branca latino-americanas se descolonizam perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade, como defende Akotirene (2022).

Além disso, a interseccionalidade é mobilizada também como ferramenta política, particularmente nos estudos que abordam a luta fundiária e a resistência contra a colonialidade (Held e Campos, 2022; Teixeira e Amoras, 2022), exemplificando como as mulheres quilombolas mobilizam essa lente para denunciar múltiplas formas de violência estrutural e para reivindicar reconhecimento de seus direitos. Nesse contexto, a interseccionalidade não apenas revela opressões, mas também destaca estratégias de agência e resistência, uma vez que as lutas das mulheres quilombolas revelam a complexa teia de

relações de poder que enfrentam, transformando seu protagonismo nos movimentos comunitários em um símbolo poderoso de resistência e inclusão, onde a pluralidade de suas vozes ecoa com ainda mais força.

3.3. Sistemas e relações interseccionais de poder e opressão identificados

Os textos analisados referem-se a múltiplos sistemas e relações interseccionais de poder e opressão que conformam as experiências das mulheres quilombolas. É recorrente entre os estudos a referência do racismo enquanto estruturante das relações sociais (Rodin, 2021; Almeida e Nascimento, 2022; Fernandes, Galindo e Valencia, 2022; Held e Campos, 2022; Santos e Rosa, 2022; Teixeira e Amoras, 2022), materializando-se na dificuldade de acesso e, principalmente, de implementação de políticas públicas efetivas, inclusive as que são especificamente voltadas mais tais comunidades, a exemplo do Programa Brasil Quilombola, sendo este o programa que inclui as comunidades quilombolas pela primeira vez na agenda das políticas de proteção social e ganham espaço nas estratégias de atuação de variados ministérios da área social (Grossi, 2017). Além disso, os estudos referem o racismo estrutural como mecanismo efetivador do apagamento histórico das contribuições políticas, sociais e econômicas da população negra e quilombola para a formação do Brasil.

A centralidade da raça e do racismo estrutural na conformação histórica das desigualdades sociais é denunciada também pelos estudos no contexto do racismo ambiental, como destacado por Rodin (2021), que examina os impactos da cadeia de indústria petrolífera sobre a saúde e o território das mulheres quilombolas na Ilha de Maré, Porto de Cavalo e Martelo, na Bahia, que têm a prática da pesca artesanal ameaçada por conflitos ambientais, que afetam de maneira mais

aguda seus corpos e modos de vidas. Tais ameaças tem dado novos contornos para a ação política dessas mulheres, associando a luta por justiça ambiental com a luta feminista e antirracista. Conforme a autora, tal movimento revela que as intersecções das relações de poder de raça, gênero e classe, embora vulnerabilize de forma mais profunda as mulheres aqui mencionadas, também potencializa formas de reagir a tais vulnerabilidades.

O estudo de Almeida e Nascimento (2022) também destaca o racismo institucional como expressão da estrutura racista, materializado na morosidade com que a Prefeitura de Piripiri, no Piauí, em ofertar um serviço público de Atenção Primária à Saúde que atenda as demandas da Comunidade Quilombola Marinheiro em seu próprio território. As autoras argumentam que, apesar do Ministério da Saúde ter instituído em 2009 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que marca o reconhecimento, por parte do órgão executivo, do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde (Brasil, 2009), e, no ano de 2013, o Ministério da Saúde ter desenvolvido a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, que inclui agricultores(as) e familiares, trabalhadores(as) rurais e comunidades tradicionais, ribeirinhas e quilombolas, sua materialização depende do comprometimento de gestores(as) estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como de prefeitos(as) e governadores(as) e da articulação com outras políticas que promovam melhorias nas condições de vida e saúde dessas populações, como a educação, o trabalho, o saneamento e a preservação do território (Brasil, 2013).

Nesse sentido, as autoras ainda argumentam que, apesar da regularização das terras no

território quilombola Marinheiro, a ausência de políticas públicas eficazes continua a privar a comunidade de direitos essenciais, como o acesso à educação e à saúde criam zonas de sacrifício, afetando desproporcionalmente as mulheres quilombolas. Essa realidade evidencia a marginalização persistente promovida pelo Estado brasileiro que, mesmo com leis que determinam a obrigação do Estado em garantir a efetivação e o acesso a tais direitos, a ação política, especialmente sob governos de orientação conservadora e neoliberal, permanece aquém das necessidades e demandas dessa população, perpetuando a manutenção da estrutura racista a partir do racismo institucional.

Teixeira e Amoras (2022) e Almeida e Nascimento (2022) articulam a perpetuação do racismo institucional associado à necropolítica, conceito cunhado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe, definido como “expressão máxima de soberania, concebida como o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2016, p. 5), sendo evidenciado como negligência aparelhada e reforçada pelas instituições do Estado brasileiro em relação às comunidades quilombolas, sendo reflexo das escolhas políticas sobre quem vive e quem morre. Rodin (2021) complementa que, em resposta a tais escolhas bancadas pelo Estado brasileiro frente à essas populações, para as mulheres quilombolas, a alternativa que se apresenta é a luta contra o modelo de desenvolvimento capitalista, o racismo, o sexismo e a necropolítica, em defesa de seu modo de vida.

O cisheteropatriarcado colonial também é amplamente discutido, especialmente em relação à naturalização dos papéis de cuidado e à invisibilização da liderança feminina (Grossi, 2017; Fernandes, Galindo e Valencia, 2020; Reis, 2020; Pereira, Allegretti e Magalhães, 2022;

Held e Campos; Teixeira e Amoras, 2022; Almeida e Nascimento, 2022). Textos como o de Pereira, Allegretti e Magalhães (2022) apontam como o sexismo reforça a divisão desigual do trabalho doméstico e comunitário, enquanto o texto de Fernandes, Galindo e Valencia (2020) aborda a perpetuação do machismo em contextos rurais a partir da discussão acerca da redução e manutenção da submissão da mulher quilombola à maternidade compulsória no contexto de relações patriarcais e coloniais violentas de opressão sexista, como aquela responsável pela garantia da descendência biológica e a transmissão cultural intergeracional no quilombo; por outro lado, aponta, paradoxalmente, em diálogo com as reflexões de Lélia Gonzalez (2008), para uma ruptura com o herança patriarcal colonialista que reserva às mulheres negras o papel de “mães pretas” que cuidam dos(as) filhos das elites brancas agrárias.

Pereira, Allegretti e Magalhães (2022) ainda abordam o padrão estético da branquitude como elemento articulador entre os sistemas e relações interseccionais de poder raça e gênero que, ao articular racismo e sexismo nessa operação, produzem a inferiorização do corpo da mulher negra em relação à superioridade do padrão estético da branquitude. Ao dialogarem com Santos (2019) que denuncia a busca por padrões de beleza inatingíveis é uma realidade compartilhada por muitas mulheres, no entanto, para as mulheres não brancas, esse ideal não apenas se torna ainda mais distante, mas carrega uma crueldade implícita: não há como escapar da própria identidade, marcada na pele, que desafia os moldes impostos por uma sociedade que privilegia o eurocentrismo.

Todos os estudos situam também o sistema e as relações de poder engendradas pelo capitalismo, sua relação com a colonialidade e, portanto, com o racismo, uma vez que a noção de

raça emergiu como uma forma de distinguir, a partir das diferenças fenotípicas, os conquistadores dos conquistados. Essa ideia consolidou um novo padrão de poder global, enraizado na formação da América e no avanço do capitalismo colonial/moderno, com forte viés eurocêntrico, moldando a essência da dominação colonial (Held e Campos, 2022).

Desse modo, suas articulações sustentam hierarquias históricas de exploração e subordinação expressas na vida das mulheres quilombolas a partir das desigualdades sociais que conformam suas vidas e seus territórios com cenários marcados pela pobreza, a insegurança alimentar, ausência de água e saneamento básico, entre outros serviços básicos. Realidade que expressa mais uma vez a negligência do Estado brasileiro em relação às comunidades quilombolas, refletido em escolhas políticas sobre quem vive e quem morre.

4.1. Confluências e pistas para abrir novos caminhos

Os textos analisados oferecem uma visão abrangente das experiências, práticas e lutas das mulheres quilombolas, revelando como a interseccionalidade é fundamental para compreender a complexidade de suas vivências. Ao conectar teoria e prática, as autoras e autores não apenas identificam os sistemas e relações interseccionais de poder opressão, mas também destacam os movimentos e práticas de resistência que insurgem a partir dos territórios, encabeçados, em sua maioria, pelas mulheres.

Nota-se uma certa linha de continuidade da discussão em tornos de determinados elementos de confluência, como a forma como abordam as experiências e práticas das mulheres quilombolas, muita vezes com foco no sofrimento e da precariedade de suas vidas e seus territórios, abordando ainda de forma pouco aprofundada os movimentos de luta

resistência travados pelas mulheres, por mais que haja menção de que são elas quem consegue articular as estratégias de enfrentamento às iniquidades enfrentadas em suas vidas privadas às demandas coletivas, como a luta pelos seus territórios e o acesso às políticas públicas de saúde, assistência social, educação, trabalho, entre outras. Além disso, os estudos confluem também nas formas de uso da interseccionalidade que, por mais diversas que sejam, partem da compreensão da interseccionalidade enquanto forma de investigar como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana, seus movimentos de insurgência e resistência a tais relações.

Esta multiplicidade de vulnerabilidades e estratégias se materializam na violência de gênero e nas práticas machistas e sexistas dentro de seus territórios, a sobrecarga e invisibilização do trabalho doméstico e cuidado, além das violências externas aos quilombos, especialmente relacionadas ao racismo - ambiental e institucional - e ao sexismo - no contexto de relações cisheteropatriarcais e coloniais violentas de opressão - que transcendem os conflitos fundiários (Grossi, 2017; Fernandes, Galindo e Valencia, 2020; Reis, 2020; Pereira, Allegretti e Magalhães, 2022; Held e Campos; Teixeira e Amoras, 2022; Almeida e Nascimento, 2022).

Os movimentos provocados pelos encontros - sejam com a literatura, seja com as mulheres do Quilombo do Grilo - conflui com a defesa de Carla Akotirene (2022), de que, para obter uma análise mais detalhada da situação dessas mulheres, é necessário observar a existência de uma matriz colonial moderna, cujas relações de poder estão imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas que merecem atenção política, sendo oportuno e necessário

descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade, ou seja, apesar da relevância teórica do conceito e o robusto arsenal de produções em torno dele, é preciso contextualizá-lo, fazê-lo dialogar com as localizações que o contexto demanda, respeitando seus construtos centrais.

Outro elemento importante de nota é a existência de apenas dois textos que abordam a questão das ruralidades como campo de diálogo com a interseccionalidade (Fernandes, Galindo e Valencia, 2020; Ferreira, Correia e Lopes, 2023), apesar de todas as produções observarem que a maioria das comunidades quilombolas estão localizadas em ambientes rurais. Salientamos ainda que o estudo de Ferreira, Correia e Lopes (2023) trata-se de uma revisão sistemática da literatura realizada a partir de produções acadêmicas do período de 2018 a 2022 e, dos 67 estudos que analisou, apenas um aborda as experiências de mulheres quilombolas. Este último também foi tomado como objeto de análise do presente capítulo e apenas faz uma rápida menção ao ambiente rural ser compreendido como contexto de relações desiguais de poder (Grossi, Oliveira e Oliveira, 2018).

O estudo de Ferreira, Correia e Lopes (2023) ainda revela que os movimentos sociais brasileiros da Marcha das Margaridas e do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST), por meio da práxis, integram o saber ao fazer, conectando teoria e prática, muitas vezes sem empregar diretamente o termo interseccionalidade em suas agendas. Essa dinâmica também se reflete no movimento negro feminista no Brasil, que, mesmo antes de adotar o uso explícito da palavra, já incorporava em suas ações os princípios e ideias que a fundamentam. Nessa perspectiva, inspirados nas experiências e nos caminhos abertos pelos movimentos sociais brasileiros, consideramos necessário a realização de estudos no âmbito da

interseccionalidade que envolva-se diretamente com os movimentos sociais do campo como uma maneira de refletir e analisar a práxis de tal ferramenta de investigação, teoria e práxis crítica.

Nesse sentido, destacamos a necessidade de novos estudos considerarem as experiências das mulheres quilombolas em torno das ruralidades no processo de teorização interseccional apresentando a possibilidade de melhor desenvolver a práxis no âmbito da interseccionalidade (Ferreira, Correia e Lopes, 2023), além de relacionar a produção de outros estudos

Nessa perspectiva, é fundamental considerar que as práticas das mulheres de todo o Brasil na luta por territórios quilombolas e por outros direitos que imbricam reivindicações interseccionais devem ser o ponto de partida para o real significado de descolonizar, apostar na potência dos sujeitos e, sobretudo, lutar por uma sociedade inclusiva.

4. PERCURSO METODOLÓGICO: OS CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ AQUI

No presente capítulo, apresentamos o percurso da pesquisa, nossas escolhas teóricas e metodológicas, explicamos os projetos que abriram caminhos para o contato com as mulheres, o processo de trabalho com o campo, os desafios encontrados no pesquisar em ato, a partir dos registros feitos nos diários de campo, além de apresentarmos a terra e as mulheres que tornaram possível a produção das informações discutidas nos capítulos posteriores de análise.

4.1. Os primeiros passos e os caminhos abertos e trilhados com as mulheres

O campo se faz com gente. Iniciar um capítulo sobre o percurso metodológico da pesquisa com esta afirmação não é mero jogo de palavras e nem tampouco vazio de sentido, mas uma maneira de evidenciar que a chegada até aqui não foi uma caminhada solo, por mais singular que tenha sido a experiência. Mas, ao passar do singular para o plural, os solos por onde caminhei e continuo a dar os meus passos, está entrelaçado com os caminhos de outras pessoas e o início da caminhada se deu há alguns anos, ainda na graduação em Psicologia na UFCG, no NUCS - um coletivo de pessoas implicadas em fazer da Psicologia Comunitária, em confluência com a educação popular e a saúde, uma ferramenta possível para alcançar a justiça social nos mais diversos contextos.

São as ideias e ações do NUCS que me fazem chegar até a comunidade e as mulheres quilombolas do Grilo, a partir de minha inserção em dois projetos que acontecem simultaneamente na comunidade, sendo um de pesquisa (já finalizado) e outro de extensão universitária, ainda em andamento, em seu segundo ano de trabalho. Respectivamente os projetos são intitulados: “Redes de apoio social, ajuda mútua e suporte mútuo entre mulheres quilombolas

e suas contribuições para a saúde mental comunitária”, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), e; “Ciranda das Mulheres Quilombolas do Grilo”, vinculado à Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UFCG, ambos sob a orientação da professora Dra. Maria Valquíria Nogueira do Nascimento, que também coorienta o presente trabalho.

O vínculo do NUCS com as mulheres do Grilo teve início a partir do contato de um agente colaborador da comunidade com o núcleo, com vistas à realização de uma possível ação com as mulheres da Casa da Mulher Quilombola - espaço onde as mulheres se reúnem na comunidade (Lima, Cabral, Barbosa, Macedo, Sousa, Queiroz e Nascimento, 2024). Após o contato, uma equipe que compõe o Grupo de Trabalho que se dedica ao estudo da atuação da Psicologia Comunitária em contextos rurais se organizou, foi até à comunidade, em dezembro de 2022, e realizou um encontro com a finalidade de conhecê-las e ouvir as principais necessidades das mulheres. A partir de então, foi sistematizado um diagnóstico situacional do grupo e selecionadas, junto com as mulheres, as demandas prioritárias para o trabalho de extensão (Lima et al, 2024).

Foram diversos os temas narrados, dentre os quais destacaram-se as questões relacionadas às relações interseccionais de poder de gênero, raça, classe, lugar de origem, território e outros sistemas de poder, expressos a partir do preconceito, da invisibilidade do trabalho doméstico, a ausência de ocupações produtivas, relações familiares, violências, problemas de saúde mental, entre outros (Lima, 2024).

Alicerçadas nos temas prioritários elegidos democraticamente pelas mulheres, as ações extensionistas foram desenvolvidas por meio do uso de metodologias participativas ancoradas nos princípios da educação popular como incentivo de processos dialógicos, além do embasamento nos princípios da Psicologia da Libertação (Lima et al, 2024, Martín-Baró, 2011).

Os movimentos, inquietações e as relações que emergiram a partir da implementação do grupo de atividades extensionistas suscitaram a preocupação da equipe do núcleo em poder abstrair elementos que pudessem analisar, de forma crítica e reflexiva, a construção de redes solidárias de cuidado e apoio social entre as mulheres quilombolas. Com base nisso, surge o projeto de pesquisa do núcleo e é a partir desse trabalho que tem início os meus primeiros encontros com as mulheres da comunidade, ainda no primeiro ano do mestrado, momento também de construção do projeto de pesquisa que antecede esta dissertação.

No dia nove de agosto de 2023, após aprovação da pesquisa do núcleo pelo Comitê de Ética da UFCG, realizamos uma reunião *on-line* com as mulheres participantes do projeto e a equipe de trabalho. O objetivo foi promover uma apresentação mútua entre nós e as participantes e reapresentar a pesquisa, agora aprovada. Na ocasião, definimos juntamente com as mulheres a agenda para a realização das entrevistas individuais, definida para a semana seguinte, no dia 16 de agosto.

Eu era a única pessoa que as mulheres não conheciam, era o nosso primeiro encontro. Eu estava em Natal/RN, a outra parte da equipe estava em Campina Grande/PB e as mulheres na comunidade quilombola. O encontro *on-line*, realizado por vídeo-chamada, de forma alguma pareceu gerar distâncias para além das físicas e geográficas. O riso, a descontração, o

acolhimento, a curiosidade, o desejo de conhecer nos fazia sentir que estávamos potencialmente perto um(a) do(a) outro(a), parecia que eu e as mulheres já nos conhecíamos há algum tempo. Embora isso tenha um fundo de verdade, visto que já ouvíamos falar uns/umas dos(as) outros(as) por intermédio da equipe de trabalho, e isso parece ter nos aproximado.

No dia combinado, ainda pela manhã, viajei 286 km de Natal à Campina Grande e, junto à equipe, nos deslocamos por mais 36 km, em um carro fretado, com destino à comunidade. Ao chegarmos na Casa da Mulher Quilombola, fomos recebidos(as) pelas mulheres, que já aguardavam a nossa chegada, algumas participaram da reunião *on-line* na semana anterior e outras não - a maioria delas. Assim, pessoalmente, entre abraços, nos apresentamos novamente - assim como a pesquisa - e iniciamos a divisão da equipe e das mulheres para a realização das entrevistas e duas delas sentiram-se à vontade para serem entrevistadas por mim.

As entrevistas aconteceram na cozinha da Casa da Mulher Quilombola e as duas mulheres já haviam participado da reunião *on-line*, o que certamente contribuiu para a fluência dos diálogos que se seguiram. Durante as entrevistas, as experiências de cada mulher expressavam a complexidade e as diferentes formas como os múltiplos sistemas interseccionais de poder articulam-se e se expressam mutuamente nas especificidades das suas histórias. O racismo, o machismo, a ausência de autonomia financeira, a luta por seus territórios, suas relações com a terra, os seus efeitos e as formas de resistência a tais relações de poder atravessavam as narrativas das mulheres, cada uma ao seu modo. Durante as entrevistas, as mulheres também narraram sobre saúde mental e sobre a necessidade de se pensar e fazer algo com e sobre isso.

Ainda nesse mesmo dia, ao final das entrevistas, tive a oportunidade de conversar com as mulheres - não só as entrevistadas, mas outras que também aos poucos foram ocupando a casa -, sobre este estudo que, na época, se tratava apenas de uma proposta. As mulheres demonstraram interesse pela realização desta pesquisa e a tomaram como um projeto necessário para o engajamento, fortalecimento e organização coletiva das mulheres da comunidade. A partir daquele momento, o projeto ganhou novas autoras: as mulheres quilombolas do Grilo.

Após alguns meses de contato apenas via grupo das mulheres no *WhatsApp*, no início de abril deste ano (2024), com a aprovação deste estudo pelo Comitê de Ética da UFRN, retornei à comunidade e, durante uma reunião com as mulheres na Casa da Mulher Quilombola, apresentei novamente a pesquisa com os seus contornos atuais e dialogamos sobre os caminhos necessários para torná-la possível. O engajamento, a organização das mulheres e a influência dos contornos metodológicos desta pesquisa animou um convite, lançado pelas próprias mulheres, para que eu ficasse alguns dias na comunidade, na Casa da Mulher Quilombola, o que prontamente aceitei.

Durante esse encontro, as mulheres já trouxeram muitas falas significativas, além de muitas questões que potencializam e dão sentido às teorizações interseccionais frutos do processo de análise desta pesquisa. Além disso, algumas propostas feitas pelas próprias mulheres foram tomadas como estratégias que contribuíram para a redefinição de rotas e caminhos que tornaram possível a execução deste trabalho, a exemplo do necessário processo de conhecer as mulheres em suas próprias casas, conversar e convidá-las pessoalmente para a participação das atividades. Desde o início, o engajamento das mulheres no processo e as suas próprias falas evidenciaram que esta pesquisa seria de fato guiada por elas. E assim foi. Fomos.

Em vista disso, estive diretamente na comunidade, em intensa e estreita relação com as mulheres durante os seus cotidianos, em uma programação organizada coletivamente pelas próprias mulheres, durante seis dias, divididos em duas semanas. O primeiro período foi de oito a 10 de abril e o segundo de 29 de abril a primeiro de maio.

Durante o primeiro período, sempre com as mulheres e a partir das suas possibilidades, tive a oportunidade de conhecer e dialogar com muitas outras, ao passo que conhecia cada parte do território: as casas, os quintais, os roçados, as hortas, a associação de moradores(as), a escola, a mata, o açude, os limites, fronteiras e os caminhos abertos, literalmente, pelas mãos das mulheres. Além disso, participei de várias atividades individuais e coletivas com as mulheres, atividades que se demonstraram enquanto espaços e estratégias que potencializam e produzem experiências de bem-estar entre e para elas.

O segundo período de vivência na comunidade foi também marcado pelos encontros, diálogos e experiências individuais e coletivas vividas com as mulheres. Foi o período também de realização da atividade grupal do Círculo de Cultura e as entrevistas individuais.

A experiência de convivência coletiva na comunidade por períodos intensivos, as contingências do cotidiano, em confluência com a realização das atividades da pesquisa provocaram movimentos que extrapolam os vislumbres iniciais em termos de objetivos do presente estudo. Durante a minha permanência na comunidade, acompanhei junto com as mulheres alguns processos de fortalecimento grupal, de mobilização e organização coletiva do grupo de mulheres em torno da reapropriação da Casa da Mulher Quilombola enquanto “espaço seguro” (Collins, 2019) de referência e cuidado mútuo, de transmissão de experiências e o

partilhar da amizade (Almeida, 2023) que impulsiona ações e movimentos de resistência às complexas expressões das relações interseccionais de poder que estruturam seus modos de vida e, portanto, suas experiências de saúde-doença-cuidado.

Nesse sentido, por iniciativa de uma das mulheres da comunidade que me buscou, ajudei a construir junto com ela e outras mulheres, o projeto de um vídeo sobre a Casa da Mulher Quilombola, que conta a história, a função, o que elas desejam para a Casa e o que esse espaço significa e simboliza para as mulheres da comunidade. O vídeo corresponde ao produto final de um curso de informática, oferecido exclusivamente para pessoas que residem em comunidades quilombolas do estado, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região da Paraíba (TRT-PB) em Campina Grande e que alguns/algumas adolescentes e jovens da comunidade tiveram a oportunidade de participar.

Além de ser o produto final do curso, a realização do vídeo também se caracteriza como uma ferramenta de divulgação das comunidades do estado e suas realidades. Os vídeos serão apresentados em fóruns e eventos públicos e privados e servirão também como forma de receber atenção para o financiamento de projetos a serem executados nas comunidades. A ideia é que o vídeo produzido pelas mulheres ajude a divulgar a Casa da Mulher Quilombola, a fim de conseguir recursos para a sua reestruturação, ampliar as possibilidades de ação social do coletivo de mulheres e seu fortalecimento enquanto espaço seguro.

Nessa perspectiva, reconhecemos a importância das questões mencionadas para a compreensão dos processos de organização social e comunitária de resistência às desigualdades produzidas mutuamente pelas relações interseccionais de poder que constroem-se e se expressam

mutuamente na realidade das mulheres no quilombo do Grilo. Tais questões foram cuidadosamente consideradas durante a pesquisa de campo e análises posteriores, enriquecendo a investigação de forma transversal.

4.2. Caminhos teórico-metodológicos

O presente trabalho, trata-se de um estudo de caráter qualitativo, desenvolvido fundamentalmente aos moldes da pesquisa participante. Quanto ao que caracteriza a pesquisa qualitativa, Minayo (2007) defende que esta se ocupa de responder à questões muito particulares, de uma ordem da realidade que não pode ou não deveria ser quantificada, uma vez que ela se ocupa com o universo dos sentidos, das motivações, das aspirações, crenças, percepções, valores e atitudes, sendo este conjunto de fenômenos compreendidos como parte da realidade social.

Nesta perspectiva, optamos pelo aporte teórico-metodológico qualitativo por considerarmos que a pesquisa participante se apresentou como um caminho apropriado a seguirmos, uma vez que esta, nas palavras de Krohling Peruzzo (2017), se baseia na inserção e na interação do(a) investigador(a) na situação ou grupo investigado como forma de poder compreender e captar aspectos que outros métodos não conseguem dimensionar. Desse modo, a perspectiva participativa de produção de conhecimento deste estudo se materializou no enlace e na interrelação entre todos os atores, atrizes e saberes envolvidos(as) durante todas as etapas do processo de investigação.

Produzir conhecimento com este enfoque só foi possível por meio da inserção do pesquisador no grupo investigado. A posição assumida pelo pesquisador, nesta perspectiva, foi a de que ao mesmo tempo que observou o grupo, também atuou nele a partir do envolvimento e

interação com seus membros, assumindo um papel cooperativo, participando das atividades direta e indiretamente relacionadas ao foco investigado. Esta perspectiva de enfoque metodológico é nomeada, conforme Krohling Peruzzo (2017), como participação observante, neologismo da expressão pesquisa participante como forma de explicar sua distinção da perspectiva metodológica da observação participante, pois trata-se de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de engajamento do(a) pesquisador(a) no grupo pesquisado, mas não atinge os níveis de envolvimento necessário para uma pesquisa-ação.

Ao assumir este enfoque, se tornou mais do que um compromisso ético, implícito à pesquisa socialmente comprometida, o comprometimento estético e político de socializar os resultados da investigação ao grupo de mulheres que tornaram possível a construção de parte essencial do presente estudo: os dados produzidos em interação dialógica com a realidade. Vale salientar que a realização desta etapa aconteceu no dia 30 de agosto deste ano (2024) antes da finalização do texto e defesa desta dissertação, quando foram socializadas as primeiras análises desta pesquisa e as mulheres foram consultadas sobre o que elas concordavam ou não que estivesse neste texto.

Moretti e Adams (2011) defendem que a pesquisa participativa, na América Latina, se caracteriza por integrar a investigação à participação social por intermédio da educação popular, oportunizando aos sujeitos envolvidos, na pesquisa sob este enfoque, compreender e interpretar as lógicas do funcionamento dos sistemas de dominação social que conformam o seu cotidiano, construir conhecimentos e ferramentas apropriadas para animar a mobilização social em torno da luta pela mudança da própria realidade, incidindo em processos mais amplos da sociedade.

Os resultados desta pesquisa demonstram que o diálogo da pesquisa participativa com a educação popular pode ser considerado, em suas práticas libertadoras e democráticas, enquanto um instrumento fundamental na construção de autonomias, sem abrir mão do rigor metodológico que implica o fazer pesquisa (Moretti e Adams; 2011, p. 449).

Em vista dessa perspectiva, este estudo tomou como fundamento para a sua materialização os pressupostos da educação popular de Paulo Freire (1980), portanto, pautados na ação humana enquanto possibilidade de suscitar processos educativos dialógicos que potencializam a capacidade criativa, crítica e reflexiva de todas os sujeitos envolvidos. Assumir esta perspectiva tornou possível proporcionar um espaço coletivo para que as mulheres da comunidade quilombola do Grilo falassem abertamente sobre o seu cotidiano, de modo que tornou possível a atenção a aspectos da realidade que atravessam a saúde mental e as estratégias individuais e coletivas de produzi-la.

Segundo Peruzzo (2017), o caminho investigativo da pesquisa participativa passa pelo diálogo com metodologias e teorias que se ocupam com outras dimensões da vida, na relação que estabelece com os sujeitos de investigação. Partindo deste pressuposto, foram promovidos espaços coletivos de produção de conhecimento junto às participantes da pesquisa, ao tomarmos como referência os princípios da pedagogia problematizadora, formulados por Paulo Freire (1967/2020), a saber: a problematização pela via da dialogicidade, do respeito e da autonomia dos sujeitos.

Conforme Paulo Freire (1967/2020), a ação de problematizar acontece a partir do confronto do sujeito com a realidade que o cerca, apoiado na busca por soluções que visam

transformar sua realidade pela ação do próprio sujeito e de sua história (sua práxis - unidade dialética entre teoria e prática). O sujeito, por sua vez, também se transforma na ação de problematizar e passa a perceber novos problemas na sua realidade e assim sucessivamente (Freire; 1980, p. 32). Neste sentido, ganha destaque aqui o sujeito prático.

Desse modo, os temas problematizados nos espaços coletivos expressaram a realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade, ao passo que, ao tomarem posição ativa na investigação das temáticas, tornou possível a construção e potencialização de uma consciência crítica e coletiva desta realidade (conscientização), que se aprofunda na medida em que se desvelam novas temáticas a serem problematizadas. Tanto individualmente como em grupo, a aposta na relação dialógica entre todos os sujeitos envolvidos no processo sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que a vivência de novas experiências, podem, por sua vez, potencializar uma mudança de consciência por meio do processo de ação-reflexão-ação (Freire, 1967/2020; Collins, 2019).

4.4. Território, participantes, estratégias e instrumentos de produção e de análise das informações

No interior do estado da Paraíba, no município de Riachão do Bacamarte, há aproximadamente 36 km do município de Campina Grande, está localizada a comunidade quilombola do Grilo, área de 140 hectares onde vivem hoje 104 famílias³. Atualmente, a comunidade ainda aguarda a regularização de suas terras a partir dos estudos que ainda se

³ Informação verificada durante a experiência do autor com a comunidade, junto às lideranças e documentos da Associação Comunidade Negra Nossa Senhora Aparecida do Sítio Grilo.

encontram em fase de conclusão pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A história do processo de reconhecimento da comunidade e busca pela titulação das terras do Quilombo do Grilo tem início em 2004, a partir do estabelecimento do diálogo entre a comunidade e a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e a Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CENEQ) (Aires, Garcia, Brasileiro, Segundo, Jailson Tenório, Marcos Tenório e Roseane Tenório, 2021).

Os diálogos realizados ao longo do processo de produção das informações deste trabalho com alguns/algumas moradores(as) da comunidade informam que o contato com as duas instituições foi facilitado por um agente colaborador da comunidade - o mesmo que buscou o NUCS para a realização dos projetos com as mulheres -, com a finalidade de colaborar com o processo de fortalecimento da identidade étnica coletiva dos(as) moradores(as) enquanto remanescente e pertencentes à uma comunidade quilombola.

O envolvimento da comunidade pela luta do território rendeu em 31 de janeiro de 2006 o envio para a Fundação Cultural Palmares (FCP) do documento de manifestação coletiva que informava seu autorreconhecimento como comunidade quilombola. Vale salientar que o documento em questão é uma exigência institucional do Estado brasileiro que dá início ao processo de certificação e titulação do território. Assim, em 20 de março do mesmo ano, foi expedida a certidão da FCP que certificou a comunidade e mobilizou os primeiros esforços para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

O RTID da comunidade quilombola do Grilo foi publicado em 25 de março de 2011, fruto de contrato firmado em março de 2008 entre o INCRA/PB e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB). O RTID foi elaborado por uma equipe formada por quatro antropólogos(as) da Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A primeira grande resposta material do processo de luta da comunidade pela regularização das terras foi celebrado em março de 2016, quando o INCRA/PB entregou os Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) dos imóveis Serra Rajada I e II, que somam cerca de 119 hectares, outros 20 hectares do território reivindicado e outro imóvel de aproximadamente 1 hectare, pertencente a uma familiar de uma das lideranças da comunidade.

Vale salientar que os CCDRU servem como título provisório e garante à comunidade a posse coletiva da área até que as ações de desapropriação dos três imóveis incidentes sobre o território quilombola transitem em julgado na Justiça Federal. Posteriormente, o INCRA poderá emitir os títulos de concessão de propriedade coletivo e pró-indiviso definitivos das terras em nome da Associação Comunidade Negra Nossa Senhora Aparecida do Sítio Grilo.

Moradoras(es) da comunidade, durante os diálogos que tivemos ao longo do processo de pesquisa, contaram-me sobre o recebimento do CCDRU ter sido marcado por uma grande celebração. Com o documento em mãos, a liderança comunitária e, na época, presidenta da associação, da porta da instituição, puxou uma caminhada com moradoras(es), representantes do INCRA e do judiciário, até a sede da casa da antiga fazenda, onde ao som e movimentos de palmas, tambores e cirandas celebraram a liberdade de finalmente exercerem o direito de viverem

nas/das suas terras. É essa a história que marca as mulheres quilombolas do Grilo: uma história protagonizada por mulheres, mas não somente nesse dia.

O território da comunidade encontra-se em um terreno acidentado que, geograficamente, divide a comunidade em Grilo de cima e Grilo de baixo. No Grilo de cima está o prédio da associação de moradores(as), ao lado da igreja de Nossa Senhora Aparecida e da Escola Municipal de Educação Infantil Emanuel Cândido Tenório⁴, onde localizam-se também as casas das lideranças da comunidade e está sendo construída a Casa de Memória⁵. No Grilo de baixo ficam casas, um riacho que atravessa essa parte da comunidade, poços e muitas das lavouras e roçados.

Na entrada da comunidade ficam algumas casas e, entre elas, está a Casa da Mulher Quilombola, uma casa reivindicada e adquirida pelas mulheres da comunidade como um espaço próprio para que elas se reúnam e sejam desenvolvidas atividades propostas e realizadas pelas próprias mulheres ou por agentes externos à comunidade, como estudantes e profissionais das universidades e outras instituições governamentais, além de organizações e coletivos da sociedade civil. O espaço localiza-se em meio à uma encruzilhada e é o ponto de encontro das ladeiras em que se entrecruzam os caminhos para os diversos lugares da comunidade - caminhos que dão no Grilo de cima, no Grilo de baixo e nas duas ruas centrais da comunidade.

⁴ A escola recebeu o nome do homem que, junto à sua esposa, Maria das Dores Coelho Tenório, foram responsáveis pela compra de um pequeno terreno, ainda na época em que as terras eram de propriedade das fazendas Serra Rajada I e II.

⁵ Uma das atuais lideranças da comunidade me contou que a casa onde antes morava sua mãe - primeira mulher a construir uma casa em um pequeno terreno que viria a ser a comunidade do Grilo - estava sendo reformada, com recursos da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), para ser a Casa de Memórias que servirá para abrigar e proteger as histórias e as memórias da comunidade. A escolha da casa foi feita pelas próprias pessoas da comunidade, em reunião da associação, realizada com a presença dos(as) moradores(as).

Uma grande ladeira divide o Grilo de cima e o Grilo de baixo. A íngreme ladeira corta um lajedo imenso onde, há anos atrás, só existiam grandes pedras. Antes do reconhecimento da comunidade como quilombola, as(os) moradoras(es) da comunidade precisavam escalar e escorregar por entre as altas pedras para transitar na comunidade, já que não podiam fazer alterações e construções no terreno das então propriedades de Serra Rajada I e II. Com o início da luta pelo reconhecimento, uma mulher e liderança da comunidade encabeçou um movimento de luta e resistência interna, na própria comunidade, junto à outras duas lideranças - uma mulher e um homem - e, juntas(os), quebram as pedras e abriam uma estrada, onde hoje é a ladeira.

Moradoras da comunidade contaram-me que o processo se deu por meio de queimadas feitas sobre as pedras e que depois era jogada água fria das cacimbas por cima das pedras ainda quentes, fazendo-as quebrar ainda mais. Assim as três lideranças abriram caminho, com as próprias mãos, ao longo de vários anos - cerca de 20 anos -, para que as pessoas da comunidade pudessem passar. Essa é mais uma história majoritariamente protagonizada pelas mulheres do Grilo.

No que se refere às protagonistas do presente trabalho de investigação, participaram deste estudo 14 mulheres durante o momento grupal e, desse número, 5 foram entrevistadas individualmente. Quanto à identidade de gênero, todas as participantes identificam-se como mulheres cisgêneras; têm entre 19 e 64 anos; em relação à cor, 11 se autodeclararam negras, duas referem-se como pardas e uma como branca; todas nomeiam-se quilombolas; em sua maioria declaram ter concluído o ensino fundamental, uma nunca frequentou a escola e apenas uma concluiu o ensino superior.

A maioria das mulheres nasceu na comunidade e lá residem até hoje. Apenas uma das mulheres não nasceu na comunidade, é natural de outro município e mudou-se para o território há pouco mais de 10 meses, após casar-se com um dos homens da comunidade.

No que se refere ao estado civil, a maioria é casada ou vive em união estável e duas são solteiras; apenas duas não possuem filhos(as) e duas são mulheres-mães de crianças com deficiência - ambas com deficiência intelectual. Ocupam-se, em sua maioria, das atividades domésticas e de cuidado dos seus próprios lares e de alguns/algumas familiares, não havendo remuneração para esta atividade de trabalho que, em muitos dos casos, é entendida como obrigação social, apenas duas mulheres ocupam-se da realização de trabalho doméstico remunerado em casas de pessoas de outras comunidades, também rurais, e outras duas mulheres são aposentadas.

No que concerne às condições socioeconômicas, mais especificamente em relação à renda, a maioria das mulheres vivem em famílias com renda de até um salário mínimo - R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais) -, remuneração que, em sua maioria, é proveniente do trabalho dos homens-esposos - a maioria com vínculo informal de trabalho, nas ocupações de pedreiro ou servente e motoristas - e duas de suas próprias aposentadorias, além de outras duas que têm suas rendas familiares provenientes de benefícios sociais federais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

É necessário informar que as informações descritas acima foram produzidas por meio dos diálogos com as mulheres durante a realização das entrevistas e em posteriores momentos registrados em diários de campo. Esse caminho foi possível a partir da participação observante

como horizonte de pesquisa transversal à realização de todo trabalho, a qual exigiu grande respeito à dinâmica interna do grupo de mulheres.

Seguindo esse caminho, com a finalidade de registrar as percepções do pesquisador - fruto de sua participação observante - e as informações compartilhadas no grupo, utilizamos, enquanto instrumento e estratégia inicial de produção das informações, o diário de campo, trabalho de registro que demandou um uso sistemático desde o primeiro momento de ida à comunidade até a fase final da investigação (Minayo, 2001).

Conforme Minayo (2001), o diário de campo é uma instrumento de registro pessoal e intransferível, sobre o qual o(a) pesquisador se debruça no intuito de construir uma descrição de detalhes do processo de investigação que vão servir de suporte para integrar os diferentes momentos da pesquisa. Quanto mais rico for em anotações este diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e análise da realidade estudada (Minayo, 2001, p. 64).

Desse modo, foram registrados nos diários de campo os atravessamentos do processo do presente estudo, especificamente, do dia-a-dia das vivências em campo, dos diálogos, dos afetos, das coisas (porque nem tudo tem nome de imediato) que mobilizaram e foram produzidas nas intersecções entre pesquisador, psicólogo e sujeito em constante construção que se inscreve nesta dissertação, marcado também por experiências, sempre interseccionais, de corpo, raça, cor, etnia, sexualidade, gênero, trabalho e lugar em contato com as experiências das mulheres quilombolas do Grilo.

Durante a participação do pesquisador no grupo de mulheres, tomando como base os referenciais teórico-metodológicos da educação popular, lançamos mão da metodologia

participativa do Círculo de Cultura, proposta por Paulo Freire (1967/2020), para mediação do processo grupal para incentivo do diálogo e a emergência de falas que evidenciaram o cotidiano destas mulheres por elas mesmas.

Os Círculos de Cultura surgiram no início dos anos 1960, em um Brasil marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, especialmente nas áreas rurais, em um cenário político e social conformado pela ditadura civil-militar (1964-1985). Idealizados por Paulo Freire, os Círculos de Cultura foram concebidos como espaços de aprendizado coletivo e transformação social, onde as experiências de vida dos(as) participantes eram o ponto de partida para o diálogo e a construção do conhecimento. Inspirado pela pedagogia libertadora, Freire propunha um método educativo ancorado na necessidade de superação da visão tradicional de ensino, caracterizada pela transmissão passiva de informações, para uma prática que promovesse o protagonismo, a criticidade e a conscientização dos(as) sujeitos(as) sobre suas realidades a partir de suas leituras de mundo (Freire, 1987). Ou seja, “assumissem sua dignidade como seres humanos e se percebessem detentoras de sua história e de sua cultura, promovendo a ampliação do olhar sobre a realidade” (Dantas e Linhares, 2014, p. 73)

No contexto político da época, o Brasil vivia um período de intensas mobilizações sociais, com destaque para movimentos de alfabetização e organização comunitária voltados às populações mais marginalizadas, como trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em vista disso, os Círculos de Cultura emergiram como uma ferramenta pedagógica inovadora, que buscava não apenas alfabetizar, mas também potencializar em seus/suas participantes a capacidade de questionar as estruturas de poder e lutar por seus direitos. Tendo o diálogo e a problematização como fios condutores da prática, os(as) participantes eram estimulados(as) a refletir sobre suas

condições de vida, a identificar e construir estratégias coletivas de enfrentamento às injustiças sociais (Gadotti, 2001).

No campo da saúde, os Círculos de Cultura influenciaram diretamente a concepção e a prática da Educação Popular em Saúde. A ferramenta metodológica freireana, centrada no diálogo e na valorização do saber popular, tornou-se uma referência para iniciativas que buscavam integrar conhecimento técnico e vivências comunitárias, abordagem que rompeu com modelos verticalizados de educação em saúde, que tratavam os(as) sujeitos(as) e suas comunidades como receptores(as) passivos(as) de informações, e passou a reconhecê-los(as) como sujeitos(as) participantes ativos(as) no processo de construção do conhecimento (Vasconcelos, 2001).

Em síntese, os Círculos de Cultura de Paulo Freire marcaram profundamente a Educação Popular em Saúde ao trazer uma metodologia que respeita as especificidades de cada comunidade e fomenta a conscientização crítica. Essa abordagem continua sendo uma ferramenta poderosa para a promoção da equidade e da justiça social no campo da saúde, reforçando a importância do protagonismo popular na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Em vista disso, a prática grupal do Círculo de Cultura, inspirado nos sistematizados por Freire (1967/2020), durante a realização da pesquisa, observou em seus princípios metodológicos o respeito por todas as participantes, a promoção da autonomia e a dialogicidade, e foram didaticamente estruturados a partir de alguns momentos nomeados também por Freire (1967) como itinerário de pesquisa, a saber: investigação temática ou tematização, codificação e decodificação (problematização), e desvelamento crítico.

A investigação temática, para Freire (1967), enquanto primeiro momento de vivência do Círculo de Cultura, é caracterizado pelo levantamento dos temas a serem discutidos pelo grupo. Neste momento as participantes da pesquisa foram provocadas a falar sobre saúde mental de modo que trouxeram suas vivências neste campo a partir de experiências de vida na comunidade. Assim, a partir destas palavras e temas geradores levantados na investigação temática tornou possível o levantamento dos problemas psicossociais mais recorrentes no cotidiano destas mulheres.

Na segunda etapa, a partir das palavras e temas geradores, trabalhamos a codificação e a decodificação - momentos indissociáveis na prática do Círculo de Cultura. No primeiro - codificação -, as mulheres participantes trouxeram o seu entendimento sobre o tema gerador, contextualizando-o. Ao se confrontarem com a forma como representam e falam sobre seu cotidiano, no transcurso do diálogo entre elas e o pesquisador-mediador, tornaram possível a ampliação do reconhecimento dos aspectos que conformam as suas realidades - decodificação -, viabilizando a tomada de consciência a partir da reflexão de suas ações.

Consideramos que, nestas etapas, as discussões nos ajudaram a desvelar os impactos dos diversos sistemas e relações interseccionais de poder e opressão (racismo, patriarcado, opressão de classe entre outros) na saúde mental das mulheres participantes, viabilizando a investigação de como estes sistemas podem se inter relacionar e determinarem os modos de produção de saúde mental neste contexto.

Por meio do reposicionamento de suas ações, fruto das reflexões e problematizações experienciadas pelo grupo no Círculo de Cultura, materializou-se então a última etapa

denominada desvelamento crítico (Freire, 1981), a qual representa a tomada de consciência da situação vivida e compartilhada pelo grupo em seu contexto, passando a ser compreendida a partir de outra(s) perspectivas e posições.

Os Círculos de Cultura, segundo Freire (1967/2020), estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador - pois encontram base na horizontalidade da relação mediador(a)-participante do grupo, na valorização das culturas locais e da oralidade - propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação dos saberes e requer, por parte de todos(as) os(as) participantes, uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto.

Reiteramos que a metodologia do presente trabalho encontrou âncora na compreensão de que o diálogo configura-se como um elemento epistemológico essencial para a construção e análise da realidade, desse modo, lançamos mão também da realização de entrevistas que seguiram um roteiro semiestruturado. As entrevistas aconteceram no dia seguinte à participação no Círculo de Cultura, também na sala da Casa da Mulher Quilombola. As participantes das entrevistas não foram escolhidas pelo pesquisador, participaram a partir da expressão do próprio desejo de contribuir com essa etapa da investigação.

Participaram das entrevistas 5 mulheres que também haviam participado do Círculo de Cultura, dentre as quais quatro se auto identificam como mulheres negras e uma como parda; as idades variaram de 37 a 67 anos; apenas uma não tinha filhos(as); duas moravam e exerciam atividades de cuidado de familiares com deficiência - ambos com deficiência intelectual; todas ocupam-se das atividades domésticas e de cuidado e não exercem nenhuma atividade

remunerada, com exceção de uma que é aposentada; e duas das mulheres exercem papéis de liderança na comunidade atribuídos pelas próprias mulheres, sendo uma delas a liderança responsável pela Casa da Mulher Quilombola.

As entrevistas individuais, realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, tiveram a duração média de uma hora cada uma e tornou possível investigar os problemas psicossociais mais recorrentes vivenciados pelas mulheres quilombolas do Grilo, no âmbito individual e coletivo, que subsidiou a discussão de como os impactos dos diversos sistemas de opressão se apresentam em seus cotidianos e como comparecem na saúde mental neste contexto rural específico, a passo que foram identificadas as estratégias individuais e coletivas de enfrentamento aos problemas vivenciados nesse cotidiano.

Nesse sentido, as entrevistas individuais foram tomadas de modo a complementar as produções do Círculo de Cultura, o que tornou possível a articulação das dimensões mais singulares de como as intersecções dos sistemas de opressão se presentificam nos corpos das mulheres a partir de seus relatos individuais, ao passo que também puderam ser reconhecida numa reflexão mais coletivizada a partir das trocas e conexões engendradas pelas próprias mulheres participantes durante o processo grupal.

Ao tomarmos as entrevistas individuais como complementares às produções do Círculo de Cultura nos aproximamos metodologicamente das formulações propostas por Martín-Baró (1984), ao defender uma perspectiva de análise que vai do todo (grupo) às partes (sujeito), da exterioridade coletiva à integridade individual, onde as intersecções dos sistemas de opressão podem ser situados em vários níveis. Tais proposições apresentam-se também articuladas aos

caminhos possíveis para uma investigação interseccional, na medida em que tanto individualmente como em grupo, a relação dialógica sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que experiências reposicionadas podem, por sua vez, estimular uma mudança de consciência sobre determinadas relações (Collins, 2019).

Seguindo as proposições de Minayo (2007), a entrevista semiestruturada apresentou-se enquanto uma ferramenta que combinou perguntas fechadas e abertas, em que o sujeito entrevistado - as mulheres quilombolas do Grilo, compreendidas aqui como construtoras de duas realidades - teve a possibilidade de discorrer acerca das temáticas discutidas sem se prender à indagação formulada.

A entrevista semiestruturada contou com um roteiro previamente construído que levou em consideração as principais informações a serem apreendidas, mas que, por meio da interação dialógica entre pesquisador e participante-construtora da realidade, foram flexibilizadas e adaptadas quando necessárias, a fim de compreender e/ou aprofundar-se nos temas em questão, sempre respeitando o tempo da pessoa entrevistada e centralizado-se nas questões-chaves investigadas. As entrevistas foram registradas por meio de um gravador de voz, mediante assinatura do Termo de Autorização para Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens, e foram posteriormente transcritas.

A análise das entrevistas e das falas produzidas no grupo a partir do Círculo de Cultura se deu a partir das teorizações acerca da interseccionalidade e da determinação social da saúde. Consideramos que esse caminho de análise tornou possível a tecitura de considerações sobre a

trama de sistemas de opressões que operam no cotidiano e, conseqüentemente, na produção de saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo.

O uso da interseccionalidade e da determinação social da saúde como ferramentas analíticas nesta pesquisa apresentou-se como fundamental para compreensão e abordagem das complexidades das desigualdades em saúde e os processos de saúde-doença-cuidado. Tal consideração encontra eco nas sugestões de Galvão, Oliveira, Germani e Luiz (2021), ao apontarem que o reconhecimento da interseccionalidade pelas pesquisas nas áreas de saúde pública, epidemiologia e ciências sociais reforça o debate metodológico e viabiliza a apropriação dessa perspectiva como um paradigma transformador dos estudos da determinação social da saúde.

Estes paradigmas forneceram uma sensibilidade crítica para problematizar as interações entre diferentes dimensões sociais, identidades e sistemas de opressão que afetam os processos de produção de saúde das pessoas e, no caso desta pesquisa, serviu de subsídio para analisarmos as condições de produção da saúde mental de mulheres quilombolas da comunidade do Grilo.

Utilizamos a interseccionalidade e a determinação social da saúde como chaves de análise da pesquisa e acreditamos que, a partir de seus resultados, podemos dar suporte à construção de ações específicas para as populações quilombolas, sobretudo as mulheres, no âmbito das políticas públicas de atenção psicossocial. Desse modo, argumentamos que é possível tomar como base as intersecções entre os sistemas de opressão e seus atravessamentos nos processos de saúde-doença-cuidado para a formulação e promoção de práticas de intervenção em saúde mais eficazes e estratégias que fortaleçam a política pró-equidade (Galvão et al., 2021, p. 9).

Para tanto, adotamos como procedimentos para a sistematização e análise dos dados a transcrição das falas das mulheres participantes durante o Círculo de Cultura e das entrevistas, submetidas aos procedimentos de análise qualitativa que seguiu a análise do material transcrito, com a manutenção de todos os turnos e falas das participantes e do pesquisador e posterior trabalho de leitura exhaustiva do material.

Após a leitura, realizamos um trabalho de retomada histórica da compreensão das características contextuais dos sistemas de opressão identificados na leitura do material que orientaram o pesquisador na identificação de fatores que funcionam como articuladores entre tais sistemas no âmbito do objeto investigado (Pereira, 2021) que, no caso da presente pesquisa, tratou-se das condições de produção de saúde mental das mulheres moradoras da comunidade do Grilo.

Assim, orientados pelas proposições de Pereira (2021), durante as análises, foi necessário questionar que elementos discursivos, simbólicos, imagéticos e morais presentes nas interações e discursos das mulheres participantes referiram-se simultaneamente a gênero e raça ou a outros eixos e sistemas de opressão e como estes eixos e sistemas de opressão foram mobilizados nas suas interações, de modo que tornou possível a identificação dos seus efeitos para a produção de saúde mental.

4.5. Responsabilidades éticas

Antes de descrever os aspectos e preceitos éticos formais que atravessam a pesquisa com seres humanos expressos na legislação vigente, consideramos necessário apontar algumas reflexões em torno do lugar ocupado pelo pesquisador no tocante às relações de raça, gênero e

classe neste trabalho, uma vez que estes aspectos atravessam, se entrecruzam, marcam as relações sociais e produziram efeito na dinâmica das relações entre o pesquisador e as participantes. Desse modo, reforçamos que a relação pesquisador-grupo de mulheres também foi tomada como um ponto de análise e reflexões de forma transversa neste estudo.

Do ponto de vista ético, estético e político das epistemologias feminista - que associa a produção de saberes à localização enquanto verdadeira condição para o conhecimento racional (Haraway, 1995) -, localizo o autor deste estudo como homem branco, gay, de classe média, com acesso à pós-graduação em constante processo de reflexão sobre os privilégios históricos ligados a estes atravessamentos, se reconhecendo a influência destas questões na produção intelectual, mas de modo contrário à produção de entraves para a reflexão e proposta de ação crítica, mas assumindo a responsabilidade pela produção do conhecimento de suas elaborações.

Neste ponto, qual o lugar de fala deste pesquisador? Me permito escrever em primeira pessoa para afirmar que o lugar de onde eu falo é, a partir da leitura de Djamila Ribeiro (2017), portanto, um lugar privilegiado, e que os privilégios dos quais eu gozo foram estruturados por um processo histórico de exploração, dominação, exclusão, apagamento e morte de diversos outros grupos, sobretudo do povo negro. Ao dizer isso, não quero dizer que os privilégios por mim vivenciados ao longo da minha vida são resultado apenas das minhas reflexões, eles estavam lá antes disso, eu só não os percebia, pois muitas vezes - e na maioria delas - são considerados naturais, e é cômodo o lugar de manutenção dos nossos privilégios, pois, nas palavras de Collins (2015, p. 13), “falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas”.

Desse modo, é enquanto sujeito racializado que me coloco no debate racial neste estudo e fora dele. No entanto, não faço essa afirmação no desígnio de tomar o lugar de fala do povo negro e das mulheres, especificamente das quilombolas, mas com o intento de assumir a minha responsabilidade na luta antirracista, contra o patriarcado, o sistema capitalista e suas expressões. Não é no lugar de *voyeur*, conforme descreve Collins (2015), enquanto observador passivo interessado apenas em pesquisar como mulheres quilombolas produzem saúde mental que me situo e me coloco neste debate. É do lugar de quem banca a luta aprendendo a transgredir, seguindo o mesmo entendimento de bell hooks (2013), desenvolvendo este estudo com vistas a combater qualquer desigualdade e injustiça social. E, nesse sentido, assumo o lugar de produção de conhecimento no campo da saúde mental assumindo que este campo é totalmente atravessado e determinado pelas iniquidades que resultam das interseções entre os diversos sistemas de opressão.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento desta pesquisa implicou - e ainda implica - um posicionamento constante de questionamento e reflexão com profundidade sobre como a minha identidade racial reflete na minha produção intelectual. A resposta para esta provocação não está dada *a priori*, faz parte de um processo amplo e contínuo de reconhecimento de privilégios que não dizem somente respeito a mim enquanto sujeito individual, mas de todos os sujeitos que compõem o espectro da branquitude⁶.

⁶ Entendemos aqui o conceito de branquitude, conforme descrito por Lourenço (2010, p. 611), como um “lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo”. O autor ainda defende que a branquitude não é homogênea e que existem características comuns aos diversos segmentos da branquitude como o naturalizado

É quebrando o pacto narcísico ou o pacto da branquitude, conforme denunciou Cida Bento (2022), que me coloco neste processo de produção de conhecimento, pois é preciso combater e destruir as estruturas racistas, patriarcais, de classe e dos diversos outros sistemas de opressão e isso não passa somente pelo meu reconhecimento individual do problema, isso não é suficiente, é preciso desfazer os sistemas hierarquizados e isso se faz com comprometimento ético nessa luta que é coletiva.

Desse modo, o presente estudo foi realizado em consonância com os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, dispostos na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre o respeito aos princípios éticos da participação de seres humanos em pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Desse modo, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob o protocolo CAAE 75841723.1.0000.5537, o que deu início ao trabalho de campo.

É importante ressaltar que as sujeitas envolvidas na pesquisa foram devidamente informadas acerca do que se propõe o presente estudo, bem como os esclarecimentos acerca dos riscos e benefícios, a não obrigatoriedade de sua participação - sendo esta de ordem totalmente

lugar de poder em relação à outras raças, os traços fenotípicos entre outros, mas que a branquitude tem os seus segmentos, expressando estas características nas relações sociais de modos diferentes em cada contexto, tempo e território. Por exemplo, aqui no Brasil um homem lido enquanto branco, em Portugal, não seria lido assim, da mesma forma que um homem branco de Portugal não seria lido como branco no Reino Unido, em razão das diversas formas de expressão da branquitude. E isso se dá, em grande medida, pela não racialização da branquitude, uma vez que nos percebemos como um grupo hegemônico, universal com características que não são questionadas de modo a nos diferenciar.

voluntária e a partir do seu próprio desejo de contribuir com este estudo -, e os procedimentos realizados, de modo que todas tomaram ciência e declararam sua anuência frente a um Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), que foi assinado em duas vias: uma que ficou em posse da participante e outra com o pesquisador.

É indubitável que a participação de qualquer sujeito em uma pesquisa sempre incorrerá na probabilidade de exposição a eventos e/ou conteúdos de ordem contingente que podem mobilizar e/ou viabilizar algum prejuízo. Desse modo, a participação nesta pesquisa apresentou riscos no sentido de que a sua realização colocou como possibilidade das participantes vivenciarem algum sentimento de desconforto e/ou a mobilização de algum afeto em função dos conteúdos singulares de ordem subjetiva que emergiram no momento da entrevista e do Círculo de Cultura. Além disso, a participação incorreu também no risco de constrangimento às mulheres durante a exposição das informações sobre questões relacionadas à sua saúde mental e/ou da comunidade que vivem, sobretudo no que tange a relatos de experiências de racismo, machismo e/ou outras formas de discriminação e/ou preconceito sofridas; além do receio de quebra de sigilo e de anonimato durante o processo de pesquisa e divulgação de conhecimento; o risco de descoberta de condutas criminosas durante o compartilhamento de experiências; receio de discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais (registrados no RCLE); interferência na vida e na rotina dos sujeitos e da comunidade quilombola.

Para tanto, com a finalidade de mitigar os riscos inerentes à participação no presente estudo, o pesquisador realizou o processo pautado sempre por uma postura ética, política e acolhedora de modo que tornou possível a garantia do respeito à singularidade de cada participante, aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos,

costumes da comunidade quilombola. Para o pesquisador, assumir esta postura apresenta-se como condição *sine qua non* para o processo de pesquisa, ao contribuir para um modo de fazer pesquisa em diálogo e respeito à realidade, modos de vida e as necessidades concretas dos sujeitos participantes - pautadas em uma sensibilidade que revelou a cada uma e a todas a riqueza de ser ao mesmo tempo uno e coletivo, de ser expressão e fundamento da realidade (Zanella e Sais, 2008) - e como suporte para a defesa desse processo como criação ética, estética e política (Zanella e Sais, 2008).

Ademais, vale ressaltar mais uma vez que todas as etapas da pesquisa - da inserção no campo à divulgação do conhecimento produzido - tomou como princípio basilar para a sua realização o respeito incondicional aos preceitos éticos assumidos junto ao CEP/UFRN, com base na Resolução nº 510/2016 do CNS. Estes preceitos serão respeitados e adotados também como medida mitigatória e reparatória dos riscos identificados.

Além disso, tomamos o cuidado de, na emergência de questões mobilizadoras de angústia, sofrimento, constrangimento e qualquer outro sofrimento de ordem subjetiva em razão da participação em qualquer das etapas deste estudos, o pesquisador - enquanto psicólogo com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte (CRP-RN) - comprometeu-se a realizar acolhimento e escuta psicológica de forma gratuita pelo período que necessário como medida reparatória para os riscos identificados, além de assumido o compromisso de viabilizar a garantia do direito à assistência integral e gratuita às participantes da pesquisa por unidades de saúde especializadas, a depender da situação. No entanto, é necessário informar que nenhum dos recursos mitigatórios foram necessários durante e após a realização das etapas de produção dos dados.

Ademais, ressaltamos que, por respeito à integridade e compromisso com as mulheres participantes do estudo e como forma de manter a confidencialidade das informações produzidas e registradas durante a pesquisa, em consonância com os princípios e procedimento éticos mencionados anteriormente, os nomes utilizados no texto não correspondem aos nomes originais de suas interlocutoras. Para tanto, decidimos adotar os nomes de mulheres quilombolas que atuaram de maneira significativa na luta pela conquista de liberdade, vida próspera e digna em seus territórios para si e para os(as) seus/suas.

5. ONDE OS CAMINHOS DAS MULHERES DO GRILO NOS LEVAM: UM ESBOÇO PROVISÓRIO DE ANÁLISES

Neste capítulo abordamos os resultados e análises do trabalho produzido com o campo. Para tanto, transformamos os objetivos específicos em eixos de discussão e apresentamos as informações produzidas pelas mulheres durante o Círculo de Cultura, as entrevistas individuais e os registros feitos pelo pesquisador em diários de campo ao tecer um caminho de compreensão que demonstra o quão intimamente e complexamente relacionados estão os próprios objetivos, ora transformados em eixos de discussão, utilizando a interseccionalidade de maneira transversal, como linha que evidencia as condições de produção de saúde mental e, portanto, da vida das mulheres produtoras deste estudo.

No primeiro tópico, abordamos a experiência do Círculo de Cultura enquanto ferramenta coletiva de diálogo e espaço privilegiado de produção de saberes e práticas (Nascimento e Oliveira, 2020). Assim, apresentamos a experiência do Círculo de Cultura a partir de uma perspectiva interseccional, trazendo possíveis contribuições para uma releitura da metodologia freireana que pode refletir na maneira como abordamos e compreendemos as relações interseccionais de poder, como valorizamos e construímos práticas de resistência e cuidado a partir de diferentes leituras de mundo, apostando na amorosidade como dimensão fundante da aposta na construção de relações democráticas entre os(as) sujeitos(as) envolvidas na pesquisa (Dantas e Linhares, 2014). O segundo, terceiro e quarto tópico abordam os objetivos específicos deste trabalho, transformados em eixos de discussão. Por fim, no quinto tópico, apresentamos alguns outros caminhos possíveis que as mulheres do Grilo buscam construir com e a partir deste estudo.

Consideramos importante assumir que a forma como a interseccionalidade transversaliza este estudo não pretende abarcar todos os significados e possibilidades de seu uso, em razão do seu caráter fundamentalmente dialógico (Collins, 2022). Seus modelos de uso são sempre provisórios (Oyěwùmí, 2021; Pereira, 2021; Collins, 2022; Viveros-Vigoya; 2023), pois devem considerar em suas propostas as localizações sociais distintas de sujeitos(as) e grupos na intersecção das relações de poder e como relacionalmente e de maneira complexa exercem influência sobre a produção de conhecimento (Collin, 2022).

Para tanto, após a transcrição e leitura do material produzido com o campo, como sugere Pereira (2021), realizamos um trabalho de retomada histórica da compreensão e apontamento das características contextuais dos sistemas de poder identificados na leitura do material que orientaram o pesquisador na identificação de elementos que funcionam como articuladores entre tais sistemas no âmbito do objeto investigado que, no caso da presente pesquisa, tratou-se das condições de produção de saúde mental das mulheres moradoras da comunidade do Grilo.

Crenshaw (2002) afirma que os sistemas interseccionais de poder são historicamente constituídos e não operam igualmente em todos os tempos e lugares. A autora também alega que aqueles que se sobressaem e combinam-se em cada contexto social variam. Por isso, juntamente com outras autoras do campo (Oyěwùmí, 2021; Pereira, 2021; Collins, 2022; Viveros; 2023), defende que a interseccionalidade seja utilizada para a construção de modelos provisórios, que produzam análises contextuais e “de baixo para cima”, ou seja, que partam da realidade dos grupos marginalizados e vulneráveis em uma dada sociedade para a apreensão dos sistemas de poder - produtores de complexas desigualdades sociais - relevantes em cada contexto, evitando a imposição de categorias analíticas predeterminadas.

Assim, orientados pelas proposições de Pereira (2021), durante as análises, questionamos que elementos discursivos, simbólicos, imagéticos e morais presentes nas interações e discursos das mulheres participantes referiram-se simultaneamente a gênero e raça ou a outras relações de poder e sistemas de opressão e como foram mobilizados nas suas interações, de modo que tornou possível a identificação dos seus efeitos para a produção de saúde mental.

5.1. Círculo de Cultura: leituras interseccionais de mundo

Por entendermos a interseccionalidade a partir de suas origens nas práticas dos movimentos por justiça social e seu vínculo inseparável entre investigação e práxis crítica que tomamos a pesquisa participativa como caminho possível para a realização deste trabalho. Nesse sentido, ela se caracteriza por uma evidente articulação entre produção de conhecimento e ação política de intencionalidade emancipatória para contribuir no processo de transformação social (Fals Borda, 1981; Moretti e Adams, 2011).

Ontologicamente, este modo de fazer pesquisa rompe com os pressupostos dominantes, tradicionais das concepções bancárias que se estabeleceram no contexto da produção de conhecimento científico, com a separação dual entre as categorias teoria/prática, sujeito/objeto, pedagógico/político, consideradas basilares para a garantia de uma racionalidade supostamente neutra e universal da ciência que, na verdade, frequentemente incorporam as leituras de mundo - forma como interpretam e dão sentido ao mundo (Freire, 1989) - dos(as) sujeitos(s) que criaram essa ciência: homens ocidentais, membros das classes dominantes "e, podemos acrescentar, brancos" (Hirata, 2015, p. 62; Moretti e Adams, 2011; Chassot, 2018).

Desse modo, concordamos com Fals Borda (1981) e Moretti e Adams (2011) quando defendem que a pesquisa participativa, na América Latina, se caracteriza por integrar a

investigação à participação social por intermédio da educação popular, oportunizando aos(as) sujeitos(as) envolvidos(as), na pesquisa sob este enfoque, compreender e interpretar as lógicas do funcionamento dos sistemas de dominação social que conformam o seu cotidiano, construir conhecimentos e ferramentas apropriadas para animar a mobilização social em torno da luta pela mudança da própria realidade, incidindo em processos mais amplos da sociedade.

Para tanto, propomos aqui, neste primeiro tópico dos resultados e análises, a discussão acerca do Círculo de Cultura, propostos e sistematizados por Paulo Freire (1967/2020), no contexto da pesquisa participativa e engajada com a transformação social:

Em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar do(a) professor(a), com tradições fortemente “doadoras”, o(a) Coordenador(a) de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno(a), com tradições passivas, o(a) participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (Freire, 1967/2020, p. 135) [grifo nosso].

Como dito anteriormente, a Casa da Mulher Quilombola é o lugar da encruzilhada onde os caminhos das mulheres quilombolas do Grilo se encontram. Pensar em tal espaço dessa forma, é concebê-la como “lugar das intersecções e das multiplicidades”, como nos lembra Almeida (2022, p. 49) ao pensar nas encruzilhadas a partir do resgate dos significados atribuídos à palavra pelas práticas religiosas afro-brasileiras.

Foi nesse lugar de encontro das mulheres da comunidade onde a prática grupal foi realizada, no dia 31 de abril de 2024, e contou com a participação de 14 mulheres, durante pouco mais de duas horas. No decorrer da prática grupal, tomamos como base os referenciais teórico-metodológicos da educação popular ao utilizarmos a metodologia participativa do Círculo de Cultura para mediação do processo que, em razão do respeito a tais referenciais, incitou o diálogo e a possibilitou emergência de falas que tornaram possível a expressão do cotidiano das mulheres quilombolas do Grilo por elas mesmas.

O Círculo de Cultura observou em seus princípios metodológicos o respeito por todas as participantes, a promoção da autonomia e a dialogicidade, e foram didaticamente estruturados a partir de alguns momentos nomeados também por Freire (1967/2020) como itinerário de pesquisa, a saber: investigação temática ou tematização, codificação e descodificação (problematização), e desvelamento crítico.

Durante a investigação temática, enquanto primeiro momento de vivência do Círculo de Cultura (Freire, 1967/2020), foi realizado o levantamento dos temas a serem discutidos pelas mulheres. Neste momento, as participantes foram provocadas a falar sobre saúde mental de modo que trouxeram suas vivências neste campo a partir de experiências de vida na comunidade.

As palavras e temas geradores narrados pelas mulheres durante essa etapa foram: experiências enfrentadas por mulheres-mães de crianças que demandam muito trabalho de cuidado, o uso abusivo de álcool, desejo de liberdade, preocupações e sobrecarga de trabalho doméstico, isolamento social, a vivência com pessoas que “reclamam de tudo”, processos de adoecimento físicos, ansiedade, medo, uso contínuo de medicações e experiências de racismo na escola. Assim, as palavras e temas geradores, mobilizados a partir de suas experiências

individuais e coletivas, tornaram possível um levantamento inicial dos problemas psicossociais mais recorrentes no cotidiano das mulheres.

Vale salientar que a temática das experiências de racismo na escola foi escolhida pelas mulheres como centro das discussões, que foram aprofundadas e problematizadas no Círculo de Cultura e converteram-se em discussões acerca do processo de luta pelo território, relações afetivas e sexuais entre pessoas heterossexuais brancas e negras e violências relacionadas ao corpo negro (cor, cabelo, nariz e outros traços físicos associados a negritude).

Conforme Freire (1967/2020, pp. 10-11), “as palavras não existem independentemente de sua significação real, de sua referência às situações”. Em vista disso, na segunda etapa, a partir das palavras e temas geradores que emergiram no momento da tematização, trabalhamos a codificação e a decodificação - momentos indissociáveis na prática do Círculo de Cultura. No primeiro - codificação -, as mulheres narraram os seus entendimento sobre o tema gerador, contextualizando-o: “Eu já passei. Eu fui chamada de negra do cabelo duro e muitas outras coisas também na escola” (Tereza de Benguela, 39 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Eu acredito que a maioria das pessoas aqui sofreu muito com o racismo, né? Principalmente, começando nas escolas. Chegou o dia de a gente chegar em casa chorando, né? Porque... nossa, era muito xingamento, muito mesmo! Chamavam a gente de todo tipo de coisa (...) Era muito xingamento por ser negra. Por não ter, às vezes, o que comer. Chegávamos na escola com muita fome, às vezes não tinha nem o que comer [em casa], coitada (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

O que ficou na minha mente foi lembrar das pessoas, as pessoas que mexiam com a gente, no caso do racismo, chamando de negrinha (...). Até hoje isso mexe com o psicológico da gente, porque a gente criou tipo uma revolta. Tu viu que ela [Dandara dos Palmares] lembrou, então isso marcou muito, por a gente ser negra. (...) até hoje tenho isso registrado na minha mente. Era “negra”, “negrinha”, “negra do cabelo de bombril de arear panela”. Entendes? “Negra do Grilo”, “negro do Grilo não presta”. (...) Isso afetou a minha mente de um jeito... eu já trago isso do passado. Entendes? Essa revolta que eu tenho comigo mesma, eu trago isso lá do passado, do período da escola. (...) A gente só tinha sossego nas férias, mas a gente não podia colocar os pés na escola que começava logo pelos cabelos, que aqueles brancos tinham horror! (Mãe Bernadete Pacífico, 43 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

Os discursos das mulheres participantes sobre suas experiências relacionadas à temática do racismo na escola funcionam como “temas dobradiças” (Freire, 2005), uma vez que não foram levantados durante a investigação temática como um tema ou palavra geradora mas, mediado pela dialogicidade, o respeito e valorização das experiências das participantes e a aposta na construção coletiva de conhecimento, desdobraram-se em outras temáticas que também foram consideradas importantes pelas mulheres na produção da realidade narrada, articulando diferentes conhecimentos e experiências individuais e coletivas. Além disso, apontam características contextuais dos sistemas e relações interseccionais de poder que referem-se simultaneamente às relações de poder de raça, classe e gênero, especialmente atreladas aos seus corpos e sua íntima relação com o território onde vivem.

Desse modo, o confronto com a forma como representam e falam sobre suas experiências, no transcurso do diálogo entre as mulheres e o pesquisador - mediador da prática grupal -, ampliou de forma potente o reconhecimento dos aspectos que conformam as suas realidades - descodificação.

Consideramos que, nestas etapas, as discussões nos ajudaram a desvelar os impactos do racismo, do sexismo e das opressões de classe articuladas aos processos de luta pelo território enquanto sistemas e relações de poder e opressão que operam na produção da saúde mental das mulheres participantes, o que tornou possível a investigação de como estes sistemas se inter relacionam e determinam os modos de produção de saúde mental nesse contexto específico. Tal discussão é abordada de maneira mais aprofundada no terceiro tópico destas análises.

Visando a aposta na potência transformadora das participantes, a partir do reposicionamento de suas ações, o Círculo de Cultura proporcionou um espaço de reflexão e problematização que culminou na etapa do desvelamento crítico. Nessa etapa, o grupo de mulheres, pela via do compartilhamento de experiências, construíram coletivamente uma consciência sobre suas próprias realidades, compreendida a partir de outras perspectivas, ideias e caminhos para a ação (Freire, 1981). Tais caminhos foram compreendidos como estratégias e práticas de resistência aos efeitos dos sistemas e relações interseccionais de poder e opressão e, portanto, são abordados de forma mais detalhada no quarto tópico deste capítulo de análises.

5.2. Problemas psicossociais mais recorrentes

Durante o processo de investigação, o enfoque metodológico da participação observante (Krohling Peruzzo, 2017), o engajamento e os laços afetivos construídos com as mulheres foram centrais para a inserção do pesquisador na comunidade e tornaram possível a vivência de muitas

experiências entre o pesquisador e as mulheres, extrapolando os espaços da prática grupal e das entrevistas individuais.

Durante o trabalho de cuidado com a terra, nos roçados e hortas; no preparo das comidas, nas cozinhas; durante as refeições; lavando e estendendo roupa nos quintais; nas reuniões à noite para conversas e chás nas calçadas; nas horas trabalhando juntas(os) na produção de colorau; e ao subir e descer as ladeiras do quilombo do Grilo, pesquisador e as mulheres participantes vivenciaram e construíram todas essas experiências juntas(os). A vivência de tais práticas cotidianas e diálogos informais construídos nesses momentos foram registrados nos diários de campo do pesquisador e permitiram a apreensão dos significados que as mulheres atribuem às suas realidades e às suas ações (Lüdke e André, 1986), permitindo alcançar os problemas psicossociais mais recorrentes nos seus cotidianos.

Desse modo, os registros dos diários de campo apontam relatos de vivências relacionadas à sobrecarga e naturalização do trabalho doméstico e de cuidado, experiências de sofrimento relacionadas ao cuidado e a convivência com familiares que relacionam-se de maneira abusiva com o álcool e outras substâncias psicoativas, violência doméstica e familiar contra as mulheres e os seus efeitos, além da ausência de autonomia financeira, produtora de dependências e mantenedora de complexas relações desiguais de poder.

(...) os mais antigos falam muito, não entendem o que a gente que é mulher passa dentro de casa, acha que porque o marido trabalha o dia todo, bota comida dentro de casa e não deixa faltar nada dessas coisas assim, como comida, roupa, ter as coisas dentro de casa... acham que a mulher tá fazendo picuinha, tá exigindo coisa pequena, coisa que é o papel

dela fazer, como se a gente não fizesse o que é pra fazer, como se a gente já não soubesse como é a luta. (...) não conheço uma mulher aqui no quilombo que não passe por isso, umas mais e outras menos, cada uma com a sua luta, mas todas sofrem com os maridos, com as coisas de casa. Aqui, o homem reclamam de tudo que as mulheres fazem, parece que sempre tá faltando alguma coisa. Se o homem sai para trabalhar e quando chega encontra casa limpa, roupa lavada, passada e guardada direitinho, menino em casa depois de ter ido para a escola e janta feita, reclama que não foi botada água no balde para ele tomar banho. Será que nem a água em um balde, pra ele mesmo tomar banho, ele pode botar? É demais! (...) A gente vive cansada, sobrecarregada, com a cabeça cheia de coisa, pensando no que fez, no que está por fazer e no que ainda vai dá tempo fazer, pra quando o marido chegar não ter briga. É muita coisa mesmo, respondi sem saber muito o que dizer, mas perguntei se ela sabia se o marido já tinha dito ou se as mulheres comentavam o porquê dos homens não fazerem nada em casa e exigirem tanto. Luísa Mahin me respondeu que os homens não fazem porque trabalham o dia todo fora e dizem que esse trabalho de dentro de casa é trabalho de mulher, que somos nós quem devemos fazer isso, que depois de chegar em casa cansado do trabalho o homem só quer descansar pra poder trabalhar no outro dia. Perguntei se ela e as outras mulheres descansavam quando os maridos voltavam para casa e ela me respondeu que não, aí é que a gente trabalha, porque tem que botar a comida no prato pra eles, limpar o banheiro depois que eles tomam banho, porque nem puxar a água com o rodo eles fazem, ir lavar a farda do trabalho para estar limpa no outro dia, deixar alguma coisa já preparada para o almoço que eles vão levar. (...) Perguntei o porquê dos homens descansarem depois do trabalho, quando chegam em casa,

e as mulheres não, ela respondeu que não sabe - mas ela sabe e respondeu logo em seguida -, porque os homens são machistas e acham que o que a mulher faz não é trabalho, que a gente não cansa. (...) A gente não é um objeto, uma coisa que tá ali só para servir (Diálogo entre o pesquisador e Luísa Mahin, durante o plantio de pimentões e couve, na manhã do dia 09 de abril de 2024, registro retirado dos diários de campo do autor).

(...) enquanto eu lavava os pratos, Luísa Mahin já enchia a pia de água para lavar roupa. Finalizei a louça e fui para o quintal acompanhá-la. Entre conversas sobre sabão, amaciantes e cheiros, Dandara dos Palmares chegou para nos acompanhar. O semblante de cansaço era evidente. Vim ficar um pedaço com vocês pra ver se espaireço, disse ela enquanto sentava-se na meia parede da área onde estávamos. Dandara dos Palmares também havia combinado de ajudar Luísa Mahin a lavar roupa e, mesmo cansada, levantou-se para a segunda pia, para enxaguar as roupas que Luísa Mahin havia ensaboado, mas Luísa Mahin não deixou, pegou as roupas, jogou em outro balde e disse para Dandara dos Palmares que ela deveria se sentar, aproveitar o tempo de prosa para descansar. Dandara dos Palmares aceitou e a fala de Luísa Mahin deu o tom da conversa que se seguiu. Luísa Mahin e Dandara dos Palmares falaram sobre suas lutas, sobre a sobrecarga do trabalho doméstico e o quanto as obrigações de casa as tornam mulheres cansadas, tristes, que muitas vezes sentem vontade de sumir. Registro a seguir alguns trechos dessa conversa: O problema das mulheres daqui é com o tempo: tem tempo para a casa, tem tempo para o marido e não sobra nada pra ela, não sobra tempo para cuidar dela mesmo, da gente. A casa da gente é como uma prisão, disse Dandara dos Palmares. Os

homens-maridos não deixam as mulheres fazerem nada além de trabalhar em casa. O meu marido disse uma vez, faça porque é sua obrigação, mas por quê é só obrigação minha? Tem marido aqui que não toma sequer um café se a mulher não botar (Diálogo entre o pesquisador, Luísa Mahin e Dandara dos Palmares, na tarde do dia 09 de abril de 2024, registro retirado dos diários de campo do autor).

Nós mulheres somos ensinadas a ficar caladas, a ficar em silêncio, a ficar quietas. A gente não é ensinada a falar. Quando a gente é criança-menina, em casa, nosso pai manda a gente se calar, não reclamar. A gente vê eles brigando com nossas mães, mandando elas se calarem. É muita violência. A gente cresce um pouquinho, vai para a escola e lá mandam a gente se calar também, a gente não pode falar que tá sofrendo racismo, a gente tem que se calar. Cansadas de ficar caladas em casa, a gente inventa de casar, achando que saindo de perto do pai a gente vai poder ser livre, vai poder falar, mas aí o marido manda a gente se calar também, não pode dizer nada, não pode reclamar, tem que obedecer, tem que fazer tudo, o marido não faz nada. Dependendo do marido, algumas reclama do marido e levam tapa na cara, apanham, e muito. Sofrem ainda mais, para ficarem caladas. Como é que a gente vai falar, vai se sentir livre para poder falar se a gente é ensinada a ficar calada? (Registro de uma fala de Dandara dos Palmares, no dia 29 de abril de 2024, enquanto conversávamos sobre o silêncio de algumas mulheres durante algumas atividades da extensão, registrado retirado dos diários de campo do autor).

Os apontamentos do que foi registrado em diário de campo encontram eco nas denúncias feitas pelas mulheres durante a vivência do Círculo de Cultura (Freire, 2020/1967) que, como descrito anteriormente, ao lançarem temas para discussão e reflexão pelo grupo de mulheres,

provocadas a falar sobre saúde mental, trouxeram suas vivências neste campo a partir de suas experiências de vida na comunidade. As palavras e temas geradores narrados pelas mulheres durante essa etapa referem-se à experiências enfrentadas por mulheres-mães de crianças que demandam muito trabalho de cuidado, o uso abusivo de álcool, liberdade, preocupações e sobrecarga de trabalho doméstico, isolamento social, a vivência com pessoas que “reclamam de tudo”, processos de adoecimento físicos, ansiedade, medo, uso contínuo de medicações e experiências de racismo na escola. Tais experiências marcam os problemas psicossociais mais recorrentes no cotidiano das mulheres.

Durante as entrevistas individuais, realizadas no dia seguinte à prática grupal, as mulheres reforçaram as reflexões construídas de maneira coletiva, enfatizaram as temáticas que se desdobraram no tema central escolhido para o Círculo de Cultura e trouxeram, a partir de suas experiências individuais, como vivenciam tais problemas psicossociais em seus cotidianos. Assim, reconhecemos que são diversos os sistemas de opressão que operam cotidianamente na realidade das mulheres participantes do estudo, no entanto, a forma como narram tais problemas referem-se às relações de poder que, nesse contexto específico, ao se interpelar, dizem respeito simultaneamente a gênero e raça, interpeladas por vulnerabilidades sobrepostas, especialmente atreladas aos seus territórios e às suas localizações de classe. Tal afirmação se dá por compreendermos, a partir das reflexões e ações das mulheres, gênero e raça como sistemas de significado e regimes de representação construídos e reforçados teórico e ideologicamente (Oyěwùmí, 2021).

Desse modo, como sistemas de significado e regimes de representação, gênero e raça não podem ser compreendidos de maneira isolada, uma vez que dispõem de histórias, características e

conteúdos morais, vocabulários e lógicas de sentido na realidade social e histórica brasileira que lhes são próprios, pois convergem em vários pontos de maneira complexa, mutuamente referidos e mesmo indissociáveis (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020a; Lugones, 2020; Pereira, 2021; Collins, 2022; Viveros, 2023) e seus efeitos reverberam nas formas como a saúde mental é produzida e experimentada pelas mulheres.

5.3. Impactos dos múltiplos sistemas de opressão na saúde mental

Ao apresentar e examinar contextos, dinâmicas e formas de interação entre os sistemas e relações interseccionais de poder de raça e gênero percebidos durante a etapa de análise das informações, optamos por compreender como tais relações, combinadas ou a se interpelar, operam em situações concretas do cotidianos das mulheres e produzem efeito na saúde mental.

Nesse sentido, ao questionarmos os elementos discursivos, simbólicos, imagéticos e morais presentes nas interações e nos discursos das mulheres participantes que referem-se simultaneamente a gênero e raça de maneira articulada, compreendê-los a partir de suas localizações históricas, características contextuais e como tais sistemas interseccionais de poder foram mobilizados na especificidade das histórias e do contextos das mulheres, foi possível reconhecer quais elementos das experiências relatadas operam como articuladores das dinâmicas das relações de poder no cotidiano, de modo que tornou possível a identificação dos seus efeitos para a produção de saúde mental.

Alí não vivia todo mundo em igualdade, não. (...) ninguém queria brincar com a gente.

“Os negros do Gilo brincam separados”, “os negros do Grilo não brincam com a gente”.

Então a gente era excluída, sabe? Essa parte que a menina [Dandara dos Palmares] falou

dessa parte aí [o tema do racismo na escola], até hoje isso mexeu e ainda mexe, porque eu lembro das coisas que aconteceram na escola. Então esse racismo contra os negros, contra nós, quilombolas, isso já vem de longe. Isso já vem dos nossos antepassados, muito de trás (Mãe Bernadete Pacífico, 43 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

Preconceito, racismo, tudo tinha lá. Lá tinha um monte que não se enturmavam com os meninos que eram daqui. Por causa disso, meu primo também já pensou em levar uma arma para a escola, para matar aqueles que estavam mexendo com ele, sendo racistas. (...) essa é uma revolta que não se acaba. Isso não acaba. Isso vem, se arrasta e vai, por mais que o pessoal tente combater, mas continua. Isso dá continuidade, isso nunca acaba. E não começa pelos negros, não. Começa e vem dos brancos. Vem dos brancos isso (Dona Jovita Sacramento, 43 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Nascimento (2019) denuncia a história de três séculos e meio em que as estruturas do Brasil foram erguidas às custas da exploração da vida do povo negro, que tem sua gênese no contexto colonial da escravização que, via de regra, desumanizou por meio das mais diversas formas de exploração o povo negro, produzindo um contexto social marcado por complexas e indissociáveis relações de poder que até hoje se presentificam e conformam desigualdades sociais que perpetuam a injustiça social na vida da população negra.

Diante da perversidade do sistema colonial de escravização, hooks (1982/2019) denuncia como o sexismo tornou ainda mais insuportável as vidas das mulheres escravizadas, cujos corpos estavam expostos à diversas formas de violência, especialmente a sexual, já que não podiam

recorrer aos valores morais ou aos sistemas jurídicos para se protegerem. A mulher escravizada vivia sempre atenta a sua vulnerabilidade sexual e em permanente medo de que qualquer homem, fosse ele branco ou negro, pudesse escolhê-la para assediar e vitimizá-la (hooks, 1982/2019, p. 46).

Nesse sentido, durante a prática grupal, ao discutirem sobre as experiências de racismo na escola, algumas mulheres trouxeram para a discussão relatos de relações inter-raciais heterossexuais vividas com homens brancos nesse período.

A negra é só para satisfazer a vontade. Antigamente [na época em que estudava], tinha homem branco que dizia, “vou ficar com aquela neguinha”. Às vezes até achava a pessoa bonita - porque as mulheres aqui do quilombo são bonitas -, mas não queriam compromisso, só queria se aproveitar da mulher negra. (...) se aproveitar eu estou falando de namoro, (...) é, sexualmente (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

Alguns homens olhavam o meu corpo e eu recebia propostas, “quer ir comigo ali?”... aquelas propostas todas e eu dizia não. E vinha de homens casados também. (...) mas só que ele não queria compromisso, nenhum compromisso, só queria usar, só queria usar o corpo da mulher negra, mas o compromisso ele não queria. (...) a maioria dos homens brancos não procuravam compromisso para a negra, para a mulher negra não. O branco não tinha amor para a mulher negra, só tinha atração sexual mesmo (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Se um homem branco tiver um relacionamento, por exemplo, com uma mulher negra, os amigos vão falar, “vixe, você tá com aquela negrinha ali? (...) Eu tive uma experiência de ouvir até mesmo na escola (...), o cara branco, todo malandro, e o amigo falou, “eu não teria coragem de ficar com aquela negra, eu não teria coragem de apresentar para a família, mas para usar eu teria” (Esperança Garcia, 19 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Crenshaw (2002) afirma que os sistemas interseccionais de poder são historicamente constituídos e não operam igualmente em todos os tempos e lugares. A autora também alega que aqueles que se sobressaem e combinam-se em cada contexto social variam. Nesse sentido, os relatos acima apresentam experiências que carregam características contextuais de sistemas e relações de poder que referem-se mutuamente à raça e gênero por carregarem elementos que funcionam como articuladores entre tais sistemas, orientando a investigação interseccional.

Assim, identificamos, a partir das experiências relatadas, que, nesse contexto social específico, raça e gênero em interação articulam-se e costuram-se complexamente, de forma indissociável, referências mútuas estabelecidas a partir de elementos da moralidade sexual branca, que articula-se também com a estética do corpo da mulher negra, objetificando-a, ao passo que também produz sofrimento na relação das mulheres negras com o próprio corpo. O relato a seguir demonstra tais reflexões:

O branco quando é preconceituoso, ele sente vergonha, ele não apresenta, ele não vai se apresentar com uma negra do lado. (...) Quantas negras do quilombo não se apaixonaram por brancos? Quantas delas não se entregaram para os brancos? Quantas? E por quê? (...) muitas das vezes foram iludidas, se entregaram [relacionaram-se sexualmente com

homens brancos] à toa, porque o branco só se aproveitou do corpo delas. Quando a gente é negro e a gente sente atração pelo branco, a gente acha que vai dá certo. Às vezes não dá porque você [mulher negra] tem o sentimento limpo, mas o cabra macho branco não tem, ele só quer se aproveitar, justamente por isso, para não se apresentar com uma negra (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

Porque já vinha do passado dela [a mãe da participante], porque ela falava que o branco tinha que casar com branca e negra casar com negro, que a negra não ia ser feliz com o branco porque era totalmente diferente. (...) A minha mãe falava que o pessoal dele [um homem branco], a família dele, não iria me aceitar por eu ser negra, que eles iam mangar de mim, da minha família. Ela [a mãe] falava, “você não vai combinar com ele por causa da família dele”, mas o medo dela era esse mesmo (...), é medo do que a pessoa [ela mesma, enquanto mulher negra] pode viver [o racismo] (Tereza de Benguela, 39 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

As relações entre homens brancos e mulheres negras, a partir dos relatos acima, nos permite concordar com Pereira (2021) na consideração de que tais relações inter-raciais são relações condicionadas à demarcação da mulher negra como alguém diferente, tendo em vista os aspectos do seu corpo serem compreendidos pelos homens brancos como atributos que despertam atração sexual e, portanto, o corpo da mulher negra serviria enquanto objeto de uso para satisfação.

Tais considerações, em confluência com as reflexões das participantes sobre suas experiências nos lembram o que Gonzalez (1995/2020b) refletiu sobre a figura estereotipada da

mulher negra enquanto mulata - outro lado da mucama (1981/2020c, p. 202) -, categoria própria de objeto sexual no feérico carnaval que reforça ideologicamente o mito da democracia racial brasileira - onde o preconceito é não ter preconceito (2020b, p. 168) -, em que os aspectos de seu corpo são hipersexualizados, objetificados e superexplorados sexualmente, transformada em mercadoria para consumo nacional e internacional, recaindo na categoria “erótico-exótico” (2020b, p. 170). Gonzalez ainda afirma que as mulheres negras que não se adequam a esses parâmetros são rejeitadas pelo estereótipo. Nesse sentido, notamos como intimamente se articulam sexismo e racismo e como tais sistemas e relações de poder, ao se interseccionarem, produzem efeitos violentos nos corpos e modos de subjetivar das mulheres negras em particular (1983/2020d, p. 76).

Segundo Pereira (2021), o envolvimento inter-racial é compreendido como uma transgressão às fronteiras raciais estabelecidas pelo homem branco, que se torna um agente de ruptura ao ultrapassar os limites de seu grupo racial. Nesse contexto, o contato com sujeitas(os) de outros segmentos raciais é rigidamente regulado por normas de moralidade sexual. Tais códigos permitem interações informais fundamentadas em relações sexuais, mas impõem restrições severas ao casamento, visto como um mecanismo essencial para preservar a integridade dessas fronteiras. “O homem branco só quer se aproveitar da mulher negra, mas é com a mulher branca que ele vai casar” (Tereza de Benguela, 39 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Como mencionado anteriormente, ao passo que os corpos das mulheres negras são hipersexualizados e objetificados pelos homens brancos, os corpos que não reforçam o estereótipo da mulata são rejeitados e interpelados por violências cruéis relacionadas a elementos

da estética. Segundo Pereira (2021, p. 452), a estética concerne tanto ao imperativo da beleza imposto às mulheres quanto à associação entre negritude e feiura no imaginário nacional.

(...) um dia eu falei assim, “eu não quero ser preta, eu não queria ser negra, eu queria ter nascido branca”. (...) Eu ia para a escola e via um menino branco me chamando de negra, e aí eu falei para mim mesma, “é por isso que eu não quero ser negra, eu quero ser branca”. Chegou até o tempo de a gente ter aqueles corantes de botar na pele para deixar a pele mais clara, água sanitária também, eu usava aquilo para deixar a minha pele mais clara, porque tinha na mente que o negro era bicho, um bicho feio e de pouco valor. (...) (Tereza de Benguela, 39 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Santos e Santos (2020) afirmam que as lutas territoriais acompanham lutas educacionais que se articulam à luta pela própria identidade, elementos centrais nas lutas das comunidades quilombolas. A conquista dos territórios permite também a conquista por uma educação específica pautada por um ensino comunitário, que valoriza a cultura, os saberes e práticas que emergem dos/nos territórios. Nesse sentido, essa forma específica de educação desempenha um papel fundamental no fortalecimento discursivo, na desconstrução de elementos imagéticos e morais, qualificação das discussões e, conseqüentemente, na construção e consolidação da identidade coletiva.

(...) Por muito tempo eu queria negar minha identidade. Eu não queria ser negra por conta das coisas que eu vivi, mas foi na escola, com as professoras, com as atividades aqui no quilombo, lá na associação, nas pessoas que a gente encontrava aqui, entre nós quilombolas mesmo, depois que a gente começou a lutar por essas terras (Tereza de Benguela, 39 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Antigamente, a gente não sabia (...) quais eram os nossos direitos, qual era o nosso lugar, mas, a partir do momento que começou a vir pessoas trazerem esses conhecimentos para a gente, a gente começou a se aceitar como negra e a gente, agora, sabe qual é o nosso valor e o nosso lugar. O nosso lugar é aqui, nessas terras, e a gente não deixa mais ninguém pisar na gente, humilhar a gente lá fora (...), agora, a gente sabe o valor que a gente tem como negro. Primeiro, tudo começou depois que a gente teve conhecimento [do termo quilombola] e começou a se aceitar como negro, aí a gente começou a lutar. (...) e a luta não foi sozinha. (...) Quando veio esse pessoal [da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CENEQ)] aqui trazer conhecimento para a gente, foi todo mundo junto, todo mundo em coletivo. Todo mundo lutou junto, né? Foi em coletivo, as negradas todas do quilombo começaram a se juntar, estudar, conhecer e se aceitar pelo o que tomavam conhecimento, e essa luta não parou, nem para, né? É em conjunto, é em coletivo (Maria Felipa, 40 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

No decorrer da Círculo de Cultura, quando essas expressões de consciência individuais foram articuladas, discutidas, contestadas e agregadas de maneiras que refletiram a heterogeneidade de suas condições enquanto mulheres de um mesmo grupo, uma consciência coletiva de grupo, empenhada em resistir à opressão, tornou-se possível. Conforme aponta Collins (2019), a capacidade das mulheres negras de elaborar suas expressões individuais – muitas vezes desarticuladas, mas potencialmente poderosas – da consciência cotidiana em um ponto de vista coletivo articulado, autodefinido, é fundamental para a sua sobrevivência, pois

viabiliza o investimento em novas ações a partir das reflexões sobre as anteriores. Abordamos sobre tais estratégias e práticas de resistência no tópico a seguir.

5.4. Estratégias individuais e coletivas de enfrentamento aos problemas vivenciados

Viver os complexos efeitos das relações interseccionais de poder é também resistir a elas, seja de forma individual ou coletiva (Held e Campos, 2022). Durante as análises das informações produzidas pelas mulheres a partir da prática grupal do Círculo de Cultura e das entrevistas individuais, conseguimos identificar estratégias de cuidado, enfrentamento e práticas de resistências individuais e coletivas mobilizadas pelas mulheres frente aos problemas vivenciados no cotidiano.

No que se refere às estratégias individuais de cuidado, algumas poucas mulheres recorrem à realização de atividades físicas, como caminhadas, e a produção de labirintos, sendo essas práticas mobilizadas como forma de cuidado e escape da rotina exaustiva de trabalho doméstico. No entanto, majoritariamente, as mulheres referem-se à aposta na espiritualidade como via de fortalecimento, amparo e esperança, como podemos perceber nas seguintes falas retiradas das entrevistas individuais:

Eu me cuido não botando nada na minha mente. Eu vivo mais caminhando nas coisas de Deus. Eu procuro fazer uma caminhada, um exercício físico, escutar uma música, ler a bíblia. (Aqualtune, 67 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

A gente fica com a cabeça meio ruim, se a gente não se apegar primeiramente com Deus e a gente não for mulher forte mesmo, né? (Anastácia, 44 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

(...) eu gosto de estar na minha igreja, eu vou para a igreja, eu gosto, para mim é um momento de paz (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Isso aqui traz para mim uma paz muito grande, um labirinto. Eu estou estressada e isso aqui, quando eu pego, me desestressa. Eu nunca imaginei isso, o que isso ia fazer comigo. O que o labirinto ia fazer comigo? Eu ficar assim desestressada através do labirinto foi uma coisa incrível (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

(...) eu leio a bíblia, eu converso, eu faço um exercício, eu vou uma caminhada, converso com as pessoas no caminho e à noite eu estou bem melhor (...) acho bom quando a gente vai caminhar, quando a gente faz alguma conversa (Maria Felipa, Participante 5 - Registro de áudio da entrevista individual).

As mulheres também referem-se ao trabalho com a terra como forma de cuidado e de enfrentamento aos problemas vivenciados no cotidiano, sendo essa não somente uma forma de cuidado, mas de resistência à sobrecarga de trabalho doméstico, uma forma de impor limite ao tempo dedicado para as atividades domésticas e de cuidado, mas também uma forma de fortalecimento de redes solidárias de cuidado entre as próprias mulheres.

Até o trabalho para a terra parece que ajuda, né? Eu trabalho com a terra, é uma terapia. A terra, labirinto, essas coisas, tudo é terapia. Eu lido muito com a terra, né? (...) eu gosto de lidar com a terra. Eu acho que eu me identifico muito com a terra. (...) eu quero ir correr para a terra (Anastácia, 44 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

(...) quando eu vi aquela terra, quando eu vi, assim, aquela lindeza, né? Aquelas árvores, aquele lugar, o ambiente para mim é um ambiente de paz. Eu fico ali, você vê que eu fico até nove, dez horas, eu e minha amiga. A gente fica conversando, a gente fica trabalhando, o tempo é de paz. Me dá vontade de passar o dia todo, porque quando chego dentro de casa é só luta, né? Eu sei que lá eu estou trabalhando também, né? Mas assim, é uma terapia. (...) e você falando no meio do verde, nessa mata, o quilombo é rodeado de paisagem, né? Paisagem para mim é isso aí, essa terra mesmo é a palavra paisagem. (...) Ajudar a minha amiga a ir cuidar do roçadinho dela, na horta, pra ela ter sempre uma verdura, um feijão, um complemento em casa, eu gosto. Estou sempre levando uma [mulher] para o roçado comigo, para a gente às vezes conversar, fazer um desabafo, cuidar uma da outra cuidando da terra também (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

(...) as pessoas que, mesmo trazendo um sofrimento na vida delas, elas sabem compartilhar, principalmente alimento. Não tem esse negócio de dizer ‘ah, é meu, é seu não’. O que eu tenho, eu compartilho com você. A comunidade se uniu dessa forma para ajudar umas às outras. [...] a gente tem esse acolhimento (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Continuamos caminhando, conheci o riacho, a cacimba, ouvi as memórias de infância do passado nessa terra e a cada ponto do caminho as mulheres iam me apresentando para as outras mulheres da comunidade, em cada casa que a gente passava no ofereciam café e uma boa prosa, muitas histórias, risos, abraços e não tinha o perigo de sairmos sem levar alguma coisa nas mãos, fruto dos quintais, hortas, roçados das pessoas da comunidade.

Em um dado momento, Dandara dos Palmares arrancou de uma horta que passávamos dois galhos de couve e disse que estava pegando/colhendo sem pedir do que outra mulher havia plantado. Maria Conga, responsável pela horta por onde passávamos, prontamente respondeu: “a gente não come nada só. O que é meu é dela, o que é dela é meu e tudo isso - apontando para os limites do território do quilombo - é nosso” (Registros do diário de campo do autor realizados no dia 08 de abril de 2024).

É isso que me salva, disse Luísa Mahin. (...) É estar aqui cuidando da minha horta, botando a mão na terra, ouvindo o som dos bichos, cuidando de quem eu sei que não vai me deixar faltar nada: essa terra. Luísa Mahin me disse que cuidar do roçado e da horta dela é algo que ela não abre mão. Disse que o marido por vezes já disse para ela não sair de casa pela manhã para fazer isso, que isso atrasa as obrigações dela com a casa, mas Luísa Mahin afirma, é minha terapia, vir pra cá com minhas amigas é a melhor parte do meu dia. A gente vem pra cá, planta nossas coisinhas, conversa sobre as nossas vidas, sobre o que a gente passa em casa... a cabeça já volta outra, a mente fica leve. Luísa Mahin comentou também que a maioria das mulheres da comunidade fazem o mesmo que ela, saem de casa para cuidar de suas hortas e dos seus roçados, que servem não só para garantir uma variedade de alimentos livres de produtos tóxicos nas mesas de suas casas, mas como forma de garantir o seu espaço, se de libertarem, nem que seja por algumas horas, do ambiente doméstico (Diálogo entre o pesquisador e Luísa Mahin, durante o plantio de pimentões e couve, na manhã do dia 09 de abril de 2024 - Registro retirado dos diários de campo do autor).

Embora as estratégias individuais de cuidado e enfrentamento das situações sejam referidas como saídas possíveis, é unânime que as estratégias e práticas coletivas de resistência e cuidado são as mais mobilizadas pelas mulheres na comunidade. Desse modo, as mulheres relatam sobre momentos de encontros e conversas entre elas nas calçadas, nos roçados, mas, principalmente, na Casa da Mulher Quilombola, espaço tomado pelas mulheres da comunidade como produtor e referência de cuidado e de práticas de resistência. Vale salientar que as mulheres reúnem-se na Casa da Mulher Quilombola com frequência para conversarem entre elas, mas também para participar do grupo de extensão realizado pelo NUCS.

Então, pode se juntar uma tarde aqui [referindo-se à Casa da Mulher Quilombola], fazer uma reunião das próprias mulheres quilombolas, entendeu? Deve ter, cada cá falar o que tem e quer falar, né? Às vezes, falar de seus problemas, se tá passando por alguma coisa, se abrir com a outra, né? (...) Se eu tiver um problema eu vou me abrir (...), aquilo ali já faz bem pra mim (Aqualtune, 67 anos - Registro de áudio da entrevista individual) [grifo nosso].

Para esses encontros com a gente, eu acho que eu me sinto muito alegre, sabe? A gente desabafa (...) a gente tá presa, né? Não fala porque fica preso. (...) A gente bota para fora algumas coisas que a gente consegue se libertar, né? (...) Essa casa [referindo-se à Casa da Mulher Quilombola], eu acho que depois que chegou essa casa aqui para a gente, mulheres, é um ponto de referência para as mulheres. (...) aí a gente conversa sobre as coisas, sobre a vida, sobre as coisas do dia-a-dia. (...) Porque individualmente é difícil uma mulher sair de casa e conversar com a outra, só com aquelas que ela mais confia, o que ela conversa fica ali, né? (...) eu paro tudo e vou ouvir aquela pessoa, dou conselho, se

eu não souber, eu fico calada da minha também (Anastácia, 44 anos - Registro de áudio da entrevista individual) [grifo nosso].

(...) Essa casa aqui [referindo-se à Casa da Mulher Quilombola] é o lugar e o momento que muitas mulheres não têm, de se juntar para não ficar só presa dentro de casa com o serviço, entendeu? (...) a partir do momento que a gente está junta, sempre sai algum assunto assim, que a gente pode ajudar, a gente aconselha, né, por bem? (...) vamos tentar consertar isso da melhor forma. (...) por isso que sempre quando tem reunião, eu deixo tudo e vou. (...) aqui é um espaço nosso, para nós trabalharmos juntas, para nós nos comunicarmos, para nós dividirmos até o que a gente sente, e uma vai se ajudando uma com a outra, entendeu? (...) eu sou muito grata por essa casa, essa casa aqui é mesmo que a gente, é uma mulher também (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Às vezes eu converso (...), dou uma saída fora, ali fora, converso. Tento conversar para... desestressar. (...) é um momento muito bom esse momento das reuniões aqui, com as meninas que vêm [referindo-se ao grupo do NUCS]. (...) para a gente se reunir aqui uma vez por mês, trazer as meninas para cá, para conversar do seu dia a dia, se está passando alguma dificuldade, para a gente tentar ajudar. Se ajudar e ajudar elas, né? E as reuniões aqui, nossa, é muito bom. Muito bom, gente, é muito importante para nós. Muito mesmo, muito mesmo. (...) e essa casa, ela foi uma das melhores coisas também que aconteceu na comunidade, né? Porque é um espaço para a mulher, né? Para a mulher trazer aqui os seus sonhos, né? (...) É como se a casa fosse esse espaço onde a gente se cuida, né? (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Eu já cheguei aqui [referindo-se à Casa da Mulher Quilombola] muito cansada mentalmente, estressada, e quando eu cheguei, comecei a conversar, comecei a rir, foi ótimo. Eu cheguei em casa bem aliviada e o decorrer do resto da tarde foi maravilhoso. Não me parecia que era eu que tinha chegado aqui. (Maria Felipa, 40 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Durante a prática do Círculo de Cultura, ao refletirem sobre as diversas violências que atingem os seus corpos-territórios durante o desvelamento crítico, as mulheres refletiram sobre as possibilidades de resistir a tais opressões, construindo uma compreensão que resistir na intersecção dos sistemas de opressão e mudar a realidade só é possível de forma coletiva.

Por exemplo, quando uma mulher [da comunidade] chega e fala que está sofrendo com o marido, que ele está tratando ela mal, gritando, batendo, fazendo violência com ele e ela compartilha isso com alguma de nós, com a gente, eu tenho certeza que ela está fazendo isso porque chegou no limite, ela não consegue sozinha, sozinha ela não vai conseguir enfrentar. Mas ela vai conseguir enfrentar se for para enfrentar junto. Enfrentar junto, dar apoio, que às vezes nem na família, nem em casa ela tem. E não é só enfrentar junto, mas também denunciar. Denunciar e enfrentar junto, porque denunciando a gente está combatendo um pouco o machismo e o racismo também (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura) [grifo nosso].

A gente precisa ser forte, se fortalecer todas nós juntas, as mulheres. Nós mulheres, quando a gente se reúne aqui na Casa da Mulher Quilombola, um exemplo, a gente fica mais forte e consegue enfrentar esses problemas aí. Agora, se for cada uma por si,

infelizmente, a gente não consegue, a gente fica logo doida, perde a saúde, que já é pouca. É difícil. (...) a gente está na Casa da Mulher Quilombola, que é a casa da gente, nós mulheres. Eu acho que isso é uma coisa muito importante para nós. Essa casa é o lugar da gente se reunir para enfrentar as coisas que a gente vive aqui juntas (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio do Círculo de Cultura).

Os temas problematizados durante o Círculo de Cultura expressaram a realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade, ao passo que, ao tomarem posição ativa na investigação das temáticas, tornou possível a construção e potencialização de uma consciência crítica e coletiva desta realidade (conscientização), que se aprofundava na medida em que novas temáticas eram desveladas e, paulatinamente, a partir de seus desdobramentos, eram problematizadas.

5.5. Quais outros caminhos são possíveis a partir daqui?

Maria da Graça Costa (2023) afirma que a produção de saberes é uma trincheira com projetos antagônicos em disputa. Sua afirmação denuncia que a ciência pode - e deve - ser uma via pela qual se alcance necessárias contribuições no processo de transformação social.

O processo de vivência com o campo não somente resultou nas informações apresentadas neste estudo, mas em substanciais mudanças no grupo de mulheres da comunidade, no que se refere ao fortalecimento e organização destas enquanto coletivo com força e ação política. A aposta na realização de atividades grupais com as mulheres, bem como a realização deste estudo mobilizou as participantes a lutarem pela reafirmação da Casa da Mulher Quilombola enquanto espaço de produção de cuidado, saúde, resistência e autonomia das mulheres.

Essa Casa da Mulher Quilombola aqui está aberta para qualquer coisa que tenha coletividade, né? Eu só não consigo colocar ela para frente sozinha, mas as mulheres juntas, dando valor ao que a gente tem na mão (...) é muito bom, muito importante essa casa (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

E principalmente, eu acho, assim, que... Ainda vai ficar melhor, se todas as mulheres estiverem sabendo a importância disso aqui, né? Se reunir com todas as mulheres... imagina, todas as mulheres da comunidade! É um dos sonhos também. (...) agora, com esse projeto [referindo-se ao projeto que será enviado para o TRT] das meninas, a gente vai tentar se esforçar para melhorar mais e mais, né? Buscar recursos, né? E trazer recursos e fazer planejamentos (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Além disso, as mulheres reconhecem como necessária retomada da ocupação e participação nos espaços decisórios de poder de mobilização política para que suas experiências sejam discutidas e consideradas, denunciando que as pautas e expectativas dos espaços políticos formais da comunidade, a exemplo da associação de moradoras(es), refletem os anseios e necessidades das pessoas que hoje os ocupam: os homens.

Aí foi um tempo [referindo-se ao início do processo de luta para o reconhecimento da comunidade e do território como quilombola] que a comadre, que é mulher guerreira... ela era hoje para ser a presidenta do quilombo, porque ela quem lutou por isso aqui, entendeu? É uma coisa que eu acho muito errada, porque quem lutou por isso aqui foi ela. (...) trouxe calçamento daqui subindo até lá onde você foi [Grilo de cima], (...) aquela

estrada ali que você passou andando, aquilo ali foi tudo projeto dela. (...) aquelas pedras explodiam tudo, trabalhando para fazer a estrada. Isso aqui, graças a Deus, foi tudo ela. Não fosse ela que corresse atrás disso aqui, não tinha nada não. (...) correu atrás dessas terras e daí ganhamos a terra. (...) ela busca, ela corre atrás e ela é uma mulher guerreira, lutadora. Eu achei esses outros muito parados (...) e hoje eu acho ela muito excluída, (...) ela era para estar de dentro dessas coisas aqui. Inclusive, foi ela a cabeça disso tudo aqui, foi ela (Aqualtune, 67 anos - Registro de áudio da entrevista individual).

Lélia Gonzalez (1983/2020) já evidenciava a invisibilidade que tinham as experiências das mulheres negras nos movimentos feministas e antirracistas do Brasil na década de 1970 e 1980, para isso, a autora defendia a importância do protagonismo das mulheres negras nas batalhas discursivas como condição de sobrevivência e resistência. A negativa de sua participação converte-se na “nega-ativa” nos processos de luta e participação política.

Para tanto, defendemos e afirmamos a necessidade e o compromisso ético, estético e político de potencializar o desejo coletivo dessas mulheres, buscando acompanhá-las nesse processo, projetando as suas vivências, fortalecendo as redes e territórios de resistência e compartilhando junto com elas o desejo de construção de alternativas para uma vida plena e contra as relações interseccionais de poder que atingem os seus corpos-territórios (Costa, 2023).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “REFAZENDO E RETOCANDO O SONHO PELO QUAL SE PÔS A CAMINHAR”

Nascimento e Oliveira (2020) nos ensinam que é preciso colocar no horizonte de nossas práxis e defender o protagonismo das(os) participantes de nossas pesquisas como sujeitas(os) ontologicamente capazes de compreender a si e o mundo, e intervir sobre o mesmo com autonomia e consciência, pois a conscientização é um compromisso histórico e implica o engajamento de pessoas que assumam o papel de sujeitas que fazem e refazem o mundo (Freire, 1980), valorizando os saberes e práticas que emergem dos territórios e das práticas cotidianas.

Paulo Freire (1967/2020), ao propor e sistematizar o seu itinerário de pesquisa, defendeu que esse deveria ser amplamente transmitido nos diversos campos do saber, bem como o compromisso e a finalidade da sua utilização deveria ser a transformação da realidade dos(as) participantes dos Círculos de Cultura.

Nesse sentido, além do uso do Círculo de Cultura como itinerário de pesquisa no campo da produção de conhecimento, a experiência aqui relatada possibilitou a abertura de espaços de encontro entre as mulheres e o primeiro autor deste estudo, rompendo com as barreiras hierárquicas produzidas pelos pressupostos dominantes e tradicionais das concepções bancárias que se estabeleceram no contexto da produção de conhecimento científico, democratizando o saber em saúde mental, valorizando os cotidianos, os saberes e práticas locais e os modos de pensar, agir e viver no/do território, além de produzir cuidado em saúde mental ao passo em que se produzia conhecimento.

Na pesquisa participativa, situando esta no campo da saúde, o envolvimento das participantes e do pesquisador foram essenciais e ampliaram a relevância e o impacto da

mudança social no processo de pesquisa. As participantes, mediatizadas pelo diálogo e a reflexão, tornaram possível a construção de caminhos para a criação de formas de resistência aos problemas que vivenciam em seus cotidianos, com vistas ao fortalecimento de espaços produtores de cuidado em saúde mental, a exemplo da Casa da Mulher Quilombola. Este envolvimento durante a pesquisa possibilitou reflexões que colocaram a superação das relações interseccionais de poder produtoras de desigualdades vivenciadas pelas mulheres na comunidade como horizonte da práxis coletiva.

Nesse sentido, a interseccionalidade enquanto teoria, investigação e práxis crítica neste trabalho reforçou seu potencial de transformação da realidade em contextos sociais específicos, ao reafirmar o compromisso teórico e prático que coloca a superação das desigualdades sociais e, portanto, da justiça social como eixo central da práxis interseccional (Kyrillos, 2024). Para tanto, um dos efeitos da pesquisa no contexto social e na realidade vivida se deu a partir da construção da formação de uma compreensão coletiva das mulheres participantes da pesquisa em torno da necessidade de se fortalecerem e se auto-organizarem enquanto grupo com força e ação política, a fim de animar e mobilizar outras mulheres da comunidade para reivindicar e construir soluções para a realidade vivida no território a partir dos desejos, expectativas, saberes, potências, recursos e desafios compartilhados por elas, a exemplo da luta pela reafirmação da Casa da Mulher Quilombola enquanto espaço seguro de produção de cuidado, saúde, resistência e autonomia das mulheres.

O compartilhamento e a problematização das experiências individuais e coletivas das mulheres sobre as situações de opressão narradas durante a prática grupal potencializaram o esperar - enquanto possibilidade de não desistir, de juntar-se com outras para fazer de outro

modo (Freire, 1992) - na mobilização e insurgência de práticas e redes solidárias de cuidado como alternativa às violências produzidas pelas relações interseccionais de poder que as interpelam e atingem os seus corpos-territórios.

Assim, podemos afirmar e defender a interseccionalidade no contexto da pesquisa participativa como perspectiva útil para compreender criticamente as desigualdades sociais existentes e suas estruturas, para, por fim, produzir práticas de resistência e mudanças do que está posto (Crenshaw, 1989; Collins, 2022).

Ressalta-se que, na pesquisa participante, o(a) pesquisador também é tomado como sujeito de pesquisa, e deve fazer parte de todo o processo de ação-reflexão-ação. Nesse sentido, é preciso destacar a necessária tarefa de que nós, pessoas brancas, possamos não apenas identificar nossos privilégios, mas, a partir da identificação, quebrar com o pacto narcísico da branquitude, como denunciado por Cida Bento (2022), e construir caminhos para de fato atuar como aliadas na luta pela destruição das estruturas racistas, patriarcais, de classe e dos diversos outros sistemas interseccionais de opressão e isso não passa somente pelo reconhecimento individual do problema - isso não é suficiente -, é preciso desfazer os sistemas hierarquizados e isso se faz com comprometimento ético e político nessa luta que é coletiva.

A pesquisa apresenta contribuições para o avanço do estado da arte a partir da apresentação de apontamentos e articulações que constroem um diálogo possível entre a interseccionalidade, enquanto teoria social crítica em construção, com o paradigma da determinação social da vida. Tal articulação teórica e conceitual apresentada no primeiro capítulo teórico subsidiou meios para a teorização interseccional apresentada nos capítulos posteriores,

fornecendo ferramentas para a defesa de uma perspectiva crítica, inclusiva, situada e coletiva de saúde mental.

A articulação teórica proposta contribui para o estado da arte no campo dos estudos interseccionais ao propor formas de pensar de maneira interseccional as experiências dos(as) sujeitos(as), em particular das mulheres quilombolas, em suas relações com os seus processos de saúde-doença-cuidado. Os estudos interseccionais ainda são poucos na área da saúde e a pesquisa desenvolvida afirma o necessário reconhecimento da teoria da interseccionalidade pelas pesquisas em saúde pública além de reforçar o debate teórico-metodológico em torno da temática e promover a apropriação dessa perspectiva como um paradigma transformador para a saúde coletiva e as políticas de saúde.

Nesta perspectiva, a articulação entre a interseccionalidade e o debate da determinação social da saúde mental feita no estudo fornece subterfúgios teóricos, conceituais e analíticos, não só para a pesquisa em questão, mas para outras produções que objetivem desvelar como as intersecções entre os sistemas de poder reverberam em questões que ultrapassam o campo objetivo e observável, mas também em formas e modos de subjetivação, das experiências vividas. A articulação entre os dois campos de conhecimento a partir de suas ideias centrais e premissas abrem espaço para uma mudança na forma como ambos os campos organizam suas práticas, com vista a facilitar o alcance de seus objetivos de resolução de problemas.

Ao tomarmos os estudos que apontam a inexistência de uma proposta de cuidado que abarque a perspectiva da determinação social da saúde mental na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, de modo que indique as particularidades territoriais, sociais e culturais, bem como a forma como as relações interseccionais de poder

marcam os modos de vida dessas populações, em particular das mulheres quilombolas, a pesquisa em questão contribui com a apresentação de tais informações com reflexões construídas por e a partir das experiências das próprias mulheres participantes da pesquisa. São informações construídas em íntima relação com a realidade de tais mulheres e as necessidades que emergem de seus territórios.

O estudo reforça a necessidade de políticas públicas de saúde mental que atendam às mulheres quilombolas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a política nacional já mencionada, sejam sensíveis ao impacto das relações interseccionais de poder e ao contexto social que estrutura iniquidades complexas em saúde mental. É essencial compreender como os sistemas interseccionais de poder, como o racismo, cisheteropatriarcado, sexismo, machismo e a luta por territórios, atravessam a vida dessas mulheres. Tais políticas devem promover ações efetivas e concretas nos serviços de saúde mental, abrangendo a administração, formação e gestão, contribuindo para a humanização do cuidado no SUS, reafirmando os seus princípios fundamentais da universalidade, integralidade e equidade, fortalecendo-o.

As contribuições dessa pesquisa são ainda mais significativas no atual contexto político do país, caracterizado pela retomada, recomposição orçamentária e reconstrução de políticas públicas voltadas à população negra. A criação do Comitê Interministerial de Saúde da População Negra, instituído pelo Decreto 11.996/2024 e liderado pelo Ministério da Saúde, em parceria com as pastas de Igualdade Racial e Direitos Humanos, marca um avanço significativo nesse campo.

Além disso, no dia 29 de novembro deste ano (2024), o Ministério da Saúde instituiu o primeiro Grupo de Trabalho de Saúde Quilombola “Graça Epifânio” (GTESQ), com a finalidade

de contribuir com a produção de informações relacionadas à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de ações, programas e políticas voltadas à saúde da população quilombola. O Grupo de Trabalho é considerado um avanço nas políticas voltadas para essa população e configura-se como via de participação social em todo o processo que envolve a formulação da primeira Política Nacional de Saúde Quilombola. Em vista disso, o presente trabalho apresenta contribuições que podem contribuir e inspirar ideias e ações para a política em questão.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta informações que podem contribuir para o reordenamento das práticas profissionais e a qualificação da formação de trabalhadores(as) na área da saúde. Ao articular de maneira crítica e reflexiva as especificidades das mulheres que vivem em comunidades quilombolas, a investigação ressalta as particularidades do contexto social em que estão inseridas, a partir da análise de informações revisadas na literatura em diálogo com a realidade local, reafirmando um compromisso ético-político inegociável na produção de saberes situados e contextualizados. Tais saberes são implicados na desconstrução de concepções universalizantes sobre modos de vida e subjetivação, que frequentemente reforçam lugares específicos de poder e relações hierarquizadas, perpetuando experiências de violência, como o racismo institucional, ainda tão presente nos serviços de saúde.

Os resultados da pesquisa oferecem subsídios para a formação de recursos humanos voltados para os serviços públicos em diversas áreas (saúde, assistência social, educação, justiça, acesso à terra etc). Essa formação deve estar ancorada em uma perspectiva interseccional, a fim de enfrentar desigualdades e injustiças sociais tanto dentro quanto fora das instituições.

Na Psicologia, em especial, as informações reforçam o compromisso social da profissão com as classes populares, instigando um olhar aprofundado sobre os aspectos conjunturais que conformam a saúde mental dessas populações, atravessados pelas iniquidades resultantes das intersecções entre diversos sistemas de opressão.

A pesquisa destaca a necessidade de que nós, pessoas brancas, identifiquemos e questionemos continuamente os nossos privilégios, rompendo com o pacto narcísico da branquitude. Não basta reconhecer o problema individualmente; é imprescindível um esforço coletivo para desconstruir sistemas hierárquicos de opressão. Tarefa que demanda um compromisso ético de atuar como aliadas na luta contra estruturas racistas, patriarcais e de classe, promovendo ações concretas em prol de uma transformação estrutural e coletiva, independente do espaço ocupado.

Os resultados da pesquisa demonstram ainda que o diálogo da pesquisa participativa com a educação popular, sob uma perspectiva interseccional, fundamentado em um ethos de justiça social, pode ser considerado, em suas práticas libertadoras e democráticas, enquanto instrumento fundamental na construção de autonomias, sem abrir mão do rigor metodológico que implica o fazer pesquisa.

Além disso, a pesquisa contribui de maneira inovadora com o uso do Círculo de Cultura, ancorado numa perspectiva interseccional, no campo da produção de conhecimento e cuidado em saúde mental, trazendo possíveis contribuições para uma releitura da metodologia freireana que pode refletir na maneira como abordamos e compreendemos as relações interseccionais de poder, como valorizamos e construímos práticas de resistência e cuidado a partir de diferentes leituras

de mundo, apostando na amorosidade como dimensão fundante da aposta na construção de relações democráticas entre os(as) sujeitos(as) envolvidas na pesquisa

Os resultados desta pesquisa demonstram que o diálogo da pesquisa participativa com a educação popular, sob uma perspectiva interseccional, fundamentado em um *ethos* de justiça social, pode ser considerado, em suas práticas libertadoras e democráticas, enquanto um instrumento fundamental na construção de autonomias, sem abrir mão do rigor metodológico que implica o fazer pesquisa (Moretti e Adams; 2011, p. 449). Assim, a pesquisa contribuiu também na defesa da interseccionalidade e da pesquisa participativa como perspectiva útil para compreender criticamente as desigualdades sociais existentes e suas estruturas, além de produzir práticas de resistências e mudanças no que está posto.

Por certo, esses são alguns caminhos e propostas provisórias; não existem posições conclusivas, são sempre datadas e localizadas. No entanto, parecem corresponder às preocupações teóricas levantadas sobre as condições de produção de saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo, mas, sobretudo, dessas mulheres que, coletivamente, tornaram possível a construção deste estudo. Juntas(os) entendemos que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem a aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (Freire, p. 155).

7. REFERÊNCIAS

Aires, José Luciano de Queiroz; Garcia, Mayra Dias; Brasileiro, Ismael Lacer; Segundo, João Batista Pereira de Lima; Tenório, Jailson; Tenório, Marcos Antonio; Tenório, Roseane Gaciliano. (2021). Comunidade Quilombola do Grilo. João Pessoa: Editora do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA / UFPB). 108 p.

Acosta, Jairo Enrique Gallo & Useche, Anika Quiñones. (2016). Subjetividad, salud mental y neoliberalismo en las políticas públicas de salud en Colombia. *Athenea Digital. Revista De Pensamiento E investigación Social*, 16(2), 139–168. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1616>.

Akotirene, Carla. (2022). Interseccionalidade. *Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra. 152 p.

Almeida, Mariléa. (2014). A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. ISBN: 978-85-65957-03-8

Almeida, Mariléia de. (2023). *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante. 384 p.

Almeida, Márcia Regina Galvão; Nascimento, Elaine Ferreira. (2022). Mulher quilombola: ancestralidade e resistência como caminho da saúde e bem viver. *XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*

Barros, Iara Rocha. (2021). As interfaces entre sofrimento psíquico e gênero: uma revisão de escopo. Orientadora: Sabrina Helena Ferigato. 2021. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Terapia

Ocupacional, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16074> . Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Batista, Eraldo Carlos; Rocha, Katia Bone. (2020). Saúde mental em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 35-50, jan./mar. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/mKwyPqBVc4QBgMsxkqnyH9d/?format=pdf> . Acesso em 09 de julho de 2023.

Bento, Aparecida. (2022). O pacto da branquitude / Cida Bento. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras.

Bilge, Sirma. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. Diogène, 1 (225): 70-88. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm> . Acesso em 12 de abril de 2023.

Bispo do Santos, Antonio. (2023). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA.

Brasil. (2009). Ministério da Saúde. Portaria no 992, de 13 de maio de 2009. Brasília.

Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília-DF.

Bicalho, Juliana Maria Flores & Campos, Ana Cristina Viana. (2024). Determinação social da saúde: reflexões teóricas e implicações para a atenção integral. Revista Científica

Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 09, Ed. 04, Vol. 01, pp. 64-76. Abril de 2024.

ISSN: 2448-0959, Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/determinacao-social-da-saude>. Acesso em 07 de junho de 2024.

Breilh, James. (1977). Crítica a la interpretación ecológico funcionalista de la epidemiología: un ensayo de desmitificación del proceso salud enfermedad. Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/3405> . Acesso em 10 de agosto de 2023.

Breilh, James. (2000). Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. Abya-Yala.

Breilh, James. (2010). Las tres ‘S’ de la determinación de la vida 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. Capítulo del libro: Passos Nogueira, Roberto, ed. Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES, 200 p.

Breilh, James. (2021). Critical epidemiology and the people’s health. Oxford University Press.

<https://doi.org/10.1093/med/9780190492786.001.0001>. Disponível em:

<https://fwtrc.gov.in/sites/default/files/CRITICAL%20EPIDEMIOLOGY.pdf> . Acesso em: 9 de agosto de 2023.

Buss, Paulo Marchiori; Pellegrini Filho, Alberto. (2007) A saúde e seus determinantes sociais.

Physis, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?lang=pt> . Acesso em: 24 de julho de 2024.

Butler, Judith. (2018). Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf . Acesso em: 4 de junho de 2024.

Capella, Manuel. (2022). The ethical–political dimension of social and community prax-is: The case of Ecuador’s early response to COVID-19. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 32(3), 573-585. <https://doi.org/10.1002/casp.2557>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/casp.2557> .. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

Capella, Manuel. (2023). Salud Mental Colectiva y Determinación Social: Posibilidades Paradigmáticas. *Quaderns de Psicologia* | 2023, Vol. 25, Nº 2, e1935 ISSN: 0211-3481 <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1935> . Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n2-capella/1935-pdf-es> . Acesso em: 19 de julho de 2023

Cardoso, Lourenço. (2010). A branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* - Vol. 8 nº 1. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Carneiro, Sueli. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–133. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7505343/mod_resource/content/1/Aula%2006%20-%20Sueli%20Carneiro_Mulheres%20em%20movimento_2003.pdf

Carneiro Sueli. (2004). O papel do movimento feminista na luta antirracista. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Fundação Palmares

Carneiro, Sueli. (2011). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro - Consciência em debate.

Carneiro, Sueli. (2011). Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/artigo-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

Collins, Patricia Hill. (2015). Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão, In: MORENO, R. (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4127474/mod_resource/content/1/P.%20Hill%20Collins

[%20in%20reflex%C3%B5espraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista%20%282015%29.pdf](#) . Acesso em: 09 de julho de 2023.

Collins, Patricia Hill. (2019). Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo.

Collins, Patricia Hill.; Bilge, Sirma. (2021). Interseccionalidade. 1. ed. - São Paulo : Boitempo.

Collins, Patricia Hill (2022). Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. 1. ed. - São Paulo : Boitempo.

Costa, Pedro Henrique Antunes; Mendes, Kíssila Teixeira. (2020). Pandemia, questão social e as implicações à Psicologia brasileira. Disponível em: https://www.academia.edu/43246027/Pandemia_quest%C3%A3o_social_e_as_implica%C3%A7%C3%B5es_%C3%A0_Psicologia_brasileira . Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Costa, Maria da Graça. (2023). Meu corpo é o meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Ape’Ku.

Couto, Marcia Thereza.; Oliveira, Elda.; Separavich, Marcos Antonio Alves.; Luiz, Olinda do Carmo. (2019). La perspectiva feminista de la interseccionalidad en el campo de la salud pública: revisión narrativa de las producciones teórico-metodológicas. Salud Colectiva, Remedios de Escalada, v. 15. Disponível em: <https://scielosp.org/article/scol/2019.v15/e1994/> . Acesso em 21 de junho de 2023.

Chassot, C. S. (2018). A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. *Revista Psicologia e Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i181737>.

Crenshaw, Kimberle Williams. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> . Acesso em 16 de abril 2023.

Crenshaw, Kimberle Williams. (2002). Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 16 de abril 2023.

Dantas, Vera Lúcia; Linhares, Angela Maria Bessa. (2014). Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. In: Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; pp. 73-80. Disponível em: <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/texto-2-4-cc3adrculos-de-cultura.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2024.

Dantas, Candida Maria Bezerra; Dimenstein, Magda; Leite, Jáder Ferreira; Macedo, João Paulo Belarmino, Victor Hugo. (2020). Território e determinação social da saúde mental em contextos

rurais: cuidado integral às populações do campo. *Athenea Digital*, 20(1), e2169.

<https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2169>.

Disponível

em:

<https://atheneadigital.net/article/view/v20-1-dantas-dimenstein-leite-et-al/2169-pdf-pt> . Acesso

em 06 de setembro 2022.

Decreto de 13 de março de 2006. (2006). Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS. Brasília, DF. Presidência da República.

Disponível

em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10788.htm#:~:text=DECRET O%20DE%2013%20DE%20MAR%C3%87O,Determinantes%20Sociais%20da%20Sa%C3%B

[Ade%20%2D%20CNDSS](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10788.htm#:~:text=DECRET O%20DE%2013%20DE%20MAR%C3%87O,Determinantes%20Sociais%20da%20Sa%C3%B Ade%20%2D%20CNDSS) . Acesso em: 25 de julho de 2024.

Decreto nº 10.087, de 05 de novembro de 2019. (2019). Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10087.htm#art1 .

Acesso em: 25 de julho 2024.

Dimenstein, Magda; Siqueira, Kamila; Macedo, João Paulo; Leite, Jäder; Dantas, Candida. (2017). Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial.

Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 72-87. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200006 .

Acesso em: 24 de julho de 2024.

Dimenstein, Magda; Belarmino, Victor Hugo; Martins, Maria Emanuely; Dantas, Candida; Macedo, João Paulo; Leite, Jáder Ferreira; Filho, Antonio Alves. (2020). Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. *Amazônica - Revista de Antropologia*, volume 12 (1) | 205 - 229. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8303> . Acesso em 06 de setembro de 2022.

Fals Borda, Orlando. (1981). Aspectos teóricos da pesquisa participante: Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante* (pp. 42–62). São Paulo: Brasiliense.

Fernandes, Saulo Luders; Galindo, Dolores Cristina Gomes; Valencia, Liliana Parra. (2020). Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas. *Psicol. estud.*, v. 25, e45031.

Ferreira, Guilherme Fraissat Mamede; Correia, Isabel Freire; Lopes, Ivonete da Silva. (2023). Interseccionalidade e ambiente rural: uma revisão sistemática (2018-2022) para dialogar com movimentos sociais do campo. *O Social em Questão - Ano XXVI - no 57 - Set a Dez*.

Fleury-Teixeira, Paulo. (2009). Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. *Saúde em Debate*, 33(83), 380-389. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4063/406345800005.pdf> . Acesso em: 24 de julho de 2024

Freire, Paulo. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Moraes. Disponível em:

https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf . Acesso em 30 de mai. de 2023.

Freire, Paulo. (1981). Ação cultural para liberdade. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf .

Acesso em 30 de maio de 2023.

Freire, Paulo. (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1989). A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam. São Paulo:

Autores Associados; Cortez. Disponível em

https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf.

Freire, P. (1967/2020). Educação como prática de liberdade (46ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (1997). Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra.

Freire, P. (2005). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gadotti, Moacir. (2001). Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez.

Gago, Verónica. (2020). A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante.

Galvão, Anna Larice Meneses, Oliveira, Elda, Germani, Ana Cláudia Camargo Gonçalves; Luiz, Olinda do Carmo. (2021). Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.30, n.2, e200743. DOI

10.1590/S0104-12902021200743. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rPgBQsrGNMDmvt5FJFLz6sS/> . Acesso em 02 de junho de 2023.

Garbois, Júlia Arêas.; Sodré, Francis; Dalbello-Araújo, Maristela. (2017). Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. ENSAIO • Saúde debate 41 (112) • Jan-Mar 2017 • <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206> . Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ymxpLJDtkd5vPh5QL9YGJzq/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 10 de junho de 2023.

Gonzalez, Lélia. (2020a). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar.

Gonzalez, Lélia. (2020b). A mulher negra no Brasil. In Gonzalez, L. Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar (Originalmente publicado em 1995).

Gonzalez, Lélia. (2020c). Democracia racial? Nada disso! Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, p. 202 (Originalmente publicado em 1981)

Gonzalez, Lélia. (2020d). Racismo e sexismo na cultura brasileira. Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, p.76 (Originalmente publicado em 1983).

Grossi, Patrícia Krieger. (2017). Mulheres quilombolas e o acesso às políticas públicas: desafios na sociedade contemporânea. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X.

Grossi, Patricia Krieger; Oliveira, Simone Barros; Oliveira, Jairo da Luz. (2018). Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, pp. 929-948. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844047/html/#redalyc_321158844047_ref14.

Acesso em: 12 out. 2024

Grossi, Patrícia Krieger; Oliveira, Simone Barros; Bitencourt, João Vitor; Duarte, Joana das Flores. (2020). Mulheres quilombolas e as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social: violação de direitos humanos e resistências. pp. 123-148. In: Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do Serviço Social / Gleny Terezinha Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020. 319 p. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/livros/1385.pdf>. Acesso em 10 out. 2024

Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5): pp. 07-41 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> . Acesso em: 10 de agosto de 2023.

Held, Thaisa Maira Rodrigues; Campos, Isadora Golim. (2022). Quilombola women and the struggle for territory from the perspective of decolonial feminism. Florianópolis, v. 25, n. 3. ISSN

1982-0259. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/86195/51479> .

Acesso em: 30 de março de 2023.

Hirata, Helena. (2014). Gênero, classe e raça - Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, pp. 61-73. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em:

12 de abril de 2023.

hooks, bell. (2013). Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes.

Kyrillos, G. M. (2024). Interseccionalidade: proposta de um mapa provisório. Revista Estudos Feministas, 32(2), e90290.

Krohling Peruzzo, Cicilia. (2017). Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, vol. XXIII, 3, 2017 Universidad de Colima, México. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009> . Acesso em: 29 de maio de 2023.

Leite, Jáder Ferreira, Dimenstein, Magda, Dantas, Candida Bezerra, Silva, Eliane Lucas, Macedo, João Paulo Sales; Sousa, Adriely Pereira (2017). Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro: uma revisão sistemática. Avances en Psicología Latinoamericana, 35(2), 301-316. doi: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4768> .

Lima, Ana Carolina Ferreira; Cabral, Beatriz Ramos; Barbosa, Aiza Vanessa de Arruda.; Macedo, Aluska Gomes; Sousa, Sarah. Raquel Izidro Umbelino; Queiroz, Giovanni Sampaio; Nascimento, Maria Valquíria Nogueira. (2024). *Psicologia Social Comunitária e Saúde Mental em Contextos Rurais: Ciranda de Mulheres Quilombolas na Comunidade Grilo (PB)*. XVII ENEX - Extensão Universitária, Arte e Cultura: desafios e caminhos possíveis para indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. v. 5 n. 2. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/2532/2360> . Acesso em: 10 de julho de 2024.

Lüdke, Menga; André, Marli. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf . Acesso em: 03 de agosto de 2024.

Lugones, María. (2020). *Colonialidade e gênero. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; autoras Adriana Varejão ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020*. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-2020.pdf . Acesso em: 25 de julho de 2024.

Marmot, Michael. (2020). Society and the slowburn of inequality. *The Lancet*, 395(10234), 1413-1414. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30940-5](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30940-5) . Disponível em:

<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2930940-5> . Acesso em: 11 de agosto 2023.

Martín-Baró, Ignacio. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo; Lacerda Jr., F. (Orgs), Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação (pp. 181-198). Campinas: Alínea Editora

Martin-Baró, Ignacio. (1997). O papel do Psicólogo. In Estud. psicol. (Natal). Disponível em <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 05 de agosto de 2023..

Martín-Baró, I. (2017). Guerra e Saúde Mental. In I. Martín-Baró, Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais (pp. 251-270, F. Lacerda Júnior, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1984).

Minayo, Maria Cecília de Souza. (org.) (2001). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2007). O desafio da Pesquisa Social. Deslandes, S. F. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Minayo, Maria Cecília de Souza (2013). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.

Moretti, Cheron Zanini; Adams, Telmo. (2011). Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/16999> . Acesso em 27 de maio de 2023.

Nascimento, Maria Valquíria Nogueira, & Oliveira, Isabel Maria Fernandes (2020). Práticas integrativas e complementares grupais no SUS e o diálogo com a educação popular. Curitiba: CRV.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ. (2021). A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónkẹ Oyěwùmí; tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. Disponível: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2022/05/Oyewumi_Oyeronke_A_Invencao_das_Mulheres.pdf . Acesso em: 03 de agosto de 2024.

Organização Mundial da Saúde - OMS. (2010). Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde - CDSS Redução das desigualdades no período de uma geração: igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais: relatório final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43943/8/9789248563706_por_contents.pdf . Acesso em: 04 de setembro de 2022.

Pereira, Amanda dos Santos; Allegretti, Maitê; Magalhães, Lilian. (2022). “Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra”: uma investigação sobre sororidade e ocupação. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 30, e3318. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO254033181>.

Pereira, Bruna Cristina Jaquetto. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. Dossiê: Interseccionalidades, Direitos e Políticas • Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 21 (3) • Sep-Dec 2021 • <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551> . Disponível: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/#> . Acesso em: 30 de maio de 2023.

Pinho, Paloma de Sousa; Araújo, Tânia Maria (2012). Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. Revista Brasileira de Epidemiologia, 15(3), 560-572. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL5b8P5YcXmwFwGG/?lang=pt> . Acesso em: 05 de setembro de 2022.

Platero, Lucas (2012). Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Barcelona: Bellaterra. Disponível em: https://www.generoydrogodependencias.org/wp-content/uploads/2017/03/Intersecciones_Cuerpos_sexualidades_encrucijada.pdf . Acesso em: 25 de jul. de 2024.

Reis, Nathália Dothling. (2020). “O quilombo são as mulheres”: cosmopolíticas dos cuidados em comunidades quilombolas de Santa Catarina. Revistas de Estudos e Investigações Antropológicas, 7(1).

Ribeiro, Djamila. (2017). O que é lugar de fala? Belo Horizonte. MG: Letramento.

Rodin, Patrícia. (2021). Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas, marisqueiras da Ilha da Maré, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.23, e202133pt,

2021 <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt>. Disponível em:

<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6743/5400>. Acesso em: 18 out. 2024.

Santos, Fernanda. (2019). Lugares de afeto da mulher afrodescendente. In E. M. Lima, F. F. Santos, A. H. Y. Nakashima & L. A. Tedeschi (Orgs.), Ensaios sobre racismos: pensamento de fronteira (pp. 63-69). São Paulo: Balão Editorial. Disponível em:

https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ensaios_sobre_racismos_novo.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2024.

Santos, Venine Oliveira; Rosa, Graziela Rinaldi. (2022). Pensando as interseccionalidades com as mulheres dos quilombos de São Lourenço do Sul. Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense - IFC | Blumenau, SC - Volume 10, nº 18.

Silva, Kátia de Brito; Leite, Jäder Ferreira; Ronzani, Telmo Mota; Dias, Rafaela Toledo; Silva, Railan Bruno Pereira. (2021). Concepções de rural na Psicologia latino-americana: uma revisão integrativa da literatura. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology, Vol., 55, No. 3, e1521. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/284/28474831002/html/>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

Silva, Letícia Batista; Bicudo, Valéria. (2022). Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. In: SANTOS, T. V. C; SILVA, L. B.; Machado, T. O. (Orgs.). Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises. Rio de Janeiro: Mórula. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51905>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

Sousa, Patrícia Fonseca; Maciel, Silvana Carneiro; Medeiros, Katruccy Tenório. (2018). Paradigma Biomédico X Psicossocial: Onde são Ancoradas as Representações Sociais Acerca do

Sofrimento Psíquico? In: Trends Psychol., Ribeirão Preto, vol. 26, nº 2, p. 883-895 - Junho. ISSN 2358-1883 - DOI: 10.9788/TP2018.2-13Pt. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v26n2/v26n2a13.pdf> . Acesso em: 10 de agosto de 2023.

Solar, Orielly; Irwin, Alec. (2010). A conceptual framework for action on the social determinants of health. Social Determinants of Health. Discussion Paper 2 (Policy and Practice). Geneva: WHO. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/SDH_conceptual_framework_for_action.pdf Acesso em: 10 de maio de 2024.

Teixeira, Maria Santana dos Santos Pinheiro; Amoras, Maria do Socorro Rayol. (2022). A interseccionalidade como chave analítica para a luta anticolonial das mulheres negras na Amazônia. Revista da ABPN, v. 14, n. Ed. Especial. Julho. p. 46-67.

Vasconcelos, Eymard Mourão. (2001). Educação Popular e a construção da integralidade na saúde. Saúde e Sociedade, 10(1), 35-50.

Vergès, Françoise. (2020). Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora.

Viveros Vigoya, Mara. (2023) Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitario. In.: Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitario / Mara Viveros Vigoya; prólogo de Flávia Rios. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO; Amsterdam: TNI Transnational Institute. Libro digital, PDF - (Masa critica). ISBN: 978-987-813-545-8

Zanella, Andrea Viera.; Sais, Almir Pedro. (2008). Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. In: Análise Psicológica - out. DOI:

10.14417/ap.528. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/6115> . Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

Zanello, Valeska.; Fiuza, Gabriela; Costa, Humberto Soares. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 3, p. 238-246, set.-dez. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 10 de setembro de 2022.